

SARA STOPPAZZOLLI

EM
**LEGÍTIMA
DEFESA**

DARKSIDE



~~DARKSIDE~~



#DARKSIDEBOOKS

SARA STOPAZZOLI

ELAS

EM
LEGÍTIMA
DEFESA

ILUSTRAÇÕES
JULIANA RUSSO

DARKSIDE

“EU NÃO DESEJO QUE AS MULHERES TENHAM
PODER
SOBRE OS HOMENS, MAS SOBRE SI MESMAS.”
— Mary Wollstonecraft

“TUDO QUE É SILENCIADO,
CLAMARÁ PARA SER OUVIDO.”
— Margaret Atwood

“SOMENTE A LINGUAGEM NOS PROTEGE
DO TEMOR DAS COISAS INOMINÁVEIS.”
— Toni Morrison

Sumário

[Capa](#)

[Mídias sociais](#)

[Folha de rosto](#)

[Introdução](#)

[Capítulo 01. Amor](#)

[Capítulo 02. Violência](#)

[Capítulo 03. O dia do fato](#)

[Capítulo 04. Julgamento](#)

[Capítulo 05. Reconstrução](#)

[Anexos](#)

[Posfácio](#)

[Dedicatória](#)

[Agradecimentos](#)

[Créditos](#)

introdução

“Entende-se por legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.”

Artigo 25 do Código Penal

Em 2013, minha irmã Leda, produtora de cinema e estudante de Direito, veio com a ideia de fazer um documentário sobre mulheres que, para sobreviver, precisaram matar seus companheiros. A suposição lhe passou pela cabeça durante uma aula de processo penal, sem que ela jamais tivesse visto ou se deparado com um caso concreto. Chegamos a nos perguntar se isso sequer existia e se poderíamos retratar esse tipo de situação.

Em 2013 não se falava em feminicídio. Não havia a lei do feminicídio. A Lei Maria da Penha já estava em vigor há sete anos, mas as questões de gênero, incluindo a violência contra as mulheres, ainda não eram debatidas amplamente como passaram a ser após a Primavera das Mulheres de 2015. Na condição de mulher branca privilegiada, nascida na classe média sulista em um lar sem violência, eu realmente não tinha noção da dimensão da violência contra a mulher no Brasil. Acreditava no que imagino ser o senso comum por aqui, que os agressores são homens bêbados e machistas e os que chegavam a matar sofriam, na maioria das vezes, de algum tipo de psicopatia.

Naquela época, quando um caso de assassinato de mulher chegava à imprensa, aos programas sensacionalistas da TV aberta e outros como o *Linha Direta*, era sempre tratado como homicídio passional. Um homem que amava demais, ciumento, pobrezinho, a mulher devia ter alguma culpa nisso aí, provocou, fez alguma coisa para que ele ficasse desse jeito. Em 2008, foi assim que os apresentadores de programas vespertinos e os comentaristas convidados trataram Lindemberg Alves, que matou a ex-namorada Eloá, de 15 anos, após mantê-la em cárcere privado por mais de cem horas em Santo André, São Paulo.

Lembro do impacto que esse caso provocou em mim. Eu não conseguia aceitar a tese de crime passional. Eloá morreu por ser mulher e ter expressado seu desejo — não ficar mais com Lindemberg — em uma sociedade na qual nem sempre as mulheres podem ter desejos respeitados. Lindemberg a sequestrou e a matou na condição de um homem criado em uma sociedade na qual homens podem exercer poder sobre corpos e desejos de mulheres, além de agir com violência diante de qualquer ameaça que fuja do roteiro. Naquela época, eu achava ainda que, aliado a isso, Lindemberg não batia muito bem da cabeça ou tinha traços de psicopatia.

Comecei a pesquisar e não encontrei nenhuma obra ou pesquisa acadêmica que se dedicasse especialmente à legítima defesa das mulheres. Pareceu-me, em um primeiro momento, que o assunto era algo menor às vistas do judiciário ou até mesmo um tabu. Parti do zero, lendo processos judiciais, conversando com defensores e funcionários dos fóruns, e descobri que casos de mulheres que tomaram uma atitude extrema para sobreviver existiam, sim, e muito. Só que não ficávamos sabendo. Ao menos naquela época, raramente viravam notícia ou publicação em redes sociais.

Entrei em um modo obsessivo de leitura, lendo um processo atrás do outro e mais outro. Eram histórias de dor, violência, horror e angústia, expostas com a frieza habitual da linguagem jurídica e seus carimbos burocráticos. Um sentimento de raiva impediu que eu me acostumassem com o drama que, repetido tantas vezes, poderia tornar-se “normal”, aceitável, parte do status quo. Pelo contrário. Diante da crueza do mundo, com suas tantas minúcias e detalhes geralmente ocultos no processo judicial, senti que deveria dividir essa realidade com mais pessoas.

Para isso, eu precisava conhecer essas mulheres pessoalmente, entender o modo delas de estar no mundo, os contextos específicos do machismo e do patriarcado que produzem e naturalizam os relacionamentos violentos. Apesar de ser mulher, no início eu olhava para tudo com distanciamento, como um ser de uma cultura tentando entender o de outra. Ao longo do processo, me dei conta de que não era bem assim e precisei encarar minha própria vulnerabilidade.

Em 2016, às vésperas de fechar o roteiro do documentário, minha planilha registrava cinquenta casos ocorridos nos últimos quinze anos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A maioria já havia sido julgada. Tentei localizar todas as mulheres, principalmente através dos endereços que constavam nos processos, mas não foi fácil. Muitas já haviam mudado de bairro ou de cidade para tentar reconstruir a vida longe de julgamentos e retaliações.

Em relação à classe social destas mulheres, a questão é diferente. Localizei somente um caso de uma mulher de classe média alta, mas ao contrário das outras, ela não era ré confessa. Após matar o marido a facadas no apartamento onde moravam, na Barra da Tijuca, ela pegou o carro e fugiu com o filho para São Paulo. Muniu-se de bons advogados e, meses depois, entregou-se à polícia, alegando ter agido em legítima defesa após

uma discussão. Na audiência que decidiria se ela iria ou não a júri popular, ela usou de seu direito de permanecer em silêncio. Entendi que, seja por instrução dos advogados ou por alguma autopreservação, ela nãoalaria sobre o assunto. Nem em juízo e muito menos comigo. A mulher foi pronunciada para ir à júri popular e hoje, quase dez anos após o crime, a data da sessão ainda não havia sido marcada. Ela responde ao processo em liberdade. Acredito que esse comportamento se repita em mulheres com acesso a advogados e que, por conta da posição que ocupam na sociedade, entendem que tenham “muito a perder” com exposições desse tipo.

Há momentos dessa busca dos quais nunca me esquecerei. Lembro dos olhos tristes do pai de J* me pedindo que a deixasse para lá; ela estava em outra cidade e não podia nem telefonar para ele com medo de descobrirem seu paradeiro. No processo sobre J*, lemos que, em abril de 2009, ela deu uma facada no olho de seu ex-companheiro, que a violentava por não aceitar o fim da relação. Ele faleceu alguns dias depois. Ela alegou legítima defesa e junto aos autos estão duas denúncias de violência doméstica contra ele. Uma audiência para apurar as agressões fora marcada para o mês de julho. Mas abril chegou antes. J* foi absolvida pela Justiça, mas não pela sociedade e talvez nem por ela própria. De vez em quando, com o coração apertado, a imagino em uma cidade pequena, praiana, servindo turistas em um restaurante, se policiando o tempo todo para não olhar para trás.

Lembro bem de outro momento em que quase desisti de tudo, quando me vi como uma invasora da dor alheia após ouvir, ao telefone, o choro de E*: “Ai, meu Deus, por que a senhora veio atrás de mim? Agora o fantasma voltou. Achei que esse assunto já tinha acabado, mas tô sofrendo tudo de novo”. E* havia matado o companheiro com o vidro de uma garrafa quebrada, reagindo a uma agressão durante uma festa no Morro do Jacaré, zona norte do Rio. Várias pessoas testemunharam que E* tinha agido em legítima defesa e ela foi absolvida sumariamente, ou seja, não foi pronunciada para ir a júri popular. Conversamos por telefone muitas vezes, e sempre que eu tentava marcar um encontro, ela desconversava, pedia um tempo para pensar. Ela não dizia não. Sempre me atendia e pedia um tempo para pensar. Até vir o desabafo. Pedi desculpas e disse que não ligaria mais. Fui para a terapia aos prantos e saí de lá determinada a continuar. Eram poucas as mulheres que estavam dispostas a mexer na dor, mas elas existiam, e era nisso que eu deveria me agarrar.

No Rio de Janeiro, consegui ser recebida e entrevistar quatro mulheres: NICE, que conheci no dia de seu julgamento; DEISE, cujo contato foi dado por um vizinho que era amigo da diarista de minha irmã; EMÍLIA, indicada pelo defensor público de Nova Friburgo; e ÚRSULA, indicada pela defensora de Nova Iguaçu.

Em São Paulo, consegui contatar DORALICE e SORAIA a partir dos advogados que as defenderam. Ambas viviam em áreas rurais relativamente próximas a São José do Rio Preto. Doralice já havia sido julgada; Soraia iria a júri popular em uma data próxima e seu advogado me apresentaria a ela após o julgamento.

Este livro aborda a vida dessas mulheres que, apesar de tudo que passaram, não abriram mão de compartilhar suas histórias.

AMOR

Capítulo .01

Ela me espera na entrada de sua comunidade, em Duque de Caxias (RJ), ao lado de um grande tronco atravessado no meio da rua. Acena sorridente quando me vê, uma semana após termos nos conhecido em seu julgamento. O motorista ajuda um rapaz a liberar a barricada e seguimos de carro por mais duas quadras até a casa dela. O muro está pintado de azul: mais claro para o céu, mais escuro para o mar; no horizonte, montanhas e prédios que lembram a orla do Rio de Janeiro e um “Mãe & Filha Bar” flutuando sobre o desenho. Ao lado há um pequeno balcão de um barzinho de um metro quadrado que ela só abre de vez em quando para vender salgados e refrigerantes na frente de casa. Está há

tempos sem vender nada porque a freguesia é pouca e, além disso, a luz, a água e o gás não chegam mais até ali.



NICE tem a pele negra, o cabelo liso na altura do pescoço e um sorriso fixo rasgando o rosto. Em alguns momentos, de supetão, parece que a graça do mundo lhe falta e seu olhar fica frio, os olhos redondos como duas jabuticabas congeladas. Pouco tempo depois, ela derrete e a graça retorna, fixando o sorriso por mais um tempo. É assim que ela me conduz até o “barraco”, como chama a casinha de alvenaria com um pequeno quarto e sala, um banheiro e uma cozinha onde ela vive só. A filha mais nova, Liane, mora com suas duas filhas pequenas no mesmo terreno, em um puxadinho de um cômodo sem banheiro. Nice sugere que sentemos nas cadeiras da cozinha porque é mais fresco e ocasionalmente surge uma brisa. A sala/quarto, segundo ela, é quente demais, tem dias que não dá para dormir nem com o ventilador ligado. Não vejo muita diferença. Dentro ou fora de casa, o ar parece ter imensa dificuldade em circular por ali.

Nice não me pergunta sobre o projeto, sobre o filme. Quer falar do alívio de ter sido absolvida, inicia uma conversa de comadre. Pergunto sobre as meninas, sobre o ex-companheiro Carlos. Ela não se censura, não tem silêncios. Responde a tudo que pergunto e o que não pergunto também. Reage, se emociona. Sou uma desconhecida e parece que ela quer se conhecer através de mim.

De todas as mulheres com quem estive durante a pesquisa, Nice foi a que trouxe mais detalhes da fase da paixão. Seus olhos brilhavam, se rasgavam ainda mais, e ela parecia ainda sentir um frisson passeando pelo corpo inteiro quando se lembrava do “lance de pele” que tinha com Carlos. Ela estava com 49 anos quando a entrevistei e com 39 quando Carlos faleceu. E era como se tudo tivesse acabado de acontecer.

“Eu saía com o Carlos escondida mesmo. A gente ia pro bar e ele me pegava e me batia no meio da rua.”

“Tinha treze anos quando conheci o Carlos. Eu gostei muito dele. Fiquei três anos namorando. Depois eu *me achei* um dia. Ele me levou pra casa dele e começou a brincar comigo. Disse que eu tava com a mesma calcinha de ontem. Eu disse que não, ‘eu tô com outra calcinha’. Ele insistia que não, que eu tava usando a mesma. Aí, nessas alturas, eu mostrei que não tava com a mesma calcinha e ele me abraçou, me levou pra dentro de casa, trancou a porta e nós começamos o que tinha que começar. Eu chorei, eu não queria, minha mãe vai morrer, meu pai vai brigar com a minha mãe. Aí, pronto. Fiquei presa lá um dia e uma noite com ele.

“Aí o irmão dele chamou meu irmão na beira do campo. ‘Ih, sua irmã já é mulher do meu irmão, tá lá dando pra ele na beira do campo.’ Caramba, meu irmão chegou em casa, chorou. Minha mãe ficou nervosa. Minha irmã foi lá na casa dele. ‘Carlos, solta a Nice, que meu pai vai matar minha mãe por causa disso.’ Eu comecei a chorar e fui embora com minha irmã. Aí, pronto. Cheguei em casa e meu pai já tava brabo. Ele era desses homem brabo. ‘Olha sua filha do jeito que tá’, dizia pra minha mãe. O Carlos tinha pedido pra minha mãe pra sair comigo, disse que ia me levar num aniversário. E eu achava que ia mesmo, me arrumei toda. Cheguei lá, não tinha aniversário nenhum.

“Aí quiseram me separar dele e me levaram pra Cabo Frio, pra casa da minha tia. Fiquei quinze dias lá. Foi um terror. Me botaram pra limpar o condomínio. Eu limpava as casas, e ela que ganhava dinheiro. Eu achava que estavam me fazendo de escrava. Ela era bruta, pegava meu cabelo e dava em mim. Eu sou a caçula e eu era mimada em casa. Era toda bem cuidada. E minha tia puxava meu cabelo pra trançar e eu chorava. Tentei fugir. Ela ligou pro meu pai, apavorada. Papai e mamãe chegaram lá. Contei tudo pro meu pai, ele brigou com minha tia e me trouxe pra casa. Mas não me queria com esse namorado, meu pai detestava ele. Dizia que ele era comedor de mulher, que ele comia as filhas dos outros, que ia num lugar chamado Buraco da Onça. Ele era onze anos mais velho que eu. Falei: ‘Não, mas eu quero ele, vou casar com ele, é o homem que me fez e é ele que eu quero’. Aí, pronto. Eu saía com o Carlos escondida mesmo. A gente ia pro bar e ele me pegava e me batia no meio da rua. Ia arrancando os cabelos, ele sempre foi assim. E aquilo tudo eu gostava. Aquele homem me ama, aquele homem gosta de mim mesmo, não tem outra, esse que é bom. Com isso, a gente vai acostumando. Ele era igual bicho mesmo. Foi uma

safadeza fora de série. Às vezes, eu pensava que não tava normal, não, isso tudo estava errado, por que eu tenho que aturar tudo isso? No que acabava de me bater, ele me agradava indo pra cama. Aí pra mim tava bom, ele acabava de bater e vinha no carinho. Depois de um tempo, eu não gostava mais e comecei a fazer mesmo o que ele achava que eu fazia, a fazer sacanagem, a bagunçar também, a sair com outros mesmo. Ele nunca viu, mas chegava nos ouvidos dele. Aí piorava as agressões. Aí, quanto mais ele batia, mais eu queria fazer de novo. Ficava dois, três dias fora. Aí voltava pra casa. Aí largava dele e voltava de novo. Era assim.”

Segundo pesquisa do Datafolha de 2017, 29% das mulheres brasileiras afirmam ter sofrido algum tipo de violência física ou verbal, o que equivale a 16 milhões de mulheres.

Ofensa verbal	Ameaça de apanhar	Perseguição	Batida, empurrão ou chute
12,2 milhões	5 milhões	4,6 milhões	4,4 milhões

Ainda segundo o Datafolha, 40% das mulheres dizem ter sido vítimas de assédio, o que

equivale a 23,2 milhões de brasileiras.

Comentários desrespeitosos na rua	Comentários desrespeitosos no trabalho	Assédio físico no transporte público	Abordagem agressiva na balada (abraçar e beijar sem o consentimento)
20,4 milhões	6,9 milhões	5,2 milhões	2,8 milhões

As principais vítimas são adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e mulheres negras.

• • •

Santa Fé do Sul fica quase na fronteira do estado de São Paulo com o Mato Grosso do Sul. Por ali, em todo canto se ouve música sertaneja: na lanchonete, no toque do celular dos pedestres, nas rádios dos carros vagando pelas ruas ou estacionados com o vidro aberto. Parece que a música fica suspensa no ar quente e abafado, no cheiro de terra úmida, nos troncos das árvores que ocupam as calçadas em intervalos regulares, e tudo isso combina demais, tudo se basta tanto que provoca até um certo torpor em quem respira.

A sala de audiência do fórum talvez seja o único lugar da cidade onde essa música não alcança. Ali o silêncio é sério, atento. Quem tem a palavra, tem a palavra. Sem me mover, assisto à primeira parte da sessão do julgamento de *SORAIA*, que termina com a sustentação de um promotor inflamado e seu apelo ao júri para que a condene por homicídio. Percebo sinais de concordância nos olhares leigos que quase não piscam, e me esforço para duvidar da minha própria percepção.

Abalada e preocupada, encontro o defensor, dr. Gilberto, no intervalo do almoço e ele me apresenta a Soraia, uma mulher de pele clara marcada pelo sol, de sobrancelhas e cabelos escuros e fartos. Está ao lado da filha Maíra, de 21 anos, fisicamente parecida com ela, só que mais corpulenta. Passariam facilmente por irmãs.

Falo de minha pesquisa e que havia viajado do Rio de Janeiro especialmente para vê-la. Comento também algo sobre a postura do promotor, mostrando de alguma forma minha empatia por ela. “Você acha que eu queria ter matado ele? Nunca! Nunca pensei em matar nem um bicho!”, defende-se, com os olhos já cansados de chorar. Digo que acredito nela e que gostaria de conversar com calma em outro momento. Ela diz que mora em Paranapuã (SP), a uma hora dali, e combinamos que eu iria na casa dela no dia seguinte.

A rodoviária mais próxima de Paranapuã fica a meia hora de táxi por uma estrada deserta. Depois de atravessar o portal, não é difícil encontrar a casa de Soraia. O município só possui quatro amplas ruas que se cruzam, e algumas poucas ramificações. Soraia me recebe de forma afetuosa, ainda que contida. Coloca cadeiras de praia na calçada em frente à casa e me convida para sentar.

Ela também não pergunta sobre minha pesquisa. No início, quer mais é se defender. Ficara desgostosa, completamente ofendida, com o comportamento do promotor. Precisa deixar claro para mim que nunca foi prostituta. Conta que trabalha muito e de forma honesta desde os treze anos, que queria ter estudado, mas seu pai a tirou cedo da escola para trabalhar. Começou em casa de família, depois foi para o barracão embalar frutas que seriam transportadas para o Ceasa — saía de casa às seis da manhã e voltava a uma da madrugada. Em seguida, foi trabalhar na usina como cortadora de cana. “Eu sempre fui da roça. Catando laranja, tomate, carpindo. Tenho doze anos de registro na carteira de trabalho de serviço agrícola”, diz, mostrando-me suas mãos calejadas.

Soraia conta que se separou do primeiro marido, pai de seus dois filhos, quando o mais novo tinha nove meses — ele tinha dezoito anos em 2014 —, e sempre os sustentou sozinha. Como o ex-marido estava em um estágio profundo de alcoolismo, ela pensava que, se exigisse pensão, ele não teria como pagar e seria preso. E ela não queria que o pai dos seus filhos fosse parar na cadeia. Além disso, eles nunca brigaram, nunca discutiram, Soraia

não gosta de confusão. Quando ele começou a beber até o xarope das crianças, ela só disse “não dá” e foi embora. Arrumou outro namorado com quem ficou nove anos, também sem brigas. Separaram-se porque ele queria filhos e ela não podia mais ter. Soraia estava cansada do trabalho na roça, de ficar o dia inteiro sob o sol quente. Queria sair dali, arrumar outro serviço. E conseguiu, através de um amigo, uma vaga de arrumadeira em um barzinho em Santa Fé do Sul. Foi onde conheceu Geílson.

Quando Soraia fala que amava demais Geílson, lhe vem um nó na garganta. Ao contrário de Nice, seu corpo se fecha ao falar de amor.

“Aí um dia ele falou assim:
‘Você não quer morar comigo?’.
Eu disse: ‘Você não acha cedo?’.
No que ele respondeu:
‘Nunca é cedo pra recomeçar’.”

“O promotor falou que eu trabalhava na zona. Eu trabalhava no bar, de arrumadeira. Eu ajeitava os quartos e vendia bebida. Não tinha nada a ver o que ele tava falando ali. É algo que ele ficou sabendo e tava usando aquilo como peso pra cima de mim. Muitas vezes eu recebia esse tipo de cantada: ‘Você faz?’. E respondia: ‘Eu não. Tem as meninas que estão ali, tão dançando. Elas são, eu não. Eu só trabalho de arrumadeira’. Eu tava trabalhando lá fazia dois meses quando conheci o Geílson. Ele não me conheceu me prostituindo, conheceu eu trabalhando, pra mim não importa qual é o lugar, desde que trabalhe e ganhe meu dinheiro.

“A gente ficou junto e ele começou a vir direto, todos os dias. Ele não parecia uma pessoa agressiva. Ele brincava com todo mundo: ‘Oh, tentação!’, ‘Oh, tentação!’. O Geílson que eu conheci no começo era carinhoso, amoroso, ele me levava pra sair, a gente ia na lanchonete. Aí um dia ele falou assim: ‘Você não quer morar comigo?’. Eu disse: ‘Você não

acha cedo?’. No que ele respondeu: ‘Nunca é cedo pra recomeçar’. Foi aí que as meninas falaram: ‘Soraia, dá uma chance procê, sai daqui, vai viver com ele’. Eu morava junto lá. As meninas que trabalham nesse ambiente, cada uma tem seu quarto. Não é que nem essas casas de prostituição que mora todo mundo junto. Tinha uma mulher grávida que era a dona do estabelecimento e o marido dela estava lá. Não era uma casa de pouca vergonha, era da família deles ali.

“Aí eu larguei o trabalho e fui morar com o Geílson em Três Fronteiras. Deu uma semana e ele já tirou a máscara. Já me trancava dentro de casa. O muro era grandão, não dava pra pular. Ele ia trabalhar, trancava a porta, o portão e levava a chave. Era muito ciumento. Ele fazia asfalto. E de seis em seis meses as empreiteiras dispensam. Aí dispensaram ele. E ele começou só a beber. Bebia muito. Era litro de 51. Era uns *corotinho* de pinga. Nem comia mais. Aí vai vivendo, ele vai discutindo comigo. Ele vinha dizer ‘Te tirei da zona’, e eu dizia ‘Só que você não me tirou eu me prostituindo, você me conheceu eu trabalhando, é a mesma coisa que você trabalhar de faxineira numa casa. Quantas mulheres não trabalham em motel? Elas trabalham pra ir lá ficar com alguém? Não’. E eu sempre relevando.

“Eu não podia sair e nem levar ninguém em casa. Só que ele levava a *colegaiada* pra beber e depois ficava com ciúmes dos colegas. Só que eu nunca dei moral pra ninguém. Aí eles iam embora e ele já começava a me bater: ‘Você estava olhando’. Eu falava: ‘Geílson, se você não quer que eu converse com os seus colegas, é uma falta de educação seus colegas chegarem aqui e eu ficar com a cara feia. Eles não têm culpa de estar vindo aqui. Então você para de trazer. Aí eu não converso com ninguém, não faço sala pra ninguém’. Aí ele começou pro lado já agressivo. E eu cuidava da casa, ele me xingando ou não, eu sempre fiz minha obrigação. Que nem eu falo pra minha menina: ‘Você pode brigar, fazer o que for, mas sua obrigação de esposa dentro de casa você tem que fazer’. Ele brigava muito quando queria um tira-gosto.

Ele comprava as coisas pra gente pro dia a dia e os colegas comiam tudo. Aí queria mais e não tinha. Como eu ia fazer se não tinha? Aí é onde ele me batia, me puxava pelo cabelo.



“Depois de quatro meses, eu que não quis mais sair de casa, fiquei com vergonha. Teve um dia que a gente foi na lanchonete e tinha um rapaz e uma moça do nosso lado. Eu olhei pro casal. Não foi nem pro cara, foi pro casal. E ele me bateu dentro da lanchonete. Na frente de todo mundo. E ele ainda nem tava bêbado nesse dia. Depois que acostumou com a agressão, tanto fazia ele bêbado ou não. Aí eu parei de sair de casa.”

• • •

DORALICE me avisou para não chegar muito tarde porque não tem luz elétrica onde ela mora, na beira de uma estrada de terra a vinte minutos do centro de Catanduva, interior de São Paulo. O dia já está quase indo embora quando o táxi para em frente a uma pequena casa de madeira e avisto, ao fundo, uma senhora forte de olhos miúdos, bochechas salientes e pele branca curtida do sol. Ela acena para mim animada, como quem espera uma visita querida de alguém de quem sente saudades. Combino com o taxista, pedindo que ele volte para me buscar em uma hora.

Logo que saio do carro sinto um forte cheiro de lenha. Escuto barulho de grilo, latidos de cachorro. Sinto picadas de mosquitos. Doralice puxa um banquinho da cozinha rústica para que eu me sente e fica apoiada na bancada. Também não quer saber muito do teor da minha pesquisa, só pergunta se será filmada, se vai aparecer na televisão. Ela não tem problema nenhum de me contar toda a vida dela, mas acha que teria vergonha de fazer isso diante de uma câmera. Falo que a gente não precisa se preocupar com isso agora e começamos a conversar como se já nos conhecêssemos. Ela fala sobre sua vida sem pudores, com as emoções à flor da pele, alternando riso e choro a todo instante.

No meio da conversa surge Davi, seu novo namorado. É um homem forte e tímido, doze anos mais novo do que ela. Ele veio pegar lenha e pergunta se Doralice lavou a rúcula. Ela responde que sim. Ele sai de cena, diz que não quer atrapalhar.

Doralice precisa de ar puro. Costuma surtar na cidade, sente-se sufocada. Ficou assim desde que foi presa. Nunca pensou que seria presa na vida, sempre trabalhou honestamente, em hospital, consultório de dentista, passou quinze anos cuidando de idosos. “Sou uma pessoa de paciência.” Ela diz isso e me leva até uma ampla horta atrás da casa, de onde vemos o sol se

pôr atrás das montanhas. Ela me mostra as hortalças que planta e diz que faz bem a ela mexer na terra. Conta que ali também tem vaca, bezerrinho, ela tira leite de manhã bem cedo. Oferece um gole de leite e eu recuso educadamente. “Meu pai foi retireiro, trabalhou treze anos tirando leite de vaca. Eu era a filha mais velha”, ela conta e lembra-se de que seu pai era um homem bem severo, do tipo que se colocava no meio do sofá, entre ela e o namorado. Precisou fugir de casa aos quinze anos para poder namorar em paz com um rapaz dez anos mais velho. “Eu fugi dia 5 de junho e quando era 8 de agosto meu pai me fez casar na igreja e no cartório.”

Doralice engravidou logo em seguida, teve três filhos e viveu um calvário por 31 anos. Seu ex-marido era um homem agressivo, que batia nela e a deixava trancada no quarto por longos períodos. “Eu levava comida, água gelada, *ponhava* debaixo da cama, ficava assistindo televisão. Ele chegava e via que eu tava sossegada, erguia a cama e tacava no chão pra me acordar. E eu nunca pirraçava. O dia que eu revidei contra ele foi o dia que separei dele. Empurrei ele e disse: ‘Você não vai me trancar mais’. Aí veio me batendo, meu filho entrou no meio, eu empurrei e ele caiu de costas. Aí ele disse: ‘Então vai embora daqui’. Eu disse: ‘Vô, tô indo já’. Catei minha mudança, ele foi pro bar e disse: ‘Quando eu voltar não quero ver você aqui’. Quando ele voltou, minha mudança já tava em cima do caminhão.”

Doralice diz que só aguentou viver assim por conta dos filhos, porque lhe agradava ter uma família, gostava de ter o filho frequentando a escola e podendo falar “esse é meu pai, essa é minha mãe”. Quando viu que os filhos estavam todos casados, que era avó de seis netos, pensou: “Agora não tem mais ninguém pra cuidar, agora é só eu mesmo, tem que cuidar de mim”. Aí ela foi embora. Estava com 49 anos.

Doralice estufa o peito e diz que é uma pessoa decidida. Faz isso sorrindo e sem se gabar. Foi ela quem pediu o ex-marido em namoro. Conheceu-o jogando bola, ele era goleiro e ela jogava na ponta esquerda, “era canhoteira”. O pai de Doralice era o treinador do time dos homens e das mulheres, e eventualmente misturava todo mundo. “Aí mexi com ele, praticamente fui eu que pedi ele em namoro. Ele era meio tímido. Zé também era. Eu gosto assim.”

Ela suspira quando fala de Zé, estica os braços e mostra a pele toda arrepiada.

“Eu saía do trabalho ao meio-dia
e ia pra casa, limpava, fazia
comida,
deixava a janta pra ele.”

“Depois que separei fui morar com minha mãe em Pindorama, e a dois quarteirões da nossa casa tinha o salão de baile Guizada. Foi lá que eu vi o Zé por uma janelinha. Era loiro de olhos verdes. Ele tava no bar e eu embaixo dançando, foi quando ele bateu aquele olhar dele assim, aquele olho de gato que atraía a gente, um olhar bonito. Aí a gente ficou junto. No dia seguinte ele me ligou e falou: ‘Eu quero que você vá na minha casa’. Eu fui na casa dele em outubro de 2011, no Dia das Crianças. Aí ele não me deixou voltar mais pra casa. Fiquei morando com ele. Ele era doze anos mais novo que eu. Eu tenho uma coisa de atrair rapaz novo.

“Quando eu cheguei lá ele tava trabalhando na usina. Dispensaram ele, ele não achava trabalho em lugar nenhum e só eu que trabalhava. Aí eu comecei a pagar o aluguel, a força, a água. Eu que *ponhava* as coisas dentro de casa. Eu cuidava de dois idosos, um de noite e um de dia. Eu limpava a casa, fazia almoço, dava banho e vinha embora pra casa. Quando dava sete horas eu ia dormir com o outro idoso. Então eu ficava só sábado e domingo com o Zé. E ele ficava de dia em casa, de noite em casa. E ele também não era muito de sair. Só que ele não fazia nada dentro de casa. Eu chegava e tava uma zona. Eu sempre fui arrumadinha. Eu saía do trabalho ao meio-dia e ia pra casa, limpava, fazia comida, deixava a janta pra ele. Quando dava sete horas ele me levava de moto no outro emprego. Eu amava ele.

“Ele dizia que não tinha família, que só tinha a vó dele em São Paulo, que era dona de apartamento lá. Fazia dez anos que ele não falava com a mãe, ela tava na Paraíba. Aí eu fiz ele falar com ela. Ele ligou, ela disse que achou que ele tinha morrido. Ela fala tão calminha. ‘Cuida dele pra mim’, ela falou. Eu tentava. E no começo foi tudo bem, só que ele já tinha um jeito estranho de tratar a gente. Às vezes eu ia conversar ou brincar e ele

respondia mal. Eu falei: ‘Meu Deus, que será que eu tô fazendo aqui?’. Mas eu gostava dele.”

O táxi chega para me buscar e Doralice lamenta, gostaria de ficar mais tempo conversando. Ela me abraça com força e me deseja tudo de lindo na vida. Diz que, apesar do porte de gente importante, eu tenho uma alma simples, como a de um anjo. Meses depois ela me telefona e repete essas mesmas palavras. Diz que gostou demais de conversar comigo, que eu parecia uma psicóloga, que fiz muito bem para ela. Está ansiosa para que eu a visite novamente, vai chamar sua família e fará uma festa para me receber.

As palavras de Doralice me emocionam e me fortalecem, muito embora eu saiba que se trata de uma exceção diante do que já havia encontrado e ainda encontraria pelo caminho desta pesquisa. A regra, entendo, é que não é fácil contar um trauma para uma pessoa estranha e que poderia expô-la para muitas outras pessoas desconhecidas. É necessário um tempo de luto, de elaboração, geralmente são anos e anos para conseguir ou até mesmo sentir necessidade de falar. Precisei me apegar às exceções e entender que, por mais que quisesse dar voz a essas mulheres, a maioria preferia continuar calada.

Desde 2005, o Instituto de Pesquisa DataSenado realiza, de dois em dois anos, uma pesquisa telefônica sobre violência doméstica contra a mulher. Em 2017, a pesquisa constatou que:

-

Aumentou o número de mulheres que declaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica: o percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017.

- Houve crescimento também no percentual de mulheres que disseram conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar praticada por um homem: o índice saltou de 56%, em 2015, para 71%, em 2017.
- Entre as mulheres entrevistadas, 90% declaram

estar dispostas a denunciar, caso presenciem um ato de agressão a outra mulher.

- Para 69% das entrevistadas, o Brasil é muito machista.
- A pesquisa apontou que 100% das entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar sobre a Lei Maria da Penha, sendo que 77% dizem conhecê-la pouco, enquanto 18% afirmam conhecer muito a lei.
- A pesquisa avaliou também a percepção das entrevistadas sobre o quanto a Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a

violência doméstica e familiar. Para 26%, a lei protege as mulheres; 53% disseram que protege apenas em parte; enquanto 20% responderam que não protege.

- Entre as mulheres que disseram não ter sofrido violência, 17% avaliaram que a Lei Maria da Penha não protege as mulheres. Já entre aquelas que afirmaram terem sido vítimas de algum tipo de violência doméstica ou familiar, esse percentual sobe para 29%.

...

Tempos atrás, na vizinhança de um conhecido na Baixada Fluminense, uma menina de dezessete anos que sofria constantes agressões do namorado

acabou matando-o para se defender. Fomos atrás do contato da jovem. DEISE era o seu nome. Telefonei para ela e falei da pesquisa, do projeto. Com uma simpatia tímida, Deise responde que poderíamos nos encontrar para conversar pessoalmente, de preferência longe de Mesquita, onde morava naquele momento. Poderia ser no centro do Rio. Sugiro o restaurante Amarelinho, na Cinelândia. Ela topa.

Deise usa roupas justas e caminha com timidez, como se sentisse vergonha de sua indiscutível beleza. Tem a pele negra e os cabelos pretos lisos que balançam enquanto caminha. Todo mundo repara quando ela chega no restaurante. Senta-se de frente para mim e para minha irmã Leda, sorri de um jeito meigo e diz que não quer comer nada. Conta que faz seis anos que “aquilo” aconteceu e é a primeira vez que ela consegue falar sobre o assunto. “Eu ia muito na igreja pedir proteção e entender que eu agi em defesa, que se não fosse ele seria eu. Até eu colocar isso na cabeça... Quando eu ia na psicóloga eu chorava em lágrimas. Agora tô falando friamente com vocês, mas antes... Tive que trabalhar muito pra conseguir falar do jeito que estou falando.” Deise permanece com o corpo enrijecido, só move as mãos eventualmente e com discrição para ajeitar o cabelo escovado, e de fato narra tudo como se repetisse um discurso construído dentro de si ao longo de todos esses anos. Só se emociona uma vez, quando se lembra da fragilidade do ex, Fábio, e do amor que sentia por ele.

“Só que o Fábio não queria nada
com nada, essa é a verdade.
E eu queria ser a Madre de
Calcutá,
fazer milagre.”

“Conheci o Fábio com treze anos, *me perdi* com catorze anos. Era superapaixonada por ele. Minha mãe era empregada doméstica e gastava o

dinheiro dela todo na Talentos Brilhantes, uma agência de modelo e atriz. Depositava a esperança dela em mim. E meu sonho era ser atriz. Eu ia fazer quinze anos, a festa já toda paga, quando eu descobri que estava grávida. Eu não sabia de nada como funcionava, não tinha amizade com ninguém e minha mãe não conversava comigo sobre ‘essas coisas’. Meu pai ficou chocado, minha mãe decepcionada. Teve que suspender tudo. Eu queria morar com o Fábio, mas minha mãe nunca deixou. Era cada um na sua casa. Uma vez tentei fugir pra ficar com ele na Rocinha, só que logo minha mãe descobriu, foi atrás de mim e me levou pra casa de novo.

“Eu sempre gostei de estudar. Não era essas meninas de farra. Quando eu comecei a namorar o Fábio, o pessoal falava: ‘Caraca, não faz isso, não. Esse garoto não presta’. Mas mulher apaixonada é cega. Eu amava muito ele. Gostei dele logo de cara quando a gente se conheceu numa festa de praça. Sinceramente foi o único homem que eu amei na minha vida. Depois fiquei fria. Quando eu conheci ele não sabia o que era a vida. E quando ele não tava bêbado me tratava bem, no início ele era legal.

“Lembro que às vezes ele chegava com fome na minha casa e como minha mãe não gostava dele, ela não deixava ele entrar. Eu pedia pra ela um prato de comida e levava pra ele comer lá do lado de fora. Coitado. Era uma pessoa muito rude. Já sofreu muito, foi criado por uma avó muito agressiva, cresceu assim. Era carente demais. Eu também. Juntou carência com carência.

“Acho que ele se afundou nas drogas por ser carente de mãe, carente de pai. O pai dirige caminhão de lixo e não dava atenção pros filhos. A mãe morreu de câncer muito nova. Ele cresceu agressivo. Brigava com os amigos dele. Diziam que ele era maluco. Eu fiz de tudo pra tirar ele da vida que ele levava. Meu pai era pintor de navio e tentou arrumar emprego pra ele. Só que o Fábio não queria nada com nada, essa é a verdade. E eu queria ser a Madre de Calcutá, fazer milagre. Tentei, mas não consegui. Agora aconselho minhas amigas: você nunca vai conseguir fazer milagre, não existe. Sai fora. Falo logo a realidade, não quero que passem pelo que passei. Tem horas que não tem como segurar a lágrima mesmo, tento ser fria, mas não tem como. É um sofrimento muito grande.”

Segundo pesquisa do DataSenado, entre as entrevistadas que se declararam **brancas** e que afirmaram ter sofrido violência doméstica e familiar, **57% informaram ter sido vítima de violência física e 11%, sexual.** Entre as mulheres **negras** (pretas e pardas), as porcentagens são expressivamente maiores: **74% declararam ter sofrido violência física e 17%, sexual.**

Segundo o Mapa da violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil — pesquisa elaborada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), com o apoio do escritório no Brasil da ONU Mulheres, da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/oms) e da

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (spm) do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos —, a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Evidenciando o peso do racismo na violência letal, no mesmo período o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

VIOLÊNCIA

Capítulo .02

Em algum momento da vida, Nice, Soraia, Doralice e Deise decidiram perseguir seus desejos. Não estavam mais dispostas a apenas suportar o que lhes sucedesse. Enquanto isso, seus ex-companheiros eram homens alcoólatras e/ou drogados e distantes (à revelia ou não) do papel de macho provedor. Nesses relacionamentos o jogo se invertia: quem fora programado para estar por cima, em posição de autoridade, não suporta ver o desejo em quem, em sua concepção, nasceu para ser objeto e apenas obedecer. E é nesse desconforto que a violência se instala.

Já os relacionamentos de EMÍLIA e ÚRSULA fugiam desse modelo. Eram mulheres com baixa autoestima que se envolveram com homens machistas, provedores e agressivos. E, nos dois casos, também policiais. EMÍLIA e ÚRSULA viveram ciclos de violência muito sérios, por muitos anos, e talvez por isso tenham se apagado as memórias da fase da paixão, do amor entre homem e mulher. No relato delas, especialmente no de EMÍLIA, são as memórias das violências que se sobressaem.

• • •

Março de 2014. Uma vez por semana eu conferia o andamento dos processos ainda não julgados da minha planilha, torcendo para ver marcada uma data de júri ou o avanço de algum recurso. Mas tudo era muito lento. Havia um caso de Nova Friburgo (RJ) que estava com um recurso parado no Superior Tribunal de Justiça há dois anos, sendo que o prazo “estipulado” para o julgamento do agravo seria de noventa dias. Decidi ir até o fórum da cidade para entender melhor o caso e, quem sabe, encontrar a ré.

O defensor público me confirmou que a ré era vítima de violência doméstica, mas estava difícil provar que agira em legítima defesa. Ela provavelmente iria a júri popular, só não se sabia quando. Segundo ele, o processo se estenderia enquantooubessem recursos, e a demora para analisá-los era, de certa forma, boa para ela, que estava respondendo em liberdade. Ele não me desencorajou a procurá-la, embora considerasse mais prudente que eu esperasse o encerramento do caso. Concordei. Àquela altura também já havia entendido que o fato de serem absolvidas pela Justiça somava pontos no processo de luto e elaboração que poderia levar uma mulher a querer compartilhar sua história publicamente.

No meio da conversa, o defensor lembrou-se de outra mulher dentro do perfil que eu buscava. Ele não atuou na defesa dela, mas estava no fórum no dia da audiência e se recordava bem da comoção e das lágrimas que tomaram conta de todos ali presentes. Ele me passou o telefone da advogada dessa mulher cujo nome não lembrava e disse: “Te prepara, que a história é muito forte”.

Telefone para a advogada e ela imediatamente lembra-se de EMÍLIA, diz que jamais se esquecerá dela, sua única cliente respondendo por homicídio

em vinte anos de carreira e que fora absolvida sumariamente. O resultado se deu, em grande parte, graças à Marisa, mãe da vítima e figura que ela custou a acreditar que existia. Com a voz expressiva e emocionada, a advogada conta que, quando Marisa chegou na delegacia onde estava Emília, os policiais e funcionários ficaram todos tensos e quase a impediram de entrar. Marisa pediu calma e disse que só queria dar um abraço na nora. Emília autorizou a entrada dela, as duas se abraçaram e Marisa disse: “Eu vou abrir mão da minha dor de mãe, mas não vou te deixar aqui sozinha. Você sofreu muito e agora a gente é uma família, a gente vai permanecer junto”. Marisa deixou de ir no enterro do filho e ficou na delegacia até que Emília fosse liberada. Os funcionários e os presos ficaram em estado de choque. Foi um dia histórico naquela delegacia.

Emília poderia me receber em casa naquela mesma tarde. Seu endereço dava em uma espécie de conjunto habitacional, com casinhas coloridas grudadas umas nas outras, o entorno limpo, bem cuidado e um clima de ordem e sossego. Emília, uma mulher negra de trinta e poucos anos, maxilar marcante e corpo delgado, me recebe simpática, apesar de contida, e me convida para entrar e sentar no sofá da sala. Pede para eu não reparar a bagunça — não há absolutamente nada fora do lugar — e me oferece um copo d’água.

Emília conta que, desde que fora julgada, há um ano, tem pensado em tudo pelo que passou, em todos os momentos. É como se, após depor em juízo e declarar diante de terceiros a sua versão de tudo que aconteceu, suas memórias tomassem uma cadência narrativa e ela pudesse se ver de fora, buscando entender ou criar empatia pela personagem que era ela própria. Às vezes, ela diz, parece ser algo surreal, que não chegou a acontecer de verdade.

Emília ainda vive à margem de si mesma, tentando se encontrar, e tem buscado apoio no Centro de Referência da Mulher que, segundo ela, faz um trabalho lindo com mulheres que sofrem violência. Por lá, seu caso fica em destaque porque foi a única que “pegou e fez”, mas todas têm uma história pra contar muito parecida com a dela. Emília perdia o ar nos primeiros encontros, vinha um choro urgente e ela não era capaz de encerrar sua história. Com as tentativas e repetições, ela foi conseguindo se colocar sem ser atropelada pelas emoções. Tanto que, no meio de nossa conversa, ela se avalia e comenta que, hoje em dia, contando assim mais calma, até parece

que não é grande coisa. E essa impressão a espanta, parece culpar-se por isso. Mesmo narrando as atrocidades que sofreu, ela precisa afirmar objetivamente que “ele era muito agressor, muito mesmo”.

Eu só escuto, atenta, com o corpo inteiro. Por fora pareço calma como ela, mas por dentro há uma dor invadindo célula por célula, deixando-as em alerta, como um amálgama tenso que se controla para não atravessar a pele. Imagino a quantidade de mulheres violentadas que morrem em silêncio, sem jamais verbalizar suas histórias, nem internamente para elas mesmas. E sigo focada na fragilidade do corpo magro de Emília, no tom suave e pausado de sua voz se contrapondo à densidade das palavras.



“Você deu sorte que eu não atirei na sua cabeça.”

“Quando conheci o Eduardo eu tinha acabado de fazer dezesseis anos. Eu trabalhava em casa de família, ele era vigilante do Estado. No começo era tudo muito bom, a gente saía, namorava, ele me tratava muito bem. Depois de um ano acabei engravidando e a gente foi morar com os pais dele. Aí ele já mudou. Virei lixo. Eu não trabalhava, não tinha concluído meus estudos, estava na mão dele. Ele fez a prova pra PM, aí começou. A primeira violência grave que eu sofri foi dentro do quarto, ele deu um tiro no chão enquanto eu amamentava meu filho. Ele nem tinha porte de arma, tinha acabado de entrar na PM e comprou uma arma fria de outro policial. Eu disse: ‘Isso tá errado’. Ele respondeu: ‘Cala a tua boca, não tô te perguntando nada’. Virou para a parede, deu outro tiro e disse: ‘Você deu sorte que eu não atirei na sua cabeça’. O tempo passou, ele ficou na PM, fez faculdade de História, mas seguia com ignorância comigo. Falava: ‘Porra, você não passou minha calça direito. Burra! Você é muito idiota!’. Chegava, não tinha comida pronta, ele dizia: ‘Você não fez comida, você é um lixo!’, ‘Você não sabe fazer nada, você não trabalha! Você nunca vai subir na vida! Eu tô subindo e você é uma pedra que eu tenho que carregar na minha bolsa’. Ele nunca me apoiou em nada e eu não tinha ninguém. Minha mãe faleceu quando o Pedro [o primeiro filho] tinha três meses, e com meu pai nunca tive muito contato.

“Depois vieram os tapas. No começo eu tentava revidar, mas era pior, a fúria aumenta e você apanha muito mais. A gente vivia se separando. “Separava” entre aspas porque ele ainda dormia em casa. Teve uma vez que ele arrumou uma quitinete, mas ficou pouco tempo e voltou. Mesmo quando ele mudou pra lá, ficava me vigiando. Eu tinha que suportar aquela situação porque ele me sustentava, ficava difícil pra eu trabalhar porque meu filho tinha crise de bronquite e era muito apegado a mim. Teve um dia

que ele esperou eu ficar sozinha em casa e foi lá me violentar. E eu engravidei. Quando ele soube ficou uma arara. Queria que eu tirasse, dizia que ‘Separado ou junto, a sua obrigação é de você estar tomando remédio! Não interessa!’. Foi um brigueiro só.

“Ele era muito de lua, às vezes contava piada, quando fazia caminhada junto comigo gostava de conversar. Mas não me levava pra sair, essa parte boa não tinha. De repente, bastava uma piscada pra ele se transformar. Antes, quando a gente morava com os sogros, eles ouviam tudo, se metiam, tentavam separar, sempre ficavam do meu lado. Eu sempre fui uma boa dona de casa, uma boa mãe, vivia praquilo ali, não saía, não fazia nada. Aí, quando a gente se mudou pra essa casa aqui, só nós dois, a violência aumentou. O Pedro ia fazer cinco anos e eu estava grávida da minha filha. Ele batia muito minha cabeça, puxava muito meu cabelo, me jogava na cama e ficava me socando pra baixo e pra cima, eu com uma barriga já de sete meses e ele tentando me jogar da escada. Muita coisa o Pedro via, muita coisa eu escondia. Teve um ponto que eu falei: ‘Não dá mais, não quero. Você vai morar com a sua mãe!’. Fiz um escândalo, coloquei as coisas dele tudo pra fora, aí ele foi morar com a mãe, mas me avisou: ‘Eu vou morar ali, mas se você botar algum homem aqui dentro de casa, eu boto fogo nessa casa’. Aí levou as coisas pra lá, mas comia aqui, fazia tudo aqui. Jogava o dinheiro da pensão em cima do armário: ‘Tá aqui o dinheiro da ração!’. Eu falava: ‘Então você é um cachorro, porque você come aqui também’.

“Eu queria trabalhar, cuidar de mim. Passei no concurso e comecei a trabalhar numa creche. No começo ele até incentivou, depois começou a jogar na minha cara que não via diferença nenhuma de eu estar trabalhando, que eu era uma porcaria de uma merendeira, ia morrer sendo merendeira.

“Ele sempre teve várias mulheres na rua. E minha vida foi toda voltada pra ele. É uma humilhação muito grande. Uma vez ele pediu pra eu ir no carro pegar a caixa de ferramentas. Fui lá pegar, quando eu abri tinha quatro sacolinhas, tudo lingerie pequeninha, bem sexy, e o nome em cada uma. Peguei a tesoura, picotei tudo e fechei as sacolinhas. Ele consertou a pia, tomou banho, quando ele saiu e voltou... Aquele dia eu apanhei, mas aí eu sabia por que estava apanhando. Apanhei muito. Ele disse: ‘Você não tem nada a ver com isso. O dinheiro é meu. Eu gosto de dar presente’. E pra mim ele nunca dava nada.

“Uma das piores partes, que mais me doía, era ele transar com outras mulheres, gravar, me mostrar e depois me violentar. Tenho todos os vídeos aqui em cima. Ele falava: ‘Olha aqui, isso aqui é pra você aprender a ser mulher’. Eu, no choque, no impacto, começava a chorar e soluçar. Aí ele me levava pro banheiro. A porta do banheiro era até quebrada. Ele abaixava minhas calças, me enrolava pelo cabelo... E eu chorando, soluçando. E ele gostava... É tanta coisa. Estava até tentando esquecer.”

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (fbsp), foram contabilizados 60.018 estupros em 2017, um aumento de 8,4% em relação a 2016. Esse número provavelmente é ainda maior, já que o estupro é o crime mais subnotificado, em razão da vergonha e do medo da vítima.

Ainda segundo o Anuário, o Rio de Janeiro foi o terceiro estado com mais registros de estupros em 2017. Foram 4.952 vítimas, o que representa uma redução de 14% nas notificações de 2014 a 2017. O segundo estado em registros de

estupros é Minas Gerais, com 5.199 vítimas e um aumento de 27,6% nas notificações entre 2014 e 2017. São Paulo fica em primeiro lugar, com 11.089 pessoas vítimas de estupro em 2017,

o que representa um aumento de 8% nas notificações de 2014 a 2017.

Ao fim de nossa conversa, Emília chama a ex-sogra, que mora a três casas da sua. Marisa tem uma energia jovem e me recebe com simpatia. Conta com desprendimento que era do tipo que se levantava às dez da noite para fazer arroz para o filho. Não entende por que ele sempre foi tão agressivo, por que gritava de repente, do nada, por que desde pequeno tinha criado uma barreira que ela chamava de Muralha da China. Naquela manhã, enquanto Marisa assistia a uma reportagem no programa da Fátima Bernardes sobre pais que deixam os filhos no colégio e choram, ela se lembrou do quanto chorou quando deixou Eduardo na escola pela primeira vez. Ele não chorou, só ela. Foi a única mãe que chorou. Mais uma vez, Marisa se emociona com as lembranças.

**“Emília, você me perdoa por tudo
que meu filho faz com você?”**

“Com o Eduardo, Deus me livre, eu não podia me meter. Eu só vivia pedindo desculpa a ela. Toda vez eu falava: ‘Emília, você me desculpa, me perdoa por tudo que meu filho faz com você?’. É o tal negócio. Às vezes eu me sinto responsável, porque pra gente que tem família, que tem os netos, a gente sempre quer que os pais fiquem juntos. Agora, com as minhas netas, se eu tiver viva pra ver isso ainda, quando alguma delas falar ‘Vovó, não tá dando’, eu vou ser a primeira a dizer ‘Separa’.

“Eu sou apontada até hoje. Chegou ao ponto de dizerem que eu não era a mãe dele. Me chamaram de sapatona, que eu tinha um caso com a Emília. As pessoas não aceitam. Eu ultrapassei todos os limites da coisa. E é muito difícil. As pessoas não estão preparadas. Eu faria tudo de novo, com a mesma intensidade. Não me arrependo, porque eu detesto injustiça, tenho horror. Tem tudo o que eu presenciei. Ele quebrando cadeira. Ele fez tanta coisa. Acho que uma hora Deus falou assim pra ele: ‘Agora você vai subir até aqui. Porque você tem uma verdadeira mãe’. Porque mãe é essa, que tem a capacidade de ver o erro do filho. Mãe não é a que acoberta, que vê os filhos fazendo as coisas erradas e passa a mão.

“Todo mundo acha alguma coisa. Agora, a senhora acha justo eu mentir? Acha que se eu tivesse mentido, eu tava com essa cara? Eu ia levar isso comigo. E como eu acredito que não é só isso aqui, tem mais coisa além. Você acha? Agora, como que eu ia reagir com ela, que é mãe dos meus netos? Aí eu ia olhar pra minha neta e pensar: ‘Nossa, eu fui tão injusta com a sua mãe, eu vi tudo que ela passou, aí porque teve isso agora só ela é a culpada?!’. Eu não acho nada de mais o que eu fiz. Eu só falei a verdade de tudo que eu assisti. Porque essa menina, no primeiro dia que chegou na minha casa, parecia uma bonequinha, parecia que ia se quebrar de tão fofinha. Aí eu falei pra ele: ‘Meu filho, você cuide dessa menina, ela é uma menina amorosa, uma menina boa’. Aí ele disse: ‘Ai, mãe, eu não fui o primeiro dela’.”

Vamos as três até a casa de Marisa, onde ela mostra orgulhosa algumas fotos de Eduardo: ele com os filhos, com Emília e na sua formatura da polícia. Diz que ele era um rapaz muito bonito e troca com Emília um olhar de carinho e cumplicidade. A narrativa de ambas havia acabado de construir um monstro para uma estranha — eu —, porém esse monstro é também digno de amor. Por incrível que pareça, ele deve ser amado. E eu não poderia ir embora antes que elas me mostrassem isso.

• • •

Dois anos depois de conhecer Emília, volto a procurá-la para avisar que, por fim, estávamos com o dinheiro para filmar o documentário. Emília diz que tinha pensado melhor e que preferia não mais participar. Não conseguira conversar com a filha para contar como seu pai faleceu, e não queria que ela soubesse através do filme.

Tenho pouco tempo para arrumar uma substituta. Remexo meus arquivos e vou até Nova Iguaçu conversar com a defensora dra. Glauce sobre um possível caso. Enquanto ela tenta contatar a ré, sem sucesso, lembra-se de outro caso que defendera na mesma época. Telefona para ÚRSULA, que de cara topa conversar comigo. Ela estava morando em Mesquita, mas no fim de semana iria para a Quinta da Boa Vista fazer fotos para sua formatura em Serviço Social. Combinamos de nos encontrar por lá.

Às nove da manhã o sol já está forte nos jardins da Quinta da Boa Vista. Em frente ao Museu Nacional, um grupo de doze mulheres e dois homens

tentam administrar o suor enquanto se cobrem com uma toga preta. Úrsula, pele negra, cabelos impecavelmente alisados na altura do ombro e um sorriso alegre de dentes perfeitos, parece ser a mais agitada. Ela ajeita a manga do traje, pensa em voz alta nos balões dourados de letras que formavam a palavra “Serviço Social”, nos cartazes com piadinhas sobre formandos, na contabilidade, em quem faltou pagar, o quê, quanto e quando. Também se preocupa em me receber e me dar atenção. Parece a produtora do lance, dá sugestões, pede agilidade, sempre bem-humorada e rindo com as colegas. Quem a vê ali jamais imagina o peso da história que ela carrega.

É perto do meio-dia quando Úrsula se despe da toga preta. Buscamos uma sombra, pegamos uma bebida bem gelada e sentamos para conversar. Ela me diz que ninguém dali sabe de sua história. Ela não quer que ninguém saiba, mas, contraditoriamente, acha importante mostrá-la em um filme, e também tem vontade de um dia escrever um livro sobre o que passou. Ela quer saber mais — é a única — sobre minha pesquisa e de cara entende a importância de se falar sobre violência doméstica. Ressalta que só hoje tem essa consciência, depois de ter passado por tudo que passou, ter ido à luta e estudado. Segundo ela, se na época dos fatos ela tivesse o conhecimento que possui hoje, tudo teria sido diferente. Ela era tão somente uma dona de casa com medo, que não sabia nada dos seus direitos.

“Minhas amizades com homens,
ele cortou todas. Só me
relacionava
com amiga mulher.”

“A primeira vez que vi o Ronaldo foi brigando com outro por causa de mim. Ele tava me olhando e um rapaz puxou a pipa dele. Descobri que ele era meu vizinho e a gente se conheceu. Ele era muito fechado, mesmo assim ficamos amigos. Depois de uns meses, começamos a namorar. Ele era

prestativo. Eu não posso falar que ele era safado, que era viciado. Jamais! Era muito educado, um homem alto, de farda ficava muito bonito. E isso me atraiu. Mas nunca pensei que ele fosse se transformar no que se transformou depois.

“No começo ele tinha um ciúme de mim normal, não era agressivo. Eu muito novinha, muito bonitinha, *pererê pá e bola* [expressão que usa para definir algo que não sabe bem o que é, equivalente a “e tal”]. Trabalhava num hospital e ele falou que quando a gente casasse não tinha a necessidade de eu trabalhar. Beleza. Fui ser dona de casa. Aí piorou os ciúmes. Minhas amizades com homens, ele cortou todas. Só me relacionava com amiga mulher e ele não gostava muito de gente dentro da casa. Depois de dez anos de casados começaram as agressões. Acho que ele foi ficando com a mentalidade mais conturbada no quartel, muita coisa, muita pressão, e tudo em cima dele. Ele chegava em casa e me fazia de saco de pancada. Ele precisava fazer tratamento psicológico, mas os policiais não admitem que têm problema. Primeiro porque perdem a arma. E o poderio deles é a arma. Vai ficar fazendo tratamento psiquiátrico? Meu marido nunca ia se permitir. Nunca. Como todos eles.

“A verdade é que ele era uma boa pessoa. Ele só estava doente. Se ele tivesse que tirar a roupa e dar pra você, ele dava. Se tivesse que dar dinheiro pra você, ele dava. Mas quando ele surtava, colocava todo mundo pra correr. As festas de Natal, os churrascos lá em casa, tava todo mundo bem, todo mundo dançando, se divertindo, daqui a pouquinho ele cruzava os braços, me chamava, e *pererê pá e bola*, todo mundo tinha que ir embora.

“A primeira agressão foi assim, eu tava sentada na sala e falei alguma coisa que ele não gostou. Ele me puxou pelas pernas e eu caí no chão, sentada. Nem lembro o que falei. Era besteira. Porque, toda vez que eu falava alguma coisa que ele não gostava, era besteira. Ele tinha que ouvir o que queria e eu tinha que acatar. A última decisão era sempre dele. Esse copo aqui, esse copo vai ter que ficar aqui. Aí, se contrariar... Aí ele agredia. Sempre achava que eu era inferior.

“Eu adorava tocar piano, mas tem muito tempo que eu não toco mais. Eu fiquei sequelada, porque às vezes ele me obrigava a tocar piano. Teve uma vez que ele falou assim: ‘Vamos levar o teclado pra igreja’. Aí eu falei: ‘Ronaldo, eu não vou levar o teclado pra igreja porque vai que pedem um hino que eu não sei tocar, vou passar vergonha’. No que ele respondeu:

‘Você toca faz muito tempo, você tem que saber, você é muito burra. Por que que eu tô pagando isso? Vai sentar no piano e tocar o hino agora!’. Aí eu sentava e tocava o hino que ele queria, chorando, a lágrima caindo no piano. Aí, quando eu fiquei viúva, vendi o piano. Mas eu ainda vou comprar um piano. Essas coisas vão melhorar.

“Tem homem que faz toda uma técnica pra ninguém ver. Meu marido botava uma toalha na mão pra poder bater sem ficar marca. Ainda assim eu ficava com um galo na cabeça. Às vezes eu colocava o braço pra me defender e ficava marcada. Também tive marcas no pescoço de uma vez que ele tentou me estrangular. Pensei que fosse morrer. Muitas vezes eu achei que fosse morrer! E de arma mesmo! Porque ele, desequilibrado, ele engatilhava a arma e botava na minha boca. Eu grávida do meu filho com sete meses, ele botou a arma na minha barriga. Geralmente era tudo por besteira. Tava tudo normal, de repente ele virava a chave e agredia. Aí depois ele voltava ao raciocínio lógico e você via nitidamente no rosto o arrependimento dele, mas aí você já tava toda lascada, toda machucada, toda dolorida, o ego machucado, a autoestima lá embaixo.

“Às vezes eu acordava de noite com ele me olhando na beira da cama. Acho que Deus falava: ‘Acorda, acorda’. Eu tenho o sono muito leve. Quando eu acordava ele tava me olhando assim. Sentia que ele tava pensando coisa. Eu falava: ‘Que que foi, Ronaldo?’. ‘Eu não tô conseguindo dormir’, ele dizia. Ele trabalhava à noite, então muitas vezes ele ficava sem dormir. E não tomava café. Aí fazia um chá pra ele. Como é que você acorda do nada com o homem te olhando? Sinistro, cara. Doideira. E às vezes ele me batia de dia e de noite queria ter relações comigo. É estupro! Você machucada, como se nada tivesse acontecendo. Zero vontade.

“Eu fiquei com problema de cabeça quando ele começou a agredir o meu filho também. Com três aninhos. Ele amou de paixão o filho, morreu amando o filho, mas perdia o controle. Se o menino tirasse alguma coisa do lugar, ele mudava o comportamento e dava tapa forte no menino, agredia. Aí eu já fiquei ruim. Porque até então, quando é contigo é uma coisa. Agora, quando começa a agredir teu filho, aí muda de figura.

“Ao ponto de que meu filho, quando era pequeno, virava pra mim e perguntava: ‘Mãe, meu pai vai trabalhar hoje?’. Quando eu respondia ‘Vai, graças a Deus’, o menino ficava todo feliz. Era o pai embicar a moto e ele

repetia ‘Graças a Deus’. Com nove anos, depois de me ver sendo agredida, ele chegou a pegar uma faca de pão e saiu dizendo que ia matar o pai dele.”

Úrsula mora em uma pequena casa de dois cômodos no final de uma rua sem saída em Mesquita. É um lugar temporário, acredita ela, falando sobre o último dos tantos em que morou depois que Ronaldo morreu. Em breve pretende voltar para sua casa em Nova Iguaçu. Acha que agora já está pronta, já perdeu o medo do passado. Peço para ela me mostrar fotos de Ronaldo. Ela busca no fundo do armário uma bolsa grande de sarja e me entrega. Abro com dificuldade o zíper meio enferrujado e fico à vontade, como ela mesma sugere. Há muitos álbuns Kodak, daqueles que vinham de brinde com a revelação, com fotos de festas em família, de Ronaldo e do filho Ronan tocando piano, eles na piscina, em desfiles militares, na lua de mel em Campos do Jordão. Vejo um álbum grande com capa de tecido acolchoado: são as fotos do casamento. Ronaldo, de farda, está sempre sério, como costumava ser. Úrsula pouco sorri e encara a câmera com os olhos tensos, bem diferentes dos que tem hoje.

Ronan aparece ali na sala. Fica curioso. Ele nunca teve acesso àquelas fotos. Úrsula diz que estava guardando para mostrar quando ele fosse maior. Agora, por exemplo. Ronan revê a imagem do pai. Ele tinha esquecido como era o rosto de Ronaldo. Diz que só lembrava “das coisas”. Nunca esqueceu nenhuma “das coisas”.

“Minha mãe não me deixava ver,
ela me colocava no quarto
antes de apanhar.”

“Meu pai me batia. Na punição ele extrapolava, ele batia demais. Eu tenho marcas, uma na mão que ele me cortou com o cinto do carro, me bateu com a fivela do cinto e me cortou. Ele me tirou do carro com violência e me jogou assim na parede da calçada de casa. Meu pai era bipolar, ele estava bem, ria, brincava e em questão de um segundo já fechava a cara. Você não

sabia o que estava acontecendo. Ele descontava na minha mãe um bagulho que não tinha nada a ver e de vez em quando batia em mim do nada. Por exemplo, uma vez eu tava brincando com um jogo e o botão ficou ruim. E ele falou normal: ‘Me dá a mão’. Ele ia dar um tapa na minha mão, minha mãe entrou na frente e ele descontou nela. ‘Já que você tá querendo defender, então vai apanhar no lugar dele.’ Aí bateu na minha mãe. Eu escutava os barulhos. Minha mãe não me deixava ver, ela me colocava no quarto antes de apanhar. Ele quebrou uma cadeira nela e a cadeira partiu. Ele bateu muito nela. Uma vez ele disse pra mim, eu tinha sete anos, que ele ia deformar o rosto da minha mãe, que eu não ia reconhecer ela. Então minha mãe escondia, passava maquiagem. Me levava na escola de óculos escuros porque o olho tava roxo. Meu pai batia nela com soco. As pessoas viam, mas não falavam nada. Quem vai falar? Meu pai aparentava ser uma pessoa normal.

“Ele batia na minha mãe e batia em mim. Quando eu tinha oito anos, disse pra minha vizinha que eu ia fugir. Ela me pegou na hora em que eu tava saindo de casa: ‘O que tá acontecendo?’. ‘Meu pai tá batendo na minha mãe. Eu vou fugir e depois eu volto pra matar ele.’ Uma vez eu também tava com uma faca e disse pra minha mãe ‘Vou matar meu pai’. Não tinha outro jeito. Pra mim não tinha outro jeito, minha mãe ia morrer. Meu pai não ia ficar comigo. E eu não ia querer ficar com ele se isso acontecesse. Então ele ia me matar também. Isso era certo. E se nada tivesse acontecido naquela época, agora isso aconteceria. Não ia acontecer mais do meu pai bater na minha mãe como ele batia. Não comigo. Não agora. Não ia ter como duas pessoas viverem naquela casa. Não eu e ele.

“Na época eu chorei. Chorei porque meu pai tinha morrido. Mas depois de um tempo, foi até melhor assim. Realmente ia todo mundo morrer. Meu pai ia fazer o que ele dizia.”

Úrsula faz questão de ressaltar que Ronaldo era uma vítima do sistema. Conta que a mãe dele botou fogo no próprio corpo quando ele tinha três meses. Fez isso porque era amante do pai dele, que deve ter prometido a ela algo que não cumpriu. Ronaldo foi criado por uma avó que o maltratava e acabou sendo mandado para um colégio interno onde sofreu todo tipo de humilhação. De lá, caiu na polícia. Úrsula também faz questão de falar que ele era um exímio policial militar, que a ficha dele era impecável, que nunca

aceitou suborno, que chegou a trabalhar certa vez em uma bomba de gasolina, via todo mundo roubando gasolina dentro do quartel e, quando chegava a vez dele, ninguém roubava um litro. “Ele comprava combustível”, afirma ela.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (ssp) do estado de São Paulo, foram registrados 395 boletins de ocorrência em 2016 contra policiais militares por violência doméstica. Mais da metade dos casos (58,99%) ocorreu no interior e no litoral — a região metropolitana, porém, respondeu por quatro em cada dez ocorrências. Os agressores são, majoritariamente, homens (96,71%) e brancos (65,06%).

...

Todas as mulheres com quem conversei acreditavam na paternidade como redenção. Sonhavam que, com a chegada de um filho no mundo, a conduta dos companheiros violentos mudaria como num passe de mágica e eles se transformariam em pais responsáveis e amorosos, formando com elas uma família feliz, pacífica e radiante. Mas o que ocorreu em todos os casos foi exatamente o contrário. A agressividade dos parceiros só aumentou depois que suas mulheres se tornaram mães, fazendo-as sofrer ainda mais por verem os filhos envolvidos na tragédia, como testemunhas oculares e às vezes também como vítimas de maus-tratos. Percebo claramente a marca da maternidade no drama dessas mulheres, de quando a dor atinge um outro que não é você, mas é maior do que você. Percebo que entre aquelas que hoje conseguem narrar tudo que viveram com distanciamento e até com uma culpada frieza, existe sempre um momento em que a voz embarga e as lágrimas escapam: quando um filho entra na narrativa.

• • •

NICE teve quatro filhos. Três com Carlos e um com outro rapaz, durante um período em que estavam separados. Carlos insistiu para que reatassem mesmo assim, disse que assumiria o filho, que ninguém precisaria saber que não era dele. Nice acreditou e voltou com Carlos em busca do sonho da família unida e feliz. Com o tempo, percebeu a cilada: Carlos incluiria o menino nas agressões, era “algo” a mais que poderia usar contra ela. Dali em diante foram muitas as vezes em que Nice se separou e acabou retornando com Carlos por conta dos filhos. Não apenas pela questão emocional de ter uma família e da esperança de que ele mudasse e todos vivessem bem juntos, mas também porque Carlos usava os filhos para ameaçá-la, chegando até a sequestrar as crianças para chantageá-la.

“Chego lá, cadê meus filhos?
Tava tudo pra adoção.”

“Quando fiquei grávida, eu fui morar com Carlos numa casa que pra chegar tinha que passar por um riozinho. Lembro que ele me levava no colo pra

atravessar ali. Era muito bom. Até os cinco meses foi bom. Mas depois ele botava eu pra dormir e ia pro baile, dançava a noite toda, chegava só de manhã, com leitinho, com pãozinho. Eu brigava, ficava nervosa. Quando eu tava com o maior barrigão, saí de casa. Deu um problema só. Levei tudo que eu tinha comprado junto com ele, fogão, as coisinhas... Ele foi atrás de mim na casa do meu pai e me agrediu. E meu pai acabou dando uma paulada na cabeça dele. Aquilo deu um problema. Foi todo mundo pra delegacia. Meu pai disse: ‘Ué, ele veio brigar com minha filha por causa de um fogão e de coisas velhas que nós mesmo demos’. Aí o Carlos dizia: ‘O problema não é o fogão, é que ela é minha mulher, ela tá grávida de mim’. No outro dia, papai foi trabalhar, mamãe saiu, eu peguei um carrinho de supermercado, coloquei as coisas tudo de novo e voltei pra casa. Eu aturei mais um pouco, fui aturando. Mesmo com bebê ele ia pra farra, às vezes levava o menino pra rua e não tinha hora de voltar. Eu ficava doida.

“Quando o menino ia fazer cinco anos, eu tive a Carlinha. Aí o tempo foi passando, ele daquele jeito. Separei. A gente voltou eu estava com quatro meses de grávida de outro. Deus me livre se alguém falava que não era dele. ‘Eu quero você assim mesmo, mas não quero que ninguém saiba’, ele disse. Mas não tratava o menino [Robson] bem. Depois ainda tive a Liane com ele.

“A Liane tinha um ano e pouco quando eu larguei dele e fiz um barraquinho. Eu sempre fui aventureira. Fazia umas faxinas e um dia eu cheguei do serviço cansada e está esse homem lá, bêbado já, na porta da barraca. Ele disse que tava trabalhando, pintando casa. Aí ele pegou uma faca e disse que ia matar um filho da puta. Foi pro bar, aí o dono do bar foi me chamar pra buscar ele. Eu trouxe ele pra casa debaixo de chuva, era quase meia-noite. Ele deitou num sofazinho pequeno que eu tinha e dormiu sentado do meu lado. Quando deu três horas da manhã ele acordou, todo molhado, e achou que eu tinha que dar pra ele. Eu disse: ‘Não, cara, vai tomar um banho, não é assim, não’. ‘Não?! Então você tá dando pra outro!’ E saiu procurando as facas. Deus foi tão bom comigo que nesse dia eu tinha escondido as facas grandes. Aí ele pegou uma faca de serra e furou a minha cabeça, o meu ombro. Eu quase perdi um braço. Minha irmã me levou pro hospital, nós fomos pra delegacia, registramos queixa, não aconteceu nada. Chamaram ele, mas ele não foi e nem vieram buscar.

“Aí ele pegou meu filho mais velho e fugiu pra São Paulo. Eu peguei as crianças e fui atrás dele. A gente brigou, eu deixei todo mundo com ele lá em São Paulo e voltei pro Rio só com o Robson. A Carlinha nessa época sofreu muito. Tinha que lavar roupa, fazer comida, cuidar de tudo. E ele bebia, mijava na cama, mijava dentro de casa. Eles passaram um terrorzinho com o pai. Mas eu deixei lá pra mostrar pros outros quem ele era. Fiquei aqui, trabalhava, aluguei uma casa, mas eu tinha uma saudade da Liane, ela era tão pequena. Eu sonhava com eles, via a Liane me chamando. Aquilo é um sofrimento só. Eu falava: ‘Ai, meu Deus, não quero mais viver com aquele homem. Mas eu tenho que ir por causa da minha filha’. Aí eu fui.

“Chego lá, cadê meus filhos? Tava tudo pra adoção. Aí, pronto. Fiquei tão nervosa, falei: ‘Não, meus filhos, não, pelamordedeus’. Fiquei doidinha no meio da rua. Chorava e tive que aturar aquele homem de novo. Porque eu não tinha lugar pra ficar e isso aí não sai de um dia pro outro, não. Demorou mais três meses pra eu conseguir pegar meus filhos. As meninas já tavam doadas e o menino fugiu. Ninguém sabia onde tava o danado do menino. Fiquei doida, doida, doida. Todo garoto que morria eu achava que era ele e ia lá ver. Aí um belo dia o juiz marcou audiência. Passei na assistente social, no psicólogo, tudo isso. Eu tinha uma boa referência, trabalhava em casa de família, e minha patroa foi também na audiência: ‘Ela deixou o filho pros outros ver se era ela que não prestava ou era ele. Pra ver onde está o erro’, ela disse. E todo mundo quis ficar comigo. O juiz me entregou as meninas e disse: ‘A responsabilidade agora está na sua mão. A senhora não vai viver com ele, não, né?’. Eu disse que não, que ia embora com meus filhos. ‘Se acontecer alguma coisa, a senhora fica sem eles.’ A Carlinha estava com nove anos e a Liane tinha quatro anos. O menino, não acharam. Só fui ver com dezesseis anos, ficou na vida das drogas, ninguém dominava mais.

“Fiquei com o Carlos lá dois meses, com medo do juiz descobrir. Perdi meu trabalho, me sujei com a patroa, ela contava que eu ia voltar e não voltei. Minha vida começou um inferno tudo de novo. Aquele homem, nossa senhora, não tinha sossego. Eu abri uma coisinha pra trabalhar dentro de casa, na minha cozinha, mas aquele homem, quando via que eu tinha meu jeito, aí que piorava. Ele tinha profissão, era um bom pintor, mas não tinha responsabilidade. Não queria crescer e nem que eu crescesse. Aí uma amiga arrumou um serviço pra ele lá em Santos. Ele virou as costas, eu

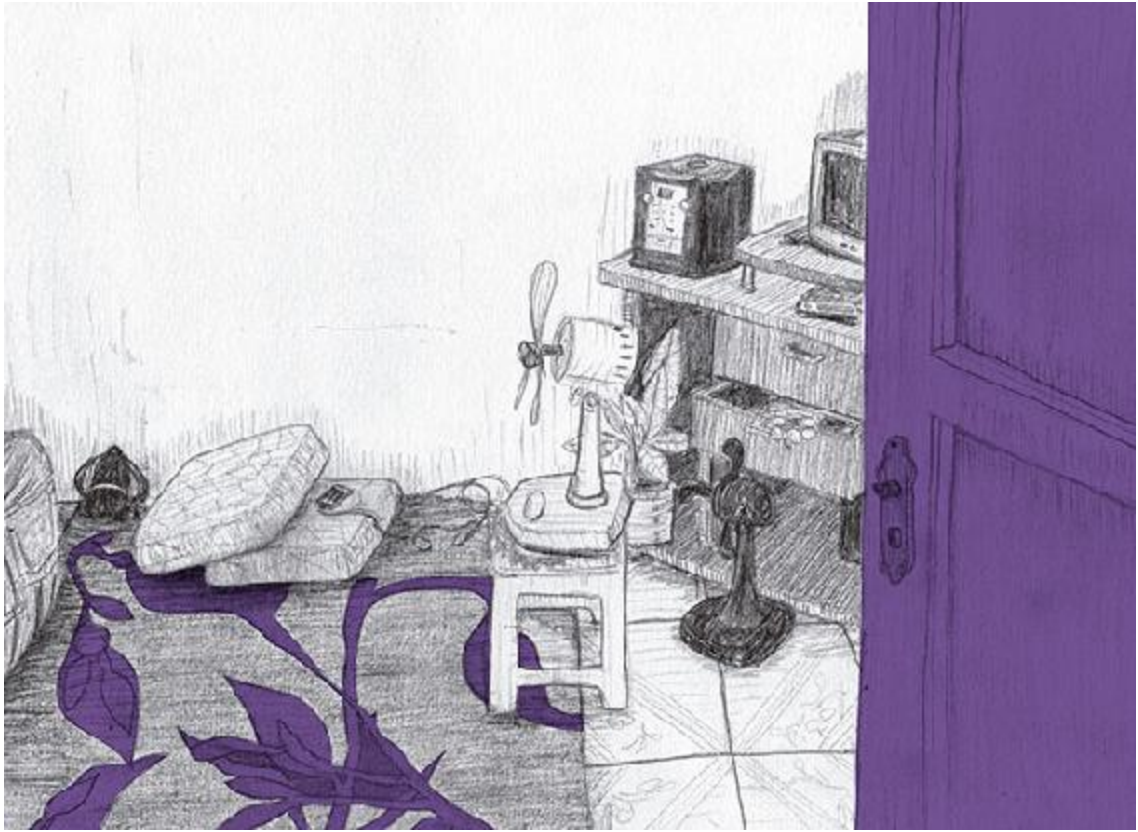
arrumei uma Kombi, botei o que tinha e fui embora pra Osasco. Fiquei quatro anos na luta lá em São Paulo. Fui despejada, invadi casa dos outros, nossa senhora, por causa de filho é muita doideira. Só não roubei nem prostituí, mas muita coisa eu fiz. E fiquei bem, não senti saudades dele, achei que era nunca mais.

“Nisso, o Carlos foi embora pro Rio, achava que eu tava aqui, apareceu com uma arma na casa da minha irmã, descobriu que o filho tava lá, queria matar o filho, foi um inferno só. Aí, por causa do mais velho, eu vim embora e fui pra Maricá [no Rio de Janeiro] morar com o Carlos. Aí, pronto. Dois meses depois ele foi preso. Ficou um ano e meio preso. Dizem que estuprou uma moça lá, e quem vai saber? Ele falava que era mentira. Fiquei seis meses visitando o Carlos, depois abandonei pra lá. Comecei a fazer salgado, congelado, fazia unha pra fora, faxina.

“Aí eu perco meu filho mais velho. Aí vou enterrar meu filho, e como faz pra falar pra esse homem... Ele mandou uma carta dizendo que eu era culpada da morte do meu filho. Eu falei pra mim: ‘Não, não quero mais saber do Carlos, não’. Aí minha sogra veio pegar as crianças e não trazia de volta. Passou uma semana, duas semanas. Carlos já tava fazia dois meses solto e eu não sabia. Bati pra Maricá: ‘Eu quero meus filhos, o que tá acontecendo?’. O safado lá, com uma mulher. Ele disse: ‘Calma, vou com você até a rodoviária’. Eu disse: ‘Não, quero só os meus filhos, não precisa vir’. Mas ele foi comigo e de lá pra minha casa nesse mesmo dia. Pra me conquistar ele chegava muito bem, numa boa, cheio de carinho: ‘Nossa, que saudades, eu te amo muito, não dá pra ficar sem você, sem meus filhos. Nós somos nossa família’. Eu ficava toda boba, nossa senhora. Ele até pediu pra mãe dele e ela deu a casa pra nós morar. Aí começou tudo de novo. No começo foi muito bom. Estava mil maravilhas. E eu tava bem com aquela casa boa, quintal, as crianças ficavam à vontade, a escola pertinho. Carlos tava bem, arrumou um serviço numa firma. Aí ele começou a ficar lá pra baixo, no dia do pagamento já não vinha, dava o cartão pra gente e já não tinha mais dinheiro nenhum, caramba, aquilo foi muita luta. Um dia eu cansei. Pensei: ‘Agora vou começar a cuidar de mim, vou sair, vou dançar’, não tinha vontade de ficar em casa, arrumei um namorado, falava que ia trabalhar, que ia dormir no serviço, mentira. Mas vinha com dinheiro, pagava as contas, dava dinheiro pro corno ainda, pagava as contas de bebida.

“Aí a Carlinha, com quinze anos, fugiu, pulou o muro com o Carlos em casa. Foi pra praia de Mauá [em Magé, na Baixada Fluminense] com o namorado. Acabou o Carnaval e a menina não voltava pra casa. ‘O que acontecer com ela você vai pagar. Vou fazer picadinho de tudo. E vou matar aquele cara e tu e tudo’, ele falava. E ele nunca tinha culpa de nada. Ficou mais agressivo, tava igual meu pai com ele. Não gostava do namorado da Carlinha. ‘Esse cara usa porcaria, esse cara não presta pra ser namorado da minha filha, e você é culpada.’ E o coitado do rapaz é um bom genro, graças a Deus, está lá até hoje com minha filha. É muita doideira. Depois disso eu cheguei num ponto que não dava mais.

“Eu queria ir embora, já tinha arrumado um outro terreno lá pro lado de Parada [Parada Morabi, em Duque de Caxias], mandei limpar, cerquei, botei tijolo, tudo escondido dele. Tinha certeza que não queria mais ele. Vou fazer a minha casinha e vou-me embora. Só que ele descobriu. Foi lá e quebrou os tijolo tudo. ‘Estava pensando que eu não ia descobrir?!’ Eu falei: ‘Não quero mais viver contigo, não sinto vontade de ter mais nada com você. Eu lutei pra criar meus filhos com você, não queria criar meus filhos sem pai, e você não me merece e não tô querendo mais você’. ‘Então você tá me corneando, tá com outro’, ele disse. Eu disse que com certeza eu não tava, não era isso. Ele falou: ‘Minhas filhas você não vai levar, tu pode ir sozinha’. Aí as meninas disseram que não iam ficar com ele. Ele quebrou tudo, acabou com tudo. Disse: ‘Se tu for, eu te mato’. Eu respondi: ‘Então tu vai me matar porque eu não vou ficar’. Aí, pronto. Depois disso deu ruim.”



São considerados tipos de violência contra a mulher:

- Humilhar, xingar e diminuir a autoestima;
- Tirar a liberdade de crença;
- Controlar e oprimir a mulher;
- Expor a vida íntima;
- Forçar atos sexuais desconfortáveis;
- Controlar o dinheiro e reter documentos;
- Impedir a mulher de prevenir a gravidez ou obrigá-la a abortar.

Segundo pesquisa do Datafolha de 2017, 29% das brasileiras afirmam ter sofrido algum tipo de violência. Destas, 25% são brancas, 31% pardas e 32% negras.

• • •

DEISE não chegou a morar junto com Fábio, prova de que os relacionamentos violentos e abusivos não são necessariamente domésticos, e que muitas vezes “sair de casa” não significa sair do relacionamento. Durante os quatro anos em que conviveu com Fábio, Deise foi vítima de agressões e ameaças, mesmo quando ela acreditava que estava tudo terminado. O fato de terem uma filha fazia com que ele se sentisse dono dela, dono delas, e ver que as duas poderiam levar uma vida tranquila longe dele era por demais intolerável. E ele só conhecia um jeito de lidar com o intolerável.

“Minha filha também sofria na
mão
dele, ele maltratava pra caramba.”

“Ele sempre foi muito nervoso, exaltado, muito ciumento. Fazia eu passar vergonha na porta do colégio, em tudo que é lugar. Todo mundo falava pra esperar a criança nascer que ele ia mudar. Ele inclusive. Disse que ia mudar, que ia cuidar dela. E ele não trabalhava! Ele sempre foi muito machista, sempre quis ter um filho homem. Não ficou muito satisfeito quando viu que era menina. Aí depois também parece que ele não quis aceitar muito bem essa ideia de ter sido pai adolescente. Ficou agressivo com todo mundo.

“Ele queria voar sozinho. E eu não queria deixar ele sozinho de jeito nenhum. Ele ia no baile, eu ia junto. Era aí também que começavam as brigas. Teve uma vez que o pai dele ligou, eram três horas da manhã, e disse: ‘Deixe, está um barulho lá na casa do Fábio, está acontecendo alguma coisa’. Eu morava um pouco distante. Peguei a bicicleta do meu pai e fui pedalando até a casa dele. Quando eu cheguei lá, ele estava com um monte de homens e mulheres. E começou a confusão. Ele achou ruim eu ter ido lá, ficou com raiva de mim, e do pai dele por ter avisado, e me deu um soco no olho que ficou roxo por três dias.

“Minha filha também sofria na mão dele, ele maltratava pra caramba, na frente dos outros. E não ajudava em nada. Ele batia nela, mas eu não deixava. Sempre fui muito durona, não era de baixar a guarda. Eu revidava. Mas sempre com aquele medo. Se eu deixava ele, piorava a situação. Ele ia atrás de mim e me agredia. Era uma confusão no meio da rua. Podia ser na frente de qualquer pessoa. Era de bater mesmo. Uma vez ele deu um soco na minha boca que isso aqui ficou tudo roxo. Eu tentava esconder, não falava pra ninguém. As pessoas falavam pro meu pai e pra minha mãe e eu desmentia. Com aquele medo... Entrava na escola pra estudar de cabeça baixa e saía de cabeça baixa. Autoestima lá embaixo. Todo mundo falando de mim, da minha vida, uma sensação horrível.

“Aí a gente ficava indo e voltando. Eu terminava com ele e aí começava tudo de novo. Ele nunca aceitou que a gente terminasse. Ele ia na minha casa, pulava o muro, andava armado pra me colocar medo, ameaçava me matar, matar minha filha, como se a filha fosse só minha, não fosse dele. Ele dizia que, se eu fugisse com ela, ia matar meu pai e minha mãe. Achava que ele era assim por bebida. Que, se não bebesse, ficaria bom. Mas bebendo ou não, era a mesma coisa.”

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres — a quinta maior no mundo, segundo

dados da Organização Mundial da Saúde (oms) de 2016.

NeSse ano, foram registradas **4.606 mortes violentas de mulheres**, o que representa **uma mulher assassinada a cada duas horas**.

• • •

A história de DORALICE e Zé durou nove meses. Ela não teve filhos com ele, mas acredita que ele “se endiabrou” depois que a ex-enteada, de quinze anos, engravidou e cismou que o filho era dele. Doralice nunca acreditou que ele fosse capaz disso, nem que fosse mulherengo. E sorri vitoriosa ao contar que, depois que ele morreu, exigiram o DNA da criança e o resultado foi negativo. Lamenta que ele tenha morrido achando que era pai do menino.

“Se eu chorasse na frente dele, ele me batia, então eu ia chorar lá longe.”

“Ele emprestou cem reais da minha mãe pra pagar o registro da criança na minha fuça e eu não percebi. Depois eu vi o neném da menina e parecia com ele. Achei estranho. Ela é preta, e o neném, loiro de olhos verdes igual ele. Falei: ‘Nossa, Zé, o menino parece com você’. E ele disse que o garoto que ela ficou, o pai da criança, também era loiro de olhos verdes. Aí tudo bem, eu confiava nele. Só que essa mulher começou a ameaçar ele. Aí ele ficou igual o capeta. No fundo ele achava que o filho era dele, ficou nervoso

e começou a me atacar. Tinha medo de eu descobrir que ele tinha um filho com a enteada.

“Aí eu arrumei um serviço pra nós dois, a gente foi morar num sítio pra catar laranja. Só que lá ele vinha com agressão, e quando eu ameaçava de ir embora ele me batia. Eu chamava o administrador e dizia: ‘Seu Emerson, o Zé me bateu!’. Aí ele ficava atrás do seu Emerson chacoalhando o dedo e falando pro seu Emerson sair de lá, que ele me batia de novo, que ele me matava. Aí eu dizia pro seu Emerson: ‘Não, nada, tô só depressiva’. Aí ele saía e o Zé ameaçava de me matar e me jogar lá dentro do açude. Dizia que tinha matado alguém lá na Paraíba e eu ficava com medo. Aí ele ajoelhava nos meus pés, começava a chorar. Dizia pra mim que a gente tinha trocado a moto pelo carro, tinha conta pra pagar, os pneus pra pagar. E como eu gostava dele e achava que ele ia mudar, eu ficava. Aí ele mudava pra pior. Quando o Zé fazia aquelas coisas comigo, às vezes não era nem coisa física, tem coisa que você escuta que é pior que apanhar. Receber uma desfeita é a coisa mais triste do mundo. É a pessoa virar as costas pra você, e pra ele tudo que eu fazia não tava bom.

“Tinha vezes que eu saía beirando o rio e eu chorava, chorava. Se eu chorasse na frente dele, ele me batia, então eu ia chorar lá longe. Um dia veio uma mulher lá e perguntou por que eu tava chorando. Eu falei: ‘Porque eu tô com vontade’. Não queria falar nada pra ninguém. Teve um dia que eu escrevi numa calçada pedindo socorro: ‘Pelo amor de Deus, gente, me socorre, me ajuda, por favor’. E com meu número de telefone. Eu ia longe escrevendo. Aí um rapaz não sei de onde viu e me ligou. Eu falei pra ele: ‘Não é nada. É uma brincadeira’. Se fosse uma mulher, eu queria conversar com ela. Até que uma mulher me ligou. Falou que viu meu telefone. ‘Que tipo de socorro você quer?’ ‘Eu quero conversar com alguém’, respondi. Aí eu combinei de encontrar com ela na calçada onde eu escrevi. E ela foi lá. E começamos a conversar, a se encontrar. Ela ficou minha amiga. Aí até melhorei. Ela perguntou por que eu não ia embora. Eu disse: ‘Ele me ameaça, eu ia gritar de noite e ele tapava minha boca. E quando eu ia embora ele chorava ajoelhado nos meus pés. Fazia aquela cena. Eu acreditava e fui ficando’. Pensando agora eu acho que eu deveria ter ido embora, saído andando de noite mesmo. Mas aquela hora lá eu tinha muito medo da escuridão também, tinha problema de depressão. Pra sair lá, ele tinha que ir junto.”



Segundo o Mapa da violência 2015, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato; e, de 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% nessa década.

Dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que, em 33,2% desses casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex-parceiro. Essas quase 5 mil mortes

representam treze homicídios femininos diários em 2013.

Enquanto praticamente a metade dos homicídios masculinos acontece na rua e o domicílio aparece pouco como local do crime, nos homicídios femininos, mesmo considerando que 31,2% dos crimes ocorrem na rua, a residência da vítima como local do assassinato aparece em 27,1% dos casos, o que indica que a casa é um local de alto risco para as mulheres.

...

Paranapuã, noroeste do Estado de São Paulo. Enquanto converso com SORAIA na frente de sua casa, Maíra aparece por ali para falar alguma trivialidade. Ela já me conhecera no fórum na véspera, quando estive firme e forte ao lado da mãe. Soraia logo a inclui em nossa conversa. Diz que não entende como a filha vive há três anos com um rapaz agressivo depois de

tudo que viu a própria mãe passar. Ela sabe que não está certo e fica ali. Maíra se cala. Pergunto se ela ama muito seu companheiro. Ela responde que nem sabe, não pode dizer assim se é amor, só que não consegue se imaginar sem ele. Agora é Soraia quem se cala.

Maíra se despede e Soraia desabafa: “A Maíra tenta engravidar pra ver se o marido melhora. Eu tenho dó. Eu choro, eu sofro, porque o marido dela é agressivo, não respeita, humilha, já cansei de falar pra ela: ‘Antes que o caso agrave mais, larga! Você vai passar por tudo o que eu passei?’”. Soraia lamenta que a violência doméstica tenha atravessado gerações em sua família. Conta que, desde que se entende por gente, via agressão física na casa dos pais. Foi nascida e criada ali, em Paranapuã, em uma família de cinco irmãos, sendo a única mulher. Segundo ela, seu pai era muito rude, ruim e biscateiro. Tinha outra mulher, uma amante que vivia do outro lado da rua. Sua mãe sabia e convivia com aquilo. Mas às vezes faltavam coisas em casa e ela pedia que os filhos fossem atrás do pai no boteco ou na casa da amante. Quando o pai chegava bêbado em casa, ele chamava todos os filhos para o sofá. Assim que os cinco se sentavam, ele começava a xingar e bater na mulher. Pegava a cabeça dela e batia na parede. Soraia muitas vezes encontrou a mãe desmaiada no chão de tanto ser surrada. Ela nunca reagiu, nunca deu parte.

Soraia conta que sua mãe falava que só se separaria do pai quando os filhos todos casassem. Assim, todos se casaram cedo, com catorze, quinze, dezesseis anos, para ver se ela se livrava da relação. E até hoje ela está junto dele. “Minha mãe não se vê sem meu pai. Ele xinga, humilha, e ela fala: ‘Mas o que que eu tô fazendo, bem?!’. Ele xingando e ela chamando ele de ‘bem’.” Soraia balança a cabeça, inconformada. E remenda, dizendo que hoje seu pai é outra pessoa, está mais calmo, não agride mais a mulher. Ela não sabe se foi efeito da idade ou da separação da amante, com quem ele se relacionou por doze anos.

“O corpo dela pode ir,
mas a cabeça vai ficar
pendurada aqui na trava.”

“Assisti a tanta coisa horrível na minha família que hoje eu não suporto ver homem bater em mulher que eu passo mal. Aí eu via o Geílson fazendo aquilo e pensava: ‘Gente, será que vou passar pela mesma coisa que minha mãe passou? Será que vou ficar o resto da minha vida sofrendo igual minha mãe sofre?’. Vinha isso na minha cabeça.

“Eu falei pro Geílson: ‘Não sei o que você quer mais de mim’. Eu lavava, passava, não saía de casa. Não tinha motivo pra ele ser agressivo. No sexo também ele era agressivo. Se ele pedia um tipo de coisa e eu falava não, aí ele já começava a me humilhar. Um pouco foi erro meu porque eu devia ter ficado mais vezes com ele antes de morar junto, tinha que ter conhecido ele melhor. Seu Gilberto falou pra mim que teve o fato da primeira esposa dele já ter sofrido agressão e eu não sabia disso, soube ontem. Se eu soubesse, eu não tinha ido morar com ele.

“Tinha um compadre nosso que deu o bebê pra gente batizar, sentava com ele lá em casa e dizia: ‘Geílson, você arruma uma mulher limpinha, caprichosa, que te trata bem, pra que ficar com agressão com essa mulher? Ela vai acabar te abandonando’. Muitas vezes ele usou esse argumento: ‘O corpo dela pode ir, mas a cabeça vai ficar pendurada aqui na trava’. Eu tinha medo que isso acontecesse de verdade. Eu ficava com isso na cabeça: se eu for embora, ele vai me caçar, vai me matar. Foi aí que eu engolia muita coisa.

“O que mais me machucou foi uma vez que ele tava bem de fogo, a gente foi deitar e eu falei que aquela noite eu não queria. Ele foi, pegou uma faca e teve relação comigo na marra. Isso eu não esqueço de jeito nenhum. Eu chorando, pedindo pra ele parar, e ele em cima de mim. Ele tava zureta, sem falar coisa com coisa. Pode passar dez anos, quinze anos, e a gente não esquece. Pra deitar na cama com uma pessoa, tem que ser gostoso pros dois.

“Hoje eu falo pra minha filha, quanto mais rápido você sair dali, melhor. Você tem mãe, tem pai, tem o irmão, avós pra te ajudar. Uma pessoa hoje, pra comer um prato de arroz com feijão e ter uma cama pra dormir, não precisa aceitar agressão. Essa semana mesmo ela me ligou e disse: ‘Corre aqui, que ele tá me batendo’. Aí eu fui lá. ‘Gente, até quando vocês vão viver nessa situação? Se tá vendo que não dá certo, vai cada um pro seu lado.’ Aí ele foi lá na cozinha e pegou uma faca pra me ameaçar. Aí eu vim

embora, liguei na delegacia e os policiais até hoje não apareceram. Aqui também não tem o Centro de Referência da Mulher. Aí os outros falam: ‘Por que você não chama a polícia?’. Muitas vezes a gente chama e ela não vem.”

• • •

Diante de tanta violência, por que elas não saíam desses relacionamentos? Por que não denunciavam esses homens? São as perguntas mais fáceis de se fazer — e que se repetem em todas as audiências, em todas as sessões de júri — e as mais difíceis de serem respondidas.

01. SORAIA

“Meus irmãos uma vez foram me visitar, me viram com o olho desse tamanho e queriam me trazer embora. Eu disse: ‘Não. Ruim com ele, pior sem ele’. Vou ficar, vou tentar mais um pouco. Dei queixa duas vezes e eles queria fazer a tal da medida protetiva. Como que eu vou fazer medida protetiva se eu moro no que é dele lá e eu não tinha ninguém? Eu ia pra onde? Como que eu ia conviver com uma pessoa pra ficar cem metros longe de mim? A solução era sair. E eu queria ficar lá.”

Pergunto por que ela achava que era pior sem ele. “Porque eu não conseguia, não me via sem ele. Amava muito ele. Não me via sem ele de jeito nenhum.”

02. EMÍLIA

“Ele botava a arma na minha cabeça e aquilo foi me apavorando. E eu cada vez mais submissa a ele. O que é que eu vou fazer? Como vou sair daqui? Teve uma vez que ele estava me batendo e eu liguei pra polícia, fiquei presa no banheiro e a polícia não veio. Mas eu fui burra, falei que ele era policial civil. Não adianta, eles não vinham. Eu cheguei a ir no Centro de Referência, ele descobriu e disse: ‘Muito cuidado com o que você vai falar. Se me chamarem lá, você não dura mais nem um minuto’. Aí eu só falava as coisas que ele fazia de me botar pra baixo, de agressão não falava porque ficava com medo delas tomarem atitude e me levarem pra delegacia. Uma

vez eles vieram. A casa estava toda quebrada, o policial queria seguir pra delegacia, mas eu não fui, fiquei com medo. Aqui é pequeno. Todo mundo conhecia ele. Um defende o outro.”

03. Úrsula

“Muitas vezes eu tentei separar. Começava assim: ‘Ronaldo, você vai ser sempre pai do Ronan, vamos separar, vai dar tudo certo’. No que ele respondia: ‘Daqui, você só sai morta. E se você fugir, caço algum dos seus parentes, mato algum dos seus parentes, até pegar você’. Na realidade, ele não me deu opção. E eu conhecia ele. Porque ele tinha aquele repente, perdia a consciência, ele podia matar você e depois voltar pra realidade. Quando surgiu a [lei] Maria da Penha, eu me lembro que ele falava: ‘Você acha que essa lei resolve pra mim? Não resolve nada. Mato você, boto você dentro de um saco e jogo você no rio’. Eu tinha medo. Não tinha nenhum suporte. Eu era dona de casa.”

04. DEISE

“Tinha que mudar de país porque, se mudasse de cidade, ele ia atrás. Também tinha medo que ele fizesse alguma coisa pra minha filha. Quantas vezes fui na delegacia dar parte dele e não deu em nada. Nunca nem marcaram audiência. As pessoas não entendem. Falam: ‘Ela tá com ele porque quer’. Vejo minhas amigas que passam por isso, quando alguém critica, eu não aceito. Começo a defender. É medo. A maioria das mulheres não tem pra onde correr. As que moram junto, às vezes não têm ninguém, não têm pra onde ir.”

05. NICE

“No dia que ele me deu facada, que eu quase perdi um braço, fui eu com minha irmã pra delegacia, registramos queixa, não aconteceu nada. Chamaram ele, mas ele não foi nem vieram buscar. Depois eu nem pensava

mais nisso. Tinha que resolver tudo era entre a gente. Naquela época não tinha [Lei] Maria da Penha, não sei se agora seria diferente.”

Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, mais de quinhentas mulheres sofrem agressão física a cada hora no Brasil. Uma em cada três mulheres brasileiras sofre algum tipo de violência. Porém, 52% não fizeram nada após a agressão. Entre as que tomaram alguma atitude, 11% denunciaram o agressor em uma Delegacia da Mulher, e 10%, em uma delegacia comum. A pesquisa mostra que 3% ligaram para a Polícia Militar e 1% para o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher). Boa parte delas, no

entanto, ainda recorre a conhecidos na hora de buscar ajuda: 13% procuraram a família, e 12%, amigos.

Segundo as entrevistadas, 61% dos agressores são conhecidos. A pesquisa mostra que 19% apontam o próprio cônjuge, companheiro ou namorado, e outras 16%, o ex. Parentes, como irmãos (9%), amigos (8%), pai ou mãe (8%), vizinhos (4%) e colegas de trabalho (3%), também são citados.

O DIA DO FATO

Capítulo .03

Conversa vai, conversa vem, em algum momento eu teria que perguntar a elas sobre o que aconteceu no dia do... crime? Assassinato? Não. Risquei essas palavras do meu vocabulário e adotei o termo “o dia do fato” para me referir ao momento da morte do companheiro. No início eu ficava mais tensa e até constrangida, achando que seria a parte mais difícil para elas, que eu estaria lá escavando o trauma alheio. Depois, percebi que não, que talvez a dificuldade ou a resistência fosse maior da minha parte, da escuta, do que daquelas mulheres, que falavam. Acredito que todas já repassaram para si mesmas tantas e tantas vezes o que aconteceu no fatídico dia que chegaram ao ponto de conseguir narrar os fatos na sequência

lógica, cronológica, com detalhes, sem se perder na emoção e sem embargar a voz. Quando falam, se escutam de fora. Até que chega a notícia da morte. Então elas se voltam para dentro e são capturadas por um turbilhão de sentimentos. E choram. Ou ficam em silêncio. Por um momento, parece que vão desistir de falar, que vão me mandar embora. Então me calo. Não insisto. Tento expressar minha solidariedade através de um olhar, um afago com as mãos. Antes de seguir, elas respiram por mais um tempo através do olhar de dor, deixando claro que não existem palavras para definir o peso da morte do companheiro. Especialmente quando se é responsável por uma morte não desejada.

• • •

Depois que o ex-marido faleceu, EMÍLIA saiu da casa onde morava e foi para outra, menor. Ficou lá por dois anos. Justo quando fui visitá-la, ela havia regressado há pouco para a casa onde tudo aconteceu. Estava preocupada principalmente com a parede cor de cenoura por ser muito chamativa, o que poderia acionar algumas lembranças. Ficou surpresa ao notar que não se sentia mal ali. Acredita que é por ter a ex-sogra por perto. O filho também gostou da mudança, achou esta casa mais bonita.

Quando lhe perguntei sobre o dia do fato, Emília seguiu calma, manteve seu jeito equilibrado e harmônico de lidar com as palavras, levantou-se diante da parede cor de cenoura e começou a reconstituir a cena com gestos comedidos enquanto narrava. “Ele estava sentado bem aí onde você está”, falou, olhando para mim. Nesta hora um calafrio subiu dos meus pés até o topo da cabeça e intuitivamente compreendi o que é o instinto de sobrevivência por trás da legítima defesa. Emília estava viva, e eu me encontrava sentada naquele sofá onde tudo aconteceu.

“Na hora que peguei o revólver,
deu um branco total. Foi um
instinto de sobrevivência.”

“Foi em 2011. Ele já estava fazendo pressão psicológica comigo fazia muito, muito tempo. No Carnaval, ele disse que ia me matar se eu desse parte dele. Tudo porque eu tinha ido no Centro de Referência. Infelizmente, eu fui num dia que ele não estava no plantão. Quando eu estava saindo, ele me viu. Cidade pequena é fogo. Ele disse: ‘Abre a boca, faz alguma coisa, que eu vou te matar’. Me perseguiu até a mercearia, com fúria, com ódio. Vim pra casa e tentei o suicídio. Tomei um bando de remédio. Meu filho chegou e me encontrou caída no chão. Deu tempo de me socorrer e me levaram no hospital. Fiz uma lavagem. Depois disso, eu dei uma caída. Parei de caminhar, fiquei mais depressiva, mais na minha. Só ia trabalhar e

voltava. Eu ainda trabalhava na creche e em junho teve uma greve. Aí decidi que ia fazer minha inscrição e voltar a estudar, terminar o segundo grau, porque sou louca pra fazer faculdade de gastronomia. Um dia eu vou conseguir. Mas aí aconteceu isso tudo e paralisou minha vida toda de novo.

“Quando tudo aconteceu a gente estava separado. Conheci um rapaz, minha primeira paquera desde que conheci o Eduardo, e ganhei um buquê de rosas. Eu estava com muito medo, mas trouxe as flores pra casa e coloquei em cima da mesa. Ele chegou aqui, viu as flores e falou: ‘Já sei do que você tá precisando, tá precisando é de um homem’. Aí ele arrancou a roupa, tirou minha parte de baixo e começou. Eu pedia pra parar porque o Pedro estava no quarto. A menina estava na casa da avó. Ele tinha o hábito de trancar o banheiro ou me levar lá pra cima no quarto. Lá é um pano, eu nunca nem quis botar porta com fechadura porque eu tinha medo de ele me trancar e me deixar lá. E até hoje eu não tenho fechadura lá em cima. Ele me jogou aqui mesmo e começou a me socar e me estuprar. Eu implorei a ele pra parar, o Pedro poderia descer, eu estava com cólica, estava pra ficar menstruada. ‘Não vou parar, não vou parar.’ De repente, ele desistiu. Quando saiu de cima de mim, eu rolei pro chão. Ele puxou a coberta, bateu na mesa e disse: ‘Ainda não terminou’. Quando ele fez isso eu peguei o revólver de cima da mesa, uma pistola automática .40, e foi tudo muito rápido. Eu puxei o gatilho. Nem vi, virei o rosto pro lado, não sabia se ia no pé, no peito. Acabou que foi na cabeça. Aí não teve jeito. Na hora que peguei o revólver, deu um branco total. Foi um instinto de sobrevivência. Se você pegar um animal, um gato, por exemplo, e ficar batendo nele, uma hora ele vai te atacar. Foi o que aconteceu comigo.

“Eu liguei pro bombeiro, pra polícia, esperei tudo. Eu subi correndo e falei pro Pedro: ‘Meu filho, mamãe fez uma besteira, eu acho que matei seu pai’. Ele ficou nervoso. Não deixei ele descer. Mas ele desceu, viu, disse que pensou que era ketchup. E foi lá pra fora. Fiquei aguardando a polícia, morrendo de medo. Achei que eles iam me matar. Mas não. Eles fizeram tudo direitinho. Veio a perícia. Me levaram pra delegacia. Em momento algum me trataram mal.

“Ele não morreu na hora. Ficou inconsciente, mas acho que só morreu no hospital. Essa parte eu não acompanhei. Eu pedi pra passar lá pra ver como ele estava, eles pararam e eu recebi a notícia de que ele tinha falecido. Eu estava em choque. Quando a advogada apareceu na delegacia, eu não

conseguia entender o que aquela mulher estava fazendo lá. Só fui me acalmar quando a Marisa chegou lá.”

• • •

A primeira vez que ÚRSULA falou sobre o dia do fato foi quando nos conhecemos. Depois ela contou mais uma vez, enquanto a entrevistava, e a gente já tinha criado um laço maior de confiança. Comparei os dois momentos. Na primeira vez, ela não conseguiu contar tudo em uma tacada só, abria alguns parênteses e depois voltava. Na segunda, ela contou a mesma história de forma mais direta, sem se perder. Em ambos os momentos, notei que era mais fácil para ela falar sobre o dia do fato do que sobre as violências que sofreu, as quais conheci com mais detalhes através do filho e da irmã dela. Úrsula guarda para si os detalhes de algumas situações e só verbaliza que foram “violências muito sérias”.



“Se era pra sair caixão, que saísse o dele.”

“Ele tinha uma obsessão por arma. A minha casa parecia um quartel. Tinha um monte de arma e ele tinha comprado uma outra, uma .40. Nunca vi usando. Ficava limpando e deixava guardado. Uma no armário, uma no cofre, uma na cozinha, outra no banheiro.

“Ele foi piorando, piorando. Eu sabia que ia dar ruim, que ele ia me matar. Do nada ele falou com meu irmão que ia me dar um tiro, isso do nada! Ia me dar um tiro, ia dar um tiro no Ronan e ia se matar. Meu irmão chegou perto de mim: ‘Úrsula, pelo amor de Deus, o que tu fez com o velhinho?’. Ele chamava o Ronaldo de velhinho porque ele tinha o cabelo grisalho. ‘Eu não fiz nada com ele, nunca faço nada, que que foi?’ Aí o meu irmão me disse que ele tava falando isso. Ele botou essa coisa na cabeça, minha filha. Não tinha volta. E olha que eu sentei pra conversar. Mas ele não me deu chance.

“O dia da morte dele foi uma terça-feira de Carnaval. Ele chegou atacado, falou que ia dar Diazepam [medicamento do grupo das benzodiazepinas que, normalmente, produz um efeito calmante] pro menino. Meu filho com nove aninhos, falou que ia dar comprimido pro menino dormir, eu sabia que era pra ele matar o menino. Quando ele fala, o menino já começa a tremer. Então quer dizer, você vê um filho teu nessa situação, pô!

“Aí eu já tinha plena consciência que dali ia sair caixão. Meu, do meu filho e dele. Então, se era pra sair caixão, que saísse o dele. Porque eu não pedi pra morrer e nem queria que o meu filho morresse. Eu não acordei naquela terça-feira pensando ‘Hoje vou matar o meu marido’. Não! Eu queria que ele tivesse aqui, pra ver o filho crescer, ver o neto, ver o filho tocando na banda.

“Naquele dia, aconteceu alguma coisa no quartel, ele tava atacado, chegou tremendo, me agrediu do nada. Mandeí o Ronan pra *lan house*. Ele falou: ‘Eu vou atirar em você, vou atirar no meu filho e vou me matar’. E ele ia fazer isso como todos os policiais fazem. Mata a mulher, mata os filhos e

depois se mata. Daí ele discutiu e foi pro quarto pegar a arma pra me matar. Falei: ‘Não vou morrer’. Peguei a arma do banheiro e atirei nele.

“Depois pensei em atirar em mim também. Eu já sabia que tinha feito uma besteira. Aí meu filho me chamou no portão: ‘Mãe...’. Só aí foi que a minha mente voltou. Porque até então eu perdi a consciência e perdi meu raciocínio lógico, minha mente apagou. Só voltou quando meu filho me chamou. Eu fechei a porta do quarto, deixei tudo lá. Aí abracei meu filho. ‘Meu filho, vamos na casa do seu tio.’ E o meu filho: ‘Vamos, mãe!’. E meu irmão: ‘O que é que aconteceu?’. Falei: ‘Acabei de matar o Ronaldo’. O Ronan só soube bem depois. Todo mundo desabou. ‘Isso um dia ia acontecer, aquela loucura, aquela doideira, aquela insanidade.’ Mas, na realidade, o que as pessoas esperavam era que ele me matasse. Era que ele atirasse em mim. Não eu nele. E dali eu peguei umas coisas, voltei em casa, peguei umas roupas, uma lata de leite Ninho, peguei o PlayStation do meu filho, botei numa bolsa grande e saí sem rumo.”

• • •

Dezembro de 2014. Com o intuito de filmar algumas cenas para um teaser, que seria usado na captação de dinheiro para o documentário, DEISE nos leva até a casa em que morava, onde tudo aconteceu. Ela abre o cadeado do portão e empurra a grade enferrujada com as mãos firmes. Está gelada por dentro. Faz tempo que não passa por ali. Seu pai havia morrido há mais de um ano e a casa fora colocada à venda. O capim está alto, não há móvel algum em nenhum dos três cômodos, só entulhos em um canto da sala. No quarto, sobrevive ainda a tinta rosa na parede, um quadro da filha fazendo pose para um fotógrafo profissional e um pôster da Hello Kitty. Enquanto caminha por ali como se fosse um fantasma, com cuidado para não se assustar consigo mesma, Deise fala sobre o dia do fato do mesmo jeito que o fez no dia em que a conheci no Amarelinho, um ano antes, no centro do Rio de Janeiro. Só que ali, no cenário onde tudo aconteceu, ela parece mais conectada com a fala, e a emoção contida no corpo dá sinais de transbordamento, como uma dor claustrofóbica querendo escapar pelos poros da pele.

“Quando ele caiu,
ainda dei um beijo nele,
pedi perdão.”



“Era dia 23 de dezembro. Eu estava na praça com a minha filha pra buscar o presente de Natal de um vereador lá do bairro. Ela ganhou uma bicicleta e depois uma boneca. O Fábio tinha passado a noite toda na farra. Eu não estava mais com ele, não esquentava. Só que ele me viu lá na fila e disse: ‘Vai embora agora’. Eu disse: ‘Eu? Por quê? Embora por quê?’. Ele tava todo sujo, todo bêbado, todo largado. Ele disse que ia fazer um escândalo se eu não fosse embora. Dito e feito. Falou: ‘Tá fazendo o que aqui, sua piranha?!’. Bem assim. E eu com minha filha. Com aquela vergonha, todo mundo olhando pra minha cara. Pensei em não falar nada pra não ficar pior. Aí ele começou a me agredir, bater mesmo. Minha filha chorando e ele: ‘Vamos lá pra minha casa agora, senão você vai ver o que eu vou fazer contigo e com a tua filha’. Não dei ouvidos e fui andando pra casa. Sabia que meu pai estava em casa e que poderia me ajudar a mandar ele embora.

“Cheguei em casa, minha filha chorando. A bicicleta que ela ganhou, eu deixei lá dentro e ela pediu pra abrir a boneca. Eu disse: ‘Não abre agora, não, deixa pra abrir no Natal’. Aí ele foi lá dentro buscar uma faquinha pequena pra abrir e deu a boneca na mão dela, ao mesmo tempo em que a gente discutia. Aí ele começou a me bater. A vizinha da frente viu eu gritando. Saiu lá pro portão e não falou nada. Só olhou. O outro vizinho viu ele me batendo lá da praça até a casa do meu pai, esse foi meu testemunho maior, depôs a meu favor. Aí o Fábio falou: ‘Você não vai voltar pra mim mesmo não? Não vai lá na minha casa não? Vai ver o que vou fazer com você’. Eu disse: ‘Vai embora, eu não quero mais, não vou sair daqui’. Aí empurrei a minha filha pra dentro de casa, ela começou a chorar e entrou. Não vi direito pra onde ela foi. Eu estava no portão, do lado de fora da minha casa. Eu empurrei ele com tal força que ele caiu na calçada. Ele levantou, veio pra cima de mim e sem pensar eu peguei a faca e fiz assim [imita o movimento] em direção ao peito dele. Fui lá e tirei a faca. Não sabia que tinha machucado ele. ‘Olha só o que você fez em mim’, ele entrou, foi lá na janela do quarto do meu pai e disse: ‘Olha só o que sua filha fez em mim’. Foi na hora que eu vi o sangue. Meu pai veio correndo pra tentar ajudar. Eu fui lá dentro, liguei pra família dele, a irmã dele atendeu. Falei pra ela: ‘Manda seu pai vir pra cá agora porque eu machuquei o Fábio, enfiei a faca nele’. Meu pai chamou o Samu e disse: ‘Vai embora daqui agora, pega tua filha e vai embora’. Me deu um dinheiro,

peguei minha filha, até meu irmão veio. Eu fiquei desnorteada. Antes, quando ele caiu, desceu uma lágrima em mim, ainda dei um beijo nele, pedi perdão. Ele respirava com dificuldade, mas nunca imaginava que ele ia morrer, pensei que só tinha machucado e pelo menos ele ia aprender a nunca mais me bater. Aí fui pro shopping, fiquei esperando meus parentes, que foram lá me buscar de táxi e me levaram pra Niterói. Depois de duas horas, me ligaram e disseram que ele não resistiu, que quando o Samu chegou já era tarde. Fiquei mal, pensando: ‘O que foi que eu fiz?’. Não conseguia dormir. Fiquei duas semanas na casa dos meus parentes em Niterói, até que meu pai me chamou pra falar com o advogado, pra ir na delegacia.”

• • •

NICE não falou quase nada quando a promotora, no julgamento, lhe perguntou sobre “o dia do fato”. Não sei se por estar intimidada ou por orientação de sua defensora. E ela também tinha a desculpa de que já havia passado muito tempo: o fato ocorreu em 2004, e o julgamento foi em 2013. Ela contou, resumidamente, que Carlos chegou mais uma vez bêbado, que tentou deformar seu filho com um ferro de passar roupas e que, no meio da briga, ela jogou a panela de óleo quente para que ele parasse. Uma semana depois, quando fui na casa dela, parecia que o dia do fato havia sido na véspera. Ela se lembrava de detalhes mínimos. Havia de tudo dentro dela, dava para se perder ali.

“Hoje tem que ter um fim nisso aí.
Vai ser eu ou esse cara.”

“Naquela semana eu tinha que dormir pro lado de fora, me esconder daquele homem chegando bêbado, me agredindo. Tava há três dias sem dormir. Saí pra receber um dinheiro de coisa que eu vendi na rua, sandália, perfume, essas coisas. Ia chegar a semana da escola das crianças, tinha que comprar o material pros meus filhos. Eu gostava de comprar as coisinhas pra eles. Pedi: ‘Carlos, pelamordedeus, fica em casa. Em nome de Jesus,

deixa a gente dormir’. ‘Eu não vou sair, não, boba. Pode deixar’, ele respondeu. Cheguei em casa: ‘Cadê seu pai, Carlinha?’. ‘Meu pai, assim que a senhora virou as costas, ele tomou banho, se arrumou e foi embora.’ Aí, pronto. Meu coração já partia. Eu tinha feito uma panela de costela, uma lasanha pras crianças. Ai, Jesus... Cheguei em casa pra dar comida pras crianças e cadê esse homem? Todo mundo perdeu a vontade de comer. Fiquei tão apavorada. ‘Carlinha, e agora, que vamos fazer? Seu pai levou a chave?’ ‘Levou, mãe.’ Deu meia-noite, uma hora, duas horas da manhã. Nós não dormia. Ficou eu e Carlinha na sala e os dois no quartinho. Ficamos vendo televisão. Eu cochilei. Carlinha foi pro quarto. Uma hora veio o Robson, parecia que tava adivinhando. Disse: ‘Ai, mãe, tô sentindo uma coisa assim...’. De repente, chega o homem. ‘Abre essa porta aqui, filho da puta.’ O bichinho ficou: ‘Ai, mãe, não vou, não’. E o homem gritava, gritava. Esse homem veio igual um bicho, meteu o pé na porta da cozinha e eu fiquei quieta, atrás da porta. Ele só queria meu filho. Pegou o ferro em cima de uma cômoda de passar roupa e tacou na cara do menino. Carlinha pulou em cima dele igual um bicho. Se não, a cara do meu filho tinha se acabado. Aí não prestou, não. Esse momento aí acabou. Falei que hoje tem que ter um fim nisso aí. Vai ser eu ou esse cara. Uma hora ele ia matar o meu filho. Talvez ele nem me matava, mas meu filho. Tá maluco, mexer com meu filho, nossa senhora.

“Botei todo mundo pra lá e falei: ‘Não, não dá, não, essa vida não dá, não’. O homem deita, coloca um vídeo de pornografia na TV e diz: ‘Isso que é mulher, não é mulher que nem você, você é uma merda, eu vou matar seu filho e você. Vou matar vocês dois’. Que é isso? Muita história, muita luta. Tem que dar um fim, terminar.

“Aí eu peguei uma panela de óleo quente e joguei nele. Aí, pronto. Na hora ele falou: ‘Some, pode ir, você acabou comigo. Leva meus filhos’. E todo mundo na mesma hora se levantou pra ir comigo. Senti um alívio, mas não sabia que morria, não. Aí deixei meus filhos com a minha irmã. Tava sem dinheiro, mas não ia fugir, não ia deixar meus filhos por aí. Fui pra casa de uma amiga, falei pra ela tudo o que aconteceu. Três dias depois, minha sobrinha correu atrás de mim lá: ‘Nice, o Carlos morreu. Agora você tem que sair fora ou vai presa’. Eu falei que eu não vou sair daqui, não, pra lugar nenhum. Se for pra ir presa, me prende. Pegar, pegou, vou fazer o

quê? Eu tenho que pagar pelo que fiz, mas não vou fugir, não. Não tenho dinheiro e não vou, não.”

• • •

O caso de SORAIA é o único aqui apresentado onde havia testemunhas que não os filhos menores. Ela e Geílson estavam bebendo no quintal com dois amigos chamados João (Josinho e João Coveiro) quando tudo aconteceu, no dia 8 de fevereiro de 2011, por volta das oito da noite. Talvez por isso seja também o único processo onde há fotos de simulação com atores, além das habituais fotos da “cena do crime”. Os testemunhos dos Joões, prestados em inquérito policial, serviram como principal fonte para a encenação fotográfica e para o texto de acusação na denúncia do Ministério Público, que diz assim:

Em determinado instante, Soraia e Geílson começaram a discutir, tendo este último desferido um tapa no rosto da denunciada. Soraia então se levantou da cadeira, disse a Geílson que ele nunca mais agrediria nenhuma mulher, e se dirigiu para o interior do imóvel. Apossou-se de uma faca de cozinha e em seguida retornou onde estavam todos. Posicionou-se de forma que Josinho se mantivesse entre ela e a vítima, ocultando atrás das costas a faca que trazia consigo, dissimulando sua intenção. Em seguida, colhendo-o de surpresa, desferiu dois golpes que o atingiram no quadrante inferior esquerdo do abdome e na região lateral da coxa esquerda. Embora levado ao hospital, Geílson não resistiu

aos ferimentos e faleceu em razão de hemorragia interna aguda. O delito foi cometido mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, pois Soraia o atacou de forma inesperada, ocultando a faca que trazia consigo.

No inquérito policial há mais detalhes: o documento informa que Josinho segurou Geílson para que ele não fosse atrás de Soraia. Ela, por sua vez, retornou da cozinha e parou atrás dele. Geílson não viu a faca nas mãos dela. Ele também não viu o momento do golpe. O outro João endossou a versão. Há ainda um detalhe absolutamente ignorado na versão da promotoria: “Saliente-se que todos os envolvidos estavam ingerindo bebida alcoólica no momento dos fatos”.

Em juízo, o testemunho de Josinho já era outro. Disse que estava sentado no momento dos fatos e só percebeu que Geílson havia sido esfaqueado porque ele disse: “Estou furado”. Já João Coveiro seguiu dizendo que seu xará estava tentando segurar Geílson para que ele não perseguisse Soraia no momento em que ela chegou com a faca.

Em depoimento, Soraia diz que agiu “em defesa”, que eles discutiram, ela levou um tapa e Geílson iria continuar a agredi-la. Foi aí que Josinho o segurou, mas Geílson voltou a tentar agredi-la, fechando a mão para dar um soco, e foi nesse momento que ela fez o uso da faca para se defender. Quando viu, já tinha golpeado Geílson na barriga. Confirmou que, antes de pegar a faca, realmente disse que ele nunca mais iria bater em mulher nenhuma e que depois daquilo iria embora.

Soraia foi denunciada por homicídio qualificado. Segundo a acusação, “o delito foi cometido mediante recurso que dificultou a defesa do ofendido, pois Soraia o atacou de forma inesperada, ocultando a faca que trazia consigo”. A qualificadora dá contornos de hediondez ao fato e afasta vários benefícios legais, inclusive o direito da ré de responder em liberdade. A defesa de Soraia tentou afastar a qualificadora, alegando que: “A vítima tinha razões próximas para esperar a reação da acusada. Isto porque a

‘surpresa’ indica um procedimento inesperado, do qual o ofendido não tinha razões para suspeitar. Quem agride deve esperar uma reação!”. Mas não lhe foi dada a razão.

Quando conversei com Soraia, no dia seguinte ao julgamento, já tinha lido partes do processo e estava por dentro de todas essas questões e versões. Achei desnecessário perguntar a ela diretamente sobre a dinâmica do dia do fato. Queria saber mais sobre os sentimentos dela. Então permiti que ela discorresse em sua própria defesa — fiz apenas pequenas pontuações —, enquanto, aos poucos, emergia uma memória picotada que se encarregava de reproduzir os fatos. A alma dos fatos. Sem atores robóticos.

“Eu abraçava ele,
deitava em cima dele
pra ver se parava
de sair aquele sangue.”

“Aquele dia ele tava fora de si. Ele gritava: ‘Hoje eu mato ela! Eu acabo com ela!’. Ele me batia, me xingava, com palavras de baixo calão demais, que eu era biscate, vagabunda, que tinha me tirado da zona, que era não sei o quê. E vinha pra cima de mim com socos e tapas. Eu via aquilo e pensava: ‘Hoje ele acaba comigo’.

“Eles falam que eu dei duas facadas, eu não lembro. Tanto que, na hora que aconteceu, ele falou: ‘Você me furou!’. ‘Então você não bate mais em ninguém porque eu vou embora’, ainda falei desse jeito. ‘Eu vou embora.’ Aí eu larguei a camisa dele e vi que estava espirrando sangue. Eu fui e coloquei a mão. Aí eu chamei o rapaz e disse: ‘Vamos levar o Geílson, eu furei ele’. Nós colocamos ele no carro e fomos. Eu chorando, tremendo, me sentindo culpada. Podia ter corrido mais, ter tentado quebrar a porta quando ele não estivesse em casa, ter saído, ter ido embora. Poderia ter feito alguma coisa antes de ter continuado essas agressões. E ele conversando comigo, me pedindo perdão. Disse que nunca mais ia bater em mim, que ia virar um outro homem. Que ia ser o que era no começo, quando a gente foi morar

junto. Eu disse: ‘Tá bom, eu não vou te abandonar, eu não vou embora’. Foi o tempo todo assim, desde Três Fronteiras pro postinho. Chegando lá, nós colocamos ele na ambulância e fomos pro hospital. O trajeto todo, ele acordado e conversando comigo. Eu tava toda cheia de sangue, porque eu abraçava ele, deitava em cima dele pra ver se parava de sair aquele sangue. Você acha que, se eu quisesse fazer essas coisas com ele, não tinha fugido? Eu estaria nem aí se ele estava furado. Ele era o meu marido, o homem que eu amava, só que ele que caçou essa situação. Não foi eu.”

• • •

DORALICE é corpulenta, robusta. De todos os casos que acompanhei, foi a única que realmente entrou em luta corporal com o companheiro. No caso, um capoeirista bem mais jovem do que ela. Por incrível que pareça, Doralice saiu “vitoriosa”. A luta pela sobrevivência durou alguns minutos, talvez meia hora. Ela não sabe precisar, mas se lembra de toda a movimentação, dos gestos, das falas, e narra tudo da forma mais realista possível. Só que, depois da morte, vem um apagão. E dali em diante tudo são lampejos de memória, que ela não consegue nem tem interesse em organizar.

“Meu Deus do céu, eu tenho que
levantar, tenho que ter força.”

“Ele tava daquele jeito endiabrado até que, numa sexta-feira, a gente foi na minha mãe, aí ele saiu e me largou lá. Quando foi onze horas da noite, ele voltou pra me buscar. Estava todo vermelho, todo *coisado*. Aí minha mãe disse: ‘Nossa, Zé, por que você tá assim?’. Aí eu disse: ‘Ai, mãe, vai ver que alguma mulher estava chupando ele por aí’. Foi quando ele virou bicho comigo. Fomos discutindo até em casa. Ele tava fumando um negócio fedido, que ele abria a janela, não sei o que é. Aí, na hora de dormir, quando eu fui virar assim, eu tenho tendinite, doeu o braço, eu fui esticar e bateu na cara dele. Pra quê? Aquilo foi o começo de tudo.

“Aí começou, ele socou eu assim, começou a me bater, eu fui escapando por baixo dele. Ele corria atrás de mim, eu entrava de um quarto pro outro. Ficou tudo revirado. Eu puxava a mesinha da televisão na frente. Ele me dava soco assim [flexionando o antebraço] de capoeira. Metia o pé no meu peito, me jogava na parede, fiquei cheia de galo, meu olho ficou roxo, ele quebrou meu nariz, cortou minha boca daqui até aqui. Eu sou branquinha, agora fiquei morena do sol, na cadeia fiquei branquinha igual você. Ele batia, batia, até que eu falei: ‘Eu vou morrer’. Meus sentidos iam e voltavam, aí eu vi ele com a corda na mão, querendo colocar a corda no meu pescoço. Quando vi que estava perdendo os sentidos e ele com a corda no pescoço pra querer me enforçar, aí eu falei: ‘Meu deus do céu, eu tenho que levantar, tenho que ter força’. Aí eu fui de mordida. Mordi o braço dele e a última foi na barriga. Foi quando ele soltou a corda, agachou, aí vi a corda no chão, catei a corda, e ele falou: ‘Sua desgraçada’. Coloquei a corda no pescoço dele, puxei e joguei em cima do colchão. Segurei e não soltei mais. Aí ele continuava me socando. Eu falei: ‘Para, Zé, de fazer isso, que você tá me machucando e eu vou te machucar’. Aí ele parou e eu soltei a corda. Chacoalhei ele, falei: ‘Zé, Zé?’. Estava tudo escuro, só a lâmpada da cozinha acesa. Aí ele nada. Peguei o celular, liguei pra ambulância. Atendeu em Novo Horizonte (SP). Ele disse: ‘Isso é caso de polícia’. Eu tentei ligar pra polícia, mas não estava enxergando mais nada. Não sabia o que eu estava fazendo. Liguei pra minha mãe, pro meu filho, todos os números que fui lembrando. Liguei pra minha irmã e falei que matei o Zé, e ela desligou o telefone. Achou que eu estava brincando. Nunca pensei que isso fosse acontecer comigo. Nem meus irmãos. Eu sempre fui a mais calma de todos eles. Foi um instinto de sobrevivência, pensei nos meus netos, nos meus filhos. Não quero morrer. Tenho minha mãe, não quero que ela chore.

“Aí a polícia veio lá. Estavam bêbados os dois. Um falava pro outro: ‘Ih, cara, fiquei na festa o dia inteiro. Bebi até...’. Foi de sexta pra sábado. Eu saí de cadeira de rodas de lá, toda machucada. E eles falaram pro delegado que eu não estava machucada. Fui no hospital, tirei tomografia, mas eles não fizeram exame de corpo de delito. O médico disse que não ia por a mão em mim porque eu estava muito machucada. Aí fez um monte de exames, mas não deu nada quebrado. Mas eles não viram meu nariz e um dedo que também tava quebrado. Aí os policiais não deixaram a enfermeira nem me dar medicamento, já me levaram pra delegacia e depois pra cadeia. Não

deixaram nem eu passar em casa. Meu irmão arrumou um advogado, pagou quatrocentos reais na hora, e ele não fez nada. Nem vi a cara dele. Só assinou pra eu ficar presa.”

Segundo o Mapa da violência 2015, armas de fogo e objetos cortantes e contundentes são os meios mais usados nos homicídios, tanto para homens como para mulheres. No entanto, enquanto para os homens as mortes são majoritariamente provocadas por tiros (73,2% dos casos), no caso das mulheres essa incidência é menor (48,8%). Já o uso de objetos como facas e paus é mais frequente nos homicídios femininos, o que, segundo especialistas, pode indicar crimes de ódio ou por motivos fúteis.

Diversos estados brasileiros apresentaram forte aumento no número de assassinatos de mulheres na década, como Roraima, onde as taxas mais que quadruplicaram (343,9%), ou na Paraíba, onde mais que triplicaram (229,2%). Entre 2006 — ano da entrada em vigor da Lei Maria da Penha — e 2013, cinco estados haviam registrado quedas nas taxas: Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

JULGAMENTO

capítulo .04

Logo que iniciei esta pesquisa, ouvi de uma promotora de Justiça que “o homicídio é o único crime que qualquer ser humano é capaz de cometer”. Qualquer ser humano é capaz de matar para defesa própria ou de outra pessoa, sob domínio de violenta emoção ou até por acidente. Para os outros delitos, é preciso uma dose de intenção e racionalidade. Segundo o Código Penal, pratica a legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. A legítima defesa é, portanto, uma excludente de ilicitude, uma espécie de norma autorizadora ou, em bom português, uma

**autorização para matar quando sua vida
está em risco.**

Alguns casos de mulheres que matam seus agressores não se enquadram totalmente na definição de legítima defesa, principalmente quando provas periciais alegam que a mulher esperou o homem dormir para agir, não se encontrando diante de uma agressão atual ou iminente. Nesses casos, os defensores trabalham com a excludente de culpabilidade, e não de ilicitude (o ato continua ilícito, mas exímio de culpa, o que pode levar à absolvição da ré), chamada inexigibilidade de conduta diversa. Isso significa que, diante dos fatos, não se poderia exigir da ré outra conduta, pois, considerando o histórico de violência, ela poderia morrer a qualquer momento e, como a mulher em muitos casos é fisicamente menos forte do que o homem, entrar em uma briga corporal significaria sua morte.

O fato é que, a independer do que diz a mulher ou sua defesa, a maioria dessas situações ocorre em ambiente doméstico e sem testemunhas, sendo muito difícil levantar provas que convençam um juiz a absolver a ré sumariamente, ou seja, livrá-la de ser julgada pelo tribunal do júri.

E mesmo que a maioria acabe posteriormente absolvida pelo júri popular, essas mulheres são obrigadas a suportar — muitas vezes atrás das grades — o processo, que, por si só, já representa o sofrimento antecipado de uma pena. Como diria o jurista italiano Francesco Carnelutti: “Desgraçadamente, a justiça humana está feita de tal maneira que não somente faz sofrer aos homens porque são culpados, mas também para saber se são culpados ou inocentes. O processo penal é mesmo uma tortura”.

• • •

DORALICE foi denunciada pelo Ministério Público como incurso no artigo 121, parágrafo 2, do Código Penal, com o seguinte texto:

Consta que durante a contenda, DORALICE provocou diversas lesões no amásio, entre elas ferimentos resultantes de mordidas na região abdominal e no braço esquerdo. Não satisfeita, porém, a denunciada apoderou-se de uma corda

de nylon de 7,35 m de comprimento e a enrolou no pescoço do amásio, imprimindo força tão violenta que chegou a fraturar-lhe os ossos hioide e cricoide do pescoço. A brutalidade empregada por Doralice no estrangulamento provocou a morte de José Antônio em razão de asfixia. [...] Doralice deverá ser submetida a julgamento perante o Tribunal do Júri, onde deverá ser ao final condenada.

Doralice chegou à Cadeia Pública de Urupês (SP) como se fosse uma assassina perigosa. Foi recebida pela chefe de carceragem Natália que, seguindo o procedimento padrão, tirou fotos da nova reclusa e guardou-a em seus arquivos. Doralice apresentava marcas roxas pelo corpo, acreditava ter fraturado os dedos da mão e, como ninguém lhe dava ouvidos, lembrou-se da época em que trabalhou como auxiliar de um ortopedista e tratou de fazer ela mesma uma tala para imobilizar os dedos.

Doralice tinha bom comportamento, se dava com a maioria das presas e escrevia um diário. Estava tudo bem, na medida do possível, até que uma das presas roubou o diário dela. E leu: “Tem gente que vai na oração e a oração passa pelo alto da cabeça”. A carapuça serviu. Doralice passou a ser perseguida e ameaçada por essa presa. “Ela não deixava eu sair do meu X. Aí eu ficava lá. Também não tinha vontade de sair. Mas aí dava falta de ar. Chegava de noite, eles fechavam os portões. Eu ficava assim, ofegante. Aí o carcereiro me *ponhava* pra fora pra tomar ar. Aí um médico me viu e me deu melofilina [ela provavelmente se confundiu com mepifilina, um broncodilatador, ou mepiramina, um anti-histamínico].”

Doralice não ficou muito tempo ali. Foi transferida para a Cadeia Feminina de Santa Adélia (SP), onde permaneceu por quatro meses, tendo sido transferida depois para a Cadeia Pública de General Salgado (SP), onde ficou um ano.

“O Zé aparecia pra mim
várias vezes. Não falava nada.
Só olhava pra mim e depois
sumia.”

“Lá é cadeia de trânsito. Ajudei muita gente lá. Passou 1.238 mulher por mim. Passei de faxineira. Eu tinha regalias, eu pedia mercado, fazia comida, fazia jujuba, porque tinha geladeira no meu X, fazia aquela maionese gostosa, todo mundo gostava. Depois alugava televisão lá dentro. Antes eu não comia. Emagreci 22 quilos. Eu pesava quase cem quilos. Antes de ser faxineira, eu fazia desenho pra vender. Era meu corre lá dentro. Minha família ia a cada três meses lá. Precisava ganhar uns troquinhos pra poder comer, porque eu não comia comida da cadeia de jeito nenhum. Era ruim demais. Já vi barata dentro do leite do café da manhã. Abria a marmita assim e tinha cheiro de barata. Pedia comida pra fora, pãozinho. Ou eu trocava meu prato de comida pelos pães das meninas.



“Lá na cadeia eu tinha depressão e eu gritava também. O carcereiro *ponhava* nós pra dentro e eu falava: ‘Seu Carlão, eu tô com vontade de dar um grito, eu posso gritar?’. Ele dizia: ‘Vai lá no pátio e grita’. Eu gritava até ficar rouca. Aí, quando perguntavam o que era, o Carlão dizia: ‘Sirene nova’. Eu tomava remédio pra dormir e fiquei o tempo todo sem dormir. O Zé aparecia pra mim várias vezes. Não falava nada. Só olhava pra mim e depois sumia. Não sei se é minha mente que fazia que ele aparecesse. Por isso, as meninas tinham medo de mim lá. Eu comecei a falar que eu via o Zé. Uma moça saiu correndo e não dormia nem perto de mim.”

Quando já estava presa há um ano e seis meses, sem notícias de habeas corpus nem de data do julgamento, Doralice sentou para escrever uma carta de próprio punho e pediu para que a entregassem à juíza.

Um ano e seis meses se passaram, eu continuo no aguardo deste julgamento para provar minha inocência, até porque agi em legítima defesa, como segue em anexo nos autos, apenas havia sendo agredida a [sic] dias, e quem trouxe a corda para me enforcar foi ele e depois de muitos golpes, com a ajuda de Deus, eu consegui detê-lo. Em meu corpo, conforme consta nos laudos, houve várias esfoliações, em meu corpo bem como braço e pescoço, sendo o objeto no qual ele tentaria contra a minha pessoa uma corda de nylon de 7,35 m.

Ao deitar-me sem querer, eu levantei a mão para cima para mudar a posição em que estava dormindo e ele começou a me bater e espancar, grudar no meu pescoço e começou a bater em

minha testa no chão fora do colchão, até que eu escapei dele por baixo e comecei a correr dentro de casa procurando as chaves da porta e não achava nenhuma delas, por que [sic] ele as escondia para que eu não fosse embora de casa, como além de me desejar a morte, queria me torturar até o fim. [Doralice segue descrevendo a luta corporal exatamente como me contou.] [...]

Quero que saiba excelência, que o amava demais, pois jamais queria matá-lo, apenas estava me defendendo. Excelência, por misericórdia, eu lhe suplico, me dê um voto de confiança, me dê a oportunidade de aguardar este julgamento em liberdade para que eu possa passar o natal ao lado de minha família, tenho 7 netos e 3 filhos, me disponho a ficar em prisão de albergue domiciliar até a data do julgamento, pois já não estou bem de saúde, sou hipertensa, diabética há 5 anos, tenho falta de ar devido a alergia do cigarro, faço uso de medicamentos faixa preta, bem como rivotril, amatreplina [sic], conforme segue em anexo nos xerox [sic] de laudo médico que possuo.

Por obséquio excelência, lê com atenção meu apelo e me dê uma humilde oportunidade a esta

senhora, mãe e avó que foi torturada o tempo todo e só necessita repousar e cuidar da saúde.

O apelo não foi atendido. Talvez a juíza tenha se sensibilizado apenas a ponto de marcar, para dali a cinco meses, a data do julgamento. Foi o Ministério Público quem respondeu ao pedido:

Inicialmente há de se verificar que a ré, embora possua advogados constituídos nos autos, não fez tal pedido por intermédio deles, mas o fez pessoalmente, sem possuir capacidade postulatória quanto ao objeto de pleito.

No que cinge à alegada “falta de saúde”, é de se verificar que a própria ré confessou fazer uso de remédios, ou seja, que faz o devido tratamento de hipertensão e diabetes, devidamente controlados, não se justificando referido pedido.

No tocante à alegada extrapolação de prazo para a designação da data de julgamento, cabe ressaltar que não há em nosso sistema jurídico a fixação exata e peremptória de prazo para o julgamento do processo.

Aliás, se há que se falar em decurso maior de prazo, foi a própria ré que deu causa a isto, ao manejar recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia que, embora

manifestamente legítima do ponto de vista da ampla defesa, não possuía qualquer fundamento, tanto é que resultou improvido.

Pugno pela denegação da ordem.

Doralice saiu da cadeia diretamente para a cadeira de ré do Fórum de Novo Horizonte. Ficou nervosa, falou toda a verdade e ouviu, impressionada, a sustentação de seu advogado, que, segundo ela, “parecia Deus lá falando”. Os sete jurados aceitaram a tese de legítima defesa e Doralice foi absolvida por unanimidade. Ela acredita que o depoimento de Natália e a foto que tirou no momento de sua entrada na cadeia contribuíram para a absolvição. “Os policiais falaram lá no júri que eu não estava machucada. Aí a juíza falou: ‘Por que não? E a foto?’.”

• • •

Depois de deixar Geílson no hospital, SORAIA prestou depoimento na delegacia e foi liberada. No dia seguinte, a polícia a buscou em casa para que ela desse outro depoimento. De lá, ela foi encaminhada para a Cadeia Feminina de Santa Adélia. O ofício da Delegacia de Polícia de Três Fronteiras (SP) que pedia a prisão preventiva continha os seguintes argumentos:

A investigada agiu por motivo torpe, já que matou Geílson apenas por ter levado um tapa no rosto. Vislumbra-se isto na fala dela quando diz “você não vai mais bater na cara de mulher nenhuma”.

A forma como o crime ocorreu demonstra o nível de periculosidade da investigada, uma vez que ela transpareceu não ter apego à vida de

seus pares, ceifando a de um indivíduo por um simples desentendimento.

Ainda, oportuno citar que, se permanecer solta, a investigada pode usar contra as testemunhas da mesma violência dirigida contra a vítima, como forma de impedir ou dificultar sua responsabilização criminal.

De outro turno, vê-se que a indiciada, antes de vir morar com a vítima, residia na zona do baixo meretrício de Santa Fé do Sul, local onde é do conhecimento de todos que as garotas de programa ficam por pouco tempo, devido à grande rotatividade nesta profissão, sendo certo que, se for posta em liberdade, certamente poderá ir para outros locais de prostituição desconhecidos do juízo, além de tentar fugir do distrito da culpa.

Outrossim, deve ser salientado que o crime em comento causou comoção nos municípios locais, já que foi perpetrado em município interiorano, de pequeno porte (menos de 7.000 habitantes), que não está acostumado com a violência dos grandes centros.

“Fui de Três Fronteiras pra Santa Adélia me acabando. Eu perguntava pros policiais o tempo todo como tava o Geílson.”

“No dia seguinte, à uma e quarenta e cinco da tarde, eles foram me buscar e falaram que eu precisava dar outro depoimento. Eu fui. De lá, já fiquei no corredorzinho. Aí me chamaram e falaram que eu seria transferida pra Santa Adélia. ‘Você tem advogado?’ Eu disse que não tinha ninguém aqui. Sou sozinha. Nem minha mãe nem ninguém da minha família sabe o que aconteceu aqui. Aí eu passei o contato da minha mãe. Aí me algemaram, me colocaram no carro da polícia, passaram na minha casa pra pegar os pertences e me levaram. Fui de Três Fronteiras pra Santa Adélia me acabando. O policial disse que eu não precisava ficar daquele jeito, que eu não ia ficar cinco dias presa porque ia dar legítima defesa. E eu não aguentava. Aquilo não era pra mim. Eu perguntava pros policiais o tempo todo como tava o Geílson. ‘Tá na UTI’, eles diziam. Só fui saber que ele faleceu muitos meses depois.

“Chega lá em Santa Adélia, elas tiram a roupa da gente tudo, colocam você lá dentro, aí falam qual a cela que você vai. No pátio, as meninas vieram tudo pra cima de mim pra saber o que eu tinha feito. Eu falei: ‘Eu esfaqueei meu marido’. ‘Por quê?’, elas perguntaram. ‘Porque ele estava me batendo.’ ‘Então tinha que matar mesmo’, disseram. Lá elas são muito assim com homem que bate em mulher. ‘Só que eu não queria matar. Eu queria fazer ele parar de me bater’, respondi. ‘Então, se a partir de hoje alguém perguntar para você o motivo que você está aqui, você fala que seu artigo é 121.’

“As meninas lá foram muito boazinhas pra mim. Nós tava em dez numa cela. Eu dormia num colchãozinho dessa grossura no chão, porque não

tinha cama pra mim deitar. Até que minha mãe e meus filhos foram na visita. Deixaram eu espiar eles esperando ali pelo portão. Quando minha mãe me viu, já começou a chorar. Eu comecei a chorar. Eu falei: ‘Calma’. E comecei a fazer coisas pra tirar o sustento, tapete pra minha mãe vender fora. E se minha mãe me levava cinco Miojos, eu ficava com um e repartia os outros com quem não tinha. Até que as meninas lá começaram a me chamar de Mainha. Uma entrava lá porque tinha roubado, a outra porque estava traficando, eu dava conselho, falava que a vida da gente é tão boa, tão gostosa se a gente souber viver sem droga, sem coisa errada.

“Lembro de um fato, de uma vez que eles me levaram pro fórum de Jales (SP) pra uma audiência. Os policiais que me conheciam me algemavam só na mão. Aí veio um policial que nunca tinha me visto e me algemou pé e mão. Eu cheguei lá no fórum, minha mãe me viu desse jeito e já começou a chorar. Na hora de ir embora, ela querendo me abraçar e eles não deixaram. Ela, vendo aquilo, caiu no chão e desmaiou, e eles não deixaram eu voltar pra poder ajudar minha mãe. Aquele dia eu sofri bastante.

“Meu pai é casca dura. Fiquei dez meses lá presa e meu pai nunca foi me visitar. Nunca tocou no assunto comigo. Nunca mandou um maço de cigarro pra mim. Não foi homem de pegar uma caneta pra me escrever uma carta. Eu ficava muito triste por causa disso. Minha mãe nunca me desamparou. Eu gosto do meu pai, gosto, mas eu amo minha mãe. Ela ia de quinze em quinze dias. Era difícil pra ela ir. E ela não deixou faltar nada pra mim lá.

“Você ganha respeito dentro da cadeia se você dá respeito. Lá era do PCC [Primeiro Comando da Capital]. Tem a chefona que juntava quinze mulheres pra bater numa presa e falava: ‘Do pescoço pra baixo, pode quebrar’. Você via aquela cena e fazia de tudo pra ficar quieta. É traumatizante, porque você vê muita coisa. Então eu fazia amizade com todo mundo pra ninguém fazer isso comigo.

“Aí um dia meu celular toca. Era minha mãe. ‘De hoje pra amanhã, você sai’, ela disse. ‘Sai nada mãe, já tô cansada de ouvir.’ Aí tô lá sentada no pátio, fazendo meu tapete, o carcereiro me chama. Aí eu fui. Chega lá, me colocou na salinha. Eles não me algemavam mais porque diziam que eu não representava nenhuma ameaça. Aí falou: ‘Assina esses papéis, você conseguiu sua liberdade’. Eu dei um grito. Aí eu saí de lá e as meninas tudo já olhando. ‘O que que foi, Mainha?’ ‘Cantou meu alvará! Eu vou sair!’

Todo mundo começou a gritar, a gente começou a louvar a Deus. Porque, lá na cadeia, uma vez por semana ia os pastores. Aí nós fez o círculo, começamos a louvar a Deus, a cantar. E na hora que fui saindo as meninas mandando eu gritar os nomes delas lá na rua, porque chamar o nome ajuda a presa a chamar a liberdade. Foi muito bom, muito gostoso. E deu um aperto no coração, porque você faz amizade.”

Soraia ficou presa por dez meses. Segundo ela, o primeiro advogado que lhe arrumaram ficou quase oito meses no caso sem fazer nada, aí entrou o dr. Gilberto, através de um convênio com a Defensoria Pública, e em dois meses ela estava fora da cadeia. Apesar da acusação seguir a linha do inquérito policial, o Ministério Público acabou cedendo ao pedido do dr. Gilberto para que fosse retirada a qualificadora da acusação. Soraia passaria a responder por homicídio simples. E como ela tinha família e poderia comprovar residência fixa em Paranapuã, acabou sendo permitido que respondesse ao crime em liberdade.

Dois anos depois, Soraia já vivia com um novo companheiro em Paranapuã e estava às voltas com sua rotina na roça quando recebeu o aviso de que seu julgamento estava marcado para o dia 19 de fevereiro. Soraia se tremeu inteira e pensou: “Senhor Jesus, eu entrego nas suas mãos, porque o que eu venho sofrendo não é fácil. Já constituí outra família, tô vivendo bem com outra pessoa que é carinhosa comigo, me trata superbem, não quero perder. E uma pessoa que necessita de mim demais”. Soraia compartilhou a notícia com seu companheiro, que estava com câncer avançado na garganta, e ficou ainda mais tensa quando ouviu dele: “Se você chegar a ir presa, pede pra alguém pegar suas coisas, porque eu vou morrer rápido”.

Soraia frequentava a igreja presbiteriana muito de vez em quando. No dia 18 de fevereiro ela foi orar. Estava concentrada nas orações quando uma missionária que não a conhecia apontou para ela dizendo que tinha uma revelação. Caminhou até Soraia e falou no ouvido dela: “Essa dor que você sente, essa angústia, pode se aquietar, que amanhã você só vai buscar a sua vitória”. Soraia sentiu a mão da missionária consolar seu coração e se acabou de chorar até quase perder o equilíbrio nas pernas.

01. JULGAMENTO DE SORAIA

Fórum de Santa Fé do Sul (sp)

19 de fevereiro de 2014

Às dez horas da manhã, horário marcado para o início da sessão, o pequeno tribunal do júri do Fórum de Santa Fé do Sul está quase lotado. Além de um ou outro estudante de Direito, há 25 cidadãos convocados para o sorteio do júri distribuídos pelos bancos de madeira escura que lembram os das igrejas católicas. Junto-me a eles e observo o ambiente, os corpos tensos, alguns enrugados e outros suados sob os ventiladores que rodopiam no teto. Logo entra o juiz, devidamente togado, e passa os olhos pela plateia, sorrindo de forma meiga e discreta. Ocupa seu lugar e abre a sessão apresentando solenemente o promotor e o advogado de defesa. Diante de uma urna giratória de madeira, ele avança com o sorteio dos jurados. Promotor e advogado têm direito a três vetos cada um: imediatamente devem falar “Aceito” ou “Não aceito, obrigado”, assim que um sorteado se identifica. O promotor e o advogado usam seus três vetos e é formado o júri de quatro homens e três mulheres, que se sentam em uma bancada de frente para a cadeira da ré e de costas para um Jesus de formas alongadas que sofre pregado na cruz. Só então entra Soraia, vestindo calça jeans, camiseta com a letra “S” estampada em letra garrafal e o cabelo dividido ao meio, preso na altura da nuca e colado nas costas até a cintura. Senta-se de cabeça baixa e coloca as mãos sobre o rosto.

O juiz lê a pronúncia, onde Soraia é acusada de homicídio simples, e abre para os depoimentos dos dois Joões que estavam bebendo com o casal no dia do fato. Depois é a vez de Soraia. Nervosa, ela fala pouco, concentra-se em dizer que era agredida e só fez o que fez para se defender. Em seguida, o jovem promotor tem 45 minutos para fazer sua sustentação.

Ele lê trechos do depoimento de Soraia fornecido na delegacia e chama a atenção para o fato de ela ter conhecido Geílson na zona de baixo meretrício. Fala de maneira hostil, como se o fato de estar nesse ambiente já

fosse o suficiente para condená-la. Depois mostra no laudo do exame cadavérico a afirmação de “Ausência de dentes nas arcadas superior e inferior” em Geílson, como se essa informação — que só mostra a miserabilidade do personagem — anulasse a força física de um homem de 1,80 m, cem quilos e o fato óbvio de que era muito mais forte do que Soraia. E ainda se utiliza das fotos de reconstituição do “crime” para explicar aos jurados a dinâmica da história, em que os figurantes mais parecem modelos de marcação de luz se divertindo com a experiência.

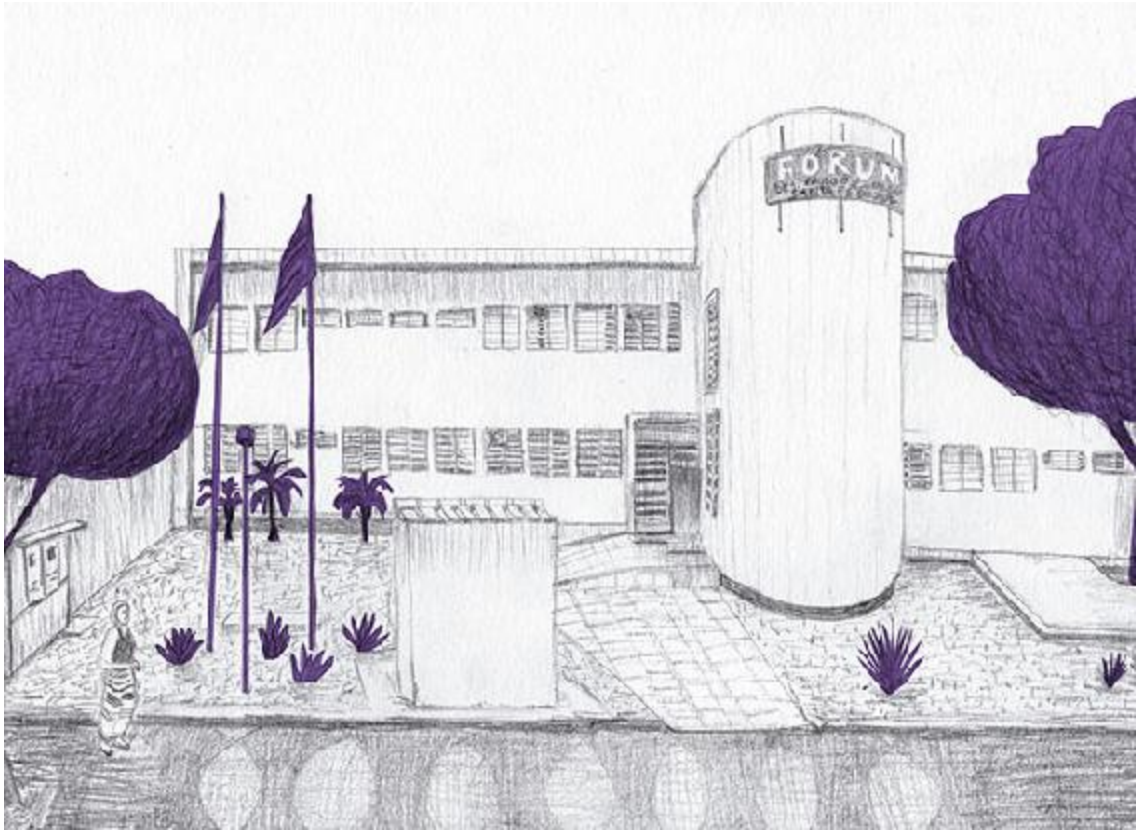
De forma irônica, o promotor pergunta se Soraia conhecia a Lei Maria da Penha. Se ela sofria violência doméstica, por que nunca o denunciara? Soraia responde que tentou fazer a ocorrência duas vezes e em ambas lhe disseram para voltar para casa e conversar com Geílson.

Ele diz ainda que o fato narrado por Soraia em seu depoimento, de que ela estava com um novo companheiro em estágio avançado de câncer, não deve ser motivo para pena, pois devemos analisar o fato, e não a pessoa. “Não importa se tem marido doente. O fato é que houve crime e não foi legítima defesa.”

O promotor cita Platão para falar de justiça e lê um trecho da Bíblia para ilustrar a seguinte ideia: “Não se fala do castigo, e não é isso que estamos discutindo aqui. A maior autoridade é a lei. A função da lei é fortalecer a lei. O descumprimento gera o caos total”.

Em determinado momento, ele retorna aos primórdios do processo, falando que ela fora inicialmente denunciada por homicídio qualificado, pelo elemento da impossibilidade de defesa da vítima. Segundo ele, Soraia foi até a cozinha pegar uma faca já calculando friamente que daria o golpe no companheiro. Imediatamente a defesa se manifesta, recriando a má-fé do promotor, visto que não se pode levar ao júri elementos que já foram retirados do processo.

O promotor então pede aos jurados que se atenham às contradições dela, ao processo e ao fato de que Geílson morreu. “A discussão é se ela se defendeu ou não, se estava dominada por violenta emoção ou não. Ela não tinha necessidade de usar a faca. Ela queria matar. Não vamos usar de sentimentalismo. Foi um fato lamentável, para ele e para ela, principalmente para ele, que não está aqui. E que pena que ele não está aqui!”



Mais adiante, o promotor compara o caso com o do cinegrafista Santiago, morto por um fogo de artifício em uma manifestação no Rio de Janeiro. Segundo ele, os dois garotos processados agiram, assim como Soraia, com intenção de matar. Não bastasse, o promotor se lança em outra comparação: um homem que chega em casa e encontra a mulher com um amante na cama, se desespera e joga um abajur nele. “Acaba matando, movido por violenta emoção.” Segundo o promotor, esse marido traído merece o atenuante do privilégio, já Soraia, vítima de violência doméstica, não. É uma assassina fria e calculista.

O promotor fala tudo isso diante do júri com muita convicção, persuasão, e sinto um incômodo, não sei se por raiva ou pesar pelo comportamento dele. Provavelmente as duas coisas. Sabemos que júri é teatro, muitas vezes do exagero, mas tudo leva a crer que ali não há encenação. Aquele jovem promotor representa os pensamentos e preconceitos de muitos dos que cursam as faculdades de Direito neste país, que saem de suas casas confortáveis e dos livros diretamente para as engrenagens do judiciário sem conhecer as complexidades humanas e sociais. Eu só olho para Soraia e lamento que a vida seja assim.

A sustentação da defesa fica para a parte da tarde, após um intervalo para o almoço. O dr. Gilberto começa com uma referência a Xerxes, xá do Primeiro Império Persa entre 486 e 465 a.C., quando foi assassinado. “Um grande guerreiro, que ameaçou a insignificante defesa grega dizendo: ‘Minhas flechas serão tão numerosas que obscurecerão a luz do Sol’. No que Leônidas respondeu: ‘Tanto melhor, combateremos à sombra!’.” O defensor segue atacando com veemência a falta de sensibilidade da promotoria:

“Você tem alguma coisa contra a zona de baixo meretrício? E Geílson foi buscá-la onde? São personagens do mesmo universo! Ele não foi buscá-la na igreja! É a mesma realidade social. Esse argumento é preconceito da promotoria. Geílson chamou Soraia para ser sua companheira. Agora, usá-la como objeto sexual e de agressões?! A violência de que essas mulheres são vítimas todos os dias... Elas estão em permanente estado de legítima defesa. Ela sofria injusta agressão iminente e usou de meio moderado, que é o meio necessário, o que ela tinha à mão. [...] Estamos julgando a vida como ela é. E a vida não é fotografia, reconstituição, peça de teatro. Acontece num embate! Temos sangue correndo nas veias! [...] A que

justificaria, a essa altura do campeonato, mandar Soraia para a cadeia? O sistema penitenciário do jeito que é. Para quê? [...] Geílson deveria ter sido um ótimo sujeito. Tinha cinco irmãos e ninguém está aqui para prestigiar a vítima. [...] Isso ia acabar com a morte de um ou de outro. É o fato. E o contexto social é o machismo, a mulher-objeto. [...] Palavras do promotor!!! Ele aceita aplicar a ‘violenta emoção’ a um homem que pega a mulher na cama com o outro! E quem está sendo agredida na cara? Eu não me conformo com um argumento desse!!! [...] As testemunhas relataram um caso típico de legítima defesa. Geílson era violento. Devemos julgar um caso dentro de seu contexto histórico e social.”

O advogado conclui pedindo ao júri que absolva Soraia por legítima defesa. Caso não concordem, que ao menos a condenem por homicídio privilegiado, praticado sob violenta emoção. Não há réplica ou tréplica e o trio de juristas vai juntamente com os sete jurados para a sala secreta. Bem na minha frente, ocupando as primeiras fileiras da plateia, dois garotos fazem massagem em suas colegas enquanto aguardam o veredicto. Procuro desfocar esse primeiro plano para observar a solidão de Soraia na cadeira da ré, de cabeça baixa, pedindo ajuda e chorando sem parar diante da impossibilidade de controlar o tempo e o pensamento dos jurados.

Tento imaginar o que se passa na cabeça de Soraia. No dia seguinte, ela me contaria: “Eu queria sair daquela cadeira e não podia. Começou a me dar uma batadeira tão grande no coração e um calor, eu olhava pra sala, pensava que a minha vida estava nas mãos de pessoas que não me conhecem, não sabem como sou, não sabem minha convivência com as pessoas, que podem sair dali e dizer que sou acusada de uma coisa que não queria fazer, que só queria me defender. Ali me passou um medo muito grande”.

Minutos depois, o promotor retorna para o auditório sorrindo enquanto o defensor parece chateado. O dr. Gilberto vai até mim e cochicha: “Ela foi absolvida”. Deixo escapar um sorriso e comemoramos com uma rápida troca de olhares. No minuto seguinte, o juiz faz os devidos agradecimentos e anuncia o veredicto: “Absolvo a ré da acusação que foi feita na denúncia”. Soraia parece não acreditar. Vejo a mãe dela se levantar e levar as mãos ao rosto com uma alegria espantosa.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, São Paulo foi o estado com mais mulheres vítimas de homicídio em 2017, com 508 casos. Destes, 108 foram registrados como feminicídio.

Em registros de feminicídio, porém, Minas Gerais ganha do estado vizinho. Foram 145 casos, dos 344 homicídios de mulheres.

A Bahia fica em segundo lugar no número de homicídios de mulheres, com 474 notificações, mas destas apenas 74 foram registradas como feminicídio.

O Rio de Janeiro apresenta uma proporção semelhante: 381 mulheres vítimas de homicídio e 68 registros de feminicídio.

• • •

Depois do fato, NICE não chamou a polícia, não se entregou e não tentou ajudar Carlos. Foi para a casa do pai dela, onde soube que o ex-marido ficara perambulando queimado até que “uma alma” o levasse para o hospital. Uma semana depois, Nice foi morar em uma casa que a irmã do genro arrumou para ela. Ficou lá por dois anos. Depois foi para outro lugar e assim por diante. Até que, seis anos depois do fato, alguém a denunciou e a polícia foi atrás dela. Nice ficou dez dias presa em Mesquita, na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, e oito meses em Bangu, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, onde fica o Complexo Penitenciário de Gericinó.

“Gente, vocês fazem doideira por causa de homem. Chegar a esse ponto de levar droga dentro de tudo pra homem. Deus me livre.”

“Nunca imaginava eu presa na minha vida. Que humilhação! Minha filha tinha que ser revistada, mas não me deixava faltar nada, levava tudo pra mim. O que me faltava era minha liberdade e minhas netas. Deixei Liane grávida de quatro meses, teve essa criança sozinha. O sofrimento foi todo esse. Fui no fórum quatro vezes pra audiência e o juiz batia na mesa que ele não ia assinar meu alvará. Falou que eu era muito fria.

“Eles só me botavam em cela de bandidas, de mulher de bandido, que vai pro presídio levar drogas. Não tô acostumada com isso. Não é vida pra mim, não. Chega a me arrepiar. Mas as menina me agradavam, penteavam meu cabelo, passavam creme *n’eu*. Vim de lá igual uma boneca. Cabelo bonito, gorda igual uma porca. Unha feita. Andava igual uma madame. Dentro da cadeia, aquela que tem mais é mais bem tratada. Lá eu vendia cigarro, vendia calcinha, vendia as coisas. Ganhava um dinheiro lá. Você vende um maço de cigarro a dez reais, uma caixa de bombom. Tive camarão na Semana Santa, canjica, tudo a Claudinha levou. E tinha a humildade de dividir com todo mundo. Tem umas que não têm parente, a família não vai, não vai ninguém. Fizemos ceia de Natal. Tive que passar pras meninas: ‘Minha vida é uma história diferente da de vocês’. Passei isso muito na cadeia pras meninas: ‘Gente, vocês fazem doideira por causa de homem. Chegar a esse ponto de levar droga dentro de tudo pra homem. Deus me livre’.”

Nice foi o tempo todo assistida por uma defensora pública, que solicitou a impronúncia — sentença penal que, nos crimes de competência do júri, julga improcedente a acusação feita ao réu —, alegando que ela agira em legítima defesa. Todos os recursos nesse sentido foram negados. Em audiência, a defesa também solicitou que Nice aguardasse o julgamento em liberdade.

O caso é de violência doméstica e familiar contra a mulher. Justamente para evitar finais tão trágicos, foi editada a celebrada Lei Maria da Penha, com vistas a proteger mulheres, como a ora acusada, que vivia sob as agressões de seu

marido. Além disso, verifica-se também que a acusada não fugiu do local onde residia, tanto que reconstruiu sua vida ao lado de seus filhos, residindo, senão no distrito da culpa, bem próximo dele, durante estes mais de 7 anos. Verifica-se ainda, dos autos, que nenhuma diligência foi realizada pela polícia, em sede de inquérito, para localizar a então investigada; dos autos consta apenas a informação dada por um inspetor a fls. 30 de que Nice havia fugido. Com base em tal informação, a autoridade policial representou pela prisão temporária, tendo sido a prisão preventiva decretada com base na alegada fuga da acusada. Dos depoimentos verifica-se que a acusada esteve durante todo o tempo na companhia de seus filhos e de sua família, o que demonstra que não havia clamor público em torno da morte da vítima. A acusada foi presa em 26/07/2010, ou seja, mais de 6 anos após os fatos. Assim, verifica-se que não está presente nenhum dos pressupostos que autorizam a custódia cautelar, pois não há que se falar em necessidade para garantia da ordem pública e nem da conveniência da instrução criminal, que foi praticamente terminada nesta data. Nem se diga que a hipótese de garantia da aplicação da

lei penal, pois a acusada não pode sofrer no seu direito de liberdade o ônus da inércia do Estado. Ausentes quaisquer dos pressupostos da prisão preventiva, já que encerrada a instrução criminal, requer a revogação da prisão preventiva para que a acusada possa em liberdade responder aos demais termos da ação.

Até o Ministério Público concordou, alegando que a ré era primária, tinha residência fixa, atividade lícita e confessou o crime. O juiz, no entanto, indeferiu o pedido, segundo ele porque:

[...] a ré ficou evadida por cerca de 6 anos e deveria saber da existência do processo. Outrossim, não é crível que a ré imaginasse que a sua conduta não teria repercussão no campo penal. Por fim, deve-se ressaltar que a custódia cautelar no procedimento do júri visa também assegurar a produção de provas em plenário. Por fim, ressalto que a soltura da ré irá colocar em perigo a aplicação da lei penal.

Um mês depois, um outro juiz analisou o caso e concordou com os argumentos da defensora: “Já que foi proferida a sentença de pronúncia e a ré será intimada antes de ser posta em liberdade, faculta a ré o direito de aguardar o julgamento em liberdade, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo”.

Nice foi para casa e esperou dois anos e meio até o dia de seu julgamento.

02. JULGAMENTO DE NICE

Fórum de Magé (rj)

19 de setembro de 2013

Pouco antes do início da sessão, vou ao banheiro do fórum e reparo na agitação de quatro mulheres diante do espelho. A mais senhora, baixa e simpática, pega um desodorante da bolsa e aplica o spray por baixo da blusa de viscose colorida. “Tem que ficar cheirosa, que não sei quanto tempo vou passar aqui hoje”, fala, sorrindo. Imagino estar diante de Nice. Ao entrar na sala de audiência, tenho a certeza. É ela. E as mulheres são sua irmã e suas duas filhas. Elas, e ainda o filho de Nice, são as únicas pessoas na plateia. Além de mim, minha irmã Leda e Adolfo, o motorista que nos levou.

O corpo de jurados já está formado: sete mulheres. O juiz, um jovem um tanto disperso com eletrônicos, inicia a sessão com a leitura da denúncia:

No dia 15 de fevereiro de 2004, entre 24:00 e 1:22 horas da madrugada do dia seguinte, no centro de Piabetá, município de Magé, a denunciada, com vontade livre e consciente de matar, jogou em cima do corpo da vítima, enquanto ele estava dormindo, uma panela de óleo fervendo, ocasionando-lhe as queimaduras (lesões) descritas no auto de exame cadavérico.

Tais lesões, por sua natureza e sede, foram a causa eficiente da morte da vítima. Agiu a denunciada mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, já que esta estava dormindo

quando foi surpreendida pelo derramamento do óleo fervendo. O crime foi praticado de forma cruel, já que ocasionou um intenso sofrimento à vítima, a qual veio a ficar horas esperando por socorro e ainda ficou internada por um longo período, sofrendo as dores ardentes das queimaduras em todo o seu corpo. Agrava-se o crime tendo em vista que a vítima era companheiro da acusada. Assim agindo, encontra-se a denunciada incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2, inciso III e IV e art. 61, inciso II, alínea e, todos do Código Penal.

Em seguida, são chamados para depor os filhos de Nice: Carla, Robson e Liane. Os depoimentos enfatizam o alcoolismo e a agressividade da vítima, Carlos, e são pouco elucidativos em relação ao que ocorreu no dia do fato, em 2004. Os filhos dizem não se lembrar direito da dinâmica dos acontecimentos porque eram muito pequenos na época. Quando perguntam para Carlinha por que a mãe dela mantinha o relacionamento com seu pai mesmo diante das violências narradas, ela responde que não sabe e que também gostaria de saber. Os três afirmam que também eram vítimas e que a mãe os protegia, colocando-se na frente sempre que o pai tentava agredi-los. Robson disse que o pai agredia principalmente ele, por não aceitar que não fosse seu filho.

Maria, a irmã de Nice, é chamada na sequência. Está muito nervosa. Quando a promotora pergunta se Nice já havia lhe confessado que tinha vontade de matar Carlos, ela responde que sim. A representante do Ministério Público emite um sorriso discreto de satisfação. Na plateia, as filhas se olham, desgostosas. Minha irmã e eu também.

Nice passa o tempo todo estática, sentada em uma cadeira de frente para o júri, ficando de lado para nós. Não existe nem sombra daquela mulher

sorridente do banheiro. Há frieza em seu rosto, não creio que pela ausência de sentimentos, mas pelo excesso deles. Parece que, diante do que lhe é hostil, encontrara uma maneira de lidar com as emoções em ebulição: congelando-as. O único momento em que sua fisionomia descontrai é quando a promotora lhe pergunta: “Por que passou dezoito anos com ele? Foi por dinheiro?”. Nice diz que não sabe: “Dinheiro era não. Ele não tinha e ainda bebia todo o meu”, responde de um jeito espontâneo que provoca risos na plateia e atrapalha a concentração do juiz, imerso em seu celular. “Silêncio ou eu vou pedir para esvaziar o plenário!”, brada ele.

Nice conta, em depoimento, que quase morreu uma vez quando levou quatro facadas de Carlos. A pedido da defensora, ela levanta a manga da camisa e mostra a cicatriz, sensibilizando o júri. A promotora diz que entende o histórico de violência doméstica sofrido por Nice, mas que não poderia aceitar a tese de legítima defesa porque Carlos teve 36% do corpo queimado, prova de que Nice não utilizou um “meio moderado” para se defender. “O motivo pode diminuir a pena, mas não justifica porque é a vida humana. Se entrar na moda matar marido que bebe, vai sobrar pouco”, conclui ela, com um sorriso irônico no canto da boca. A promotora ainda lê o laudo pericial, segundo o qual, pela forma como o óleo se desenhou em seu corpo, PROVAVELMENTE a vítima estaria dormindo. Ela tem certeza de que estava, não podendo, assim, abrir mão da qualificadora da “impossibilidade de defesa da vítima”.

Em sua sustentação, a defensora se atém à palavra PROVAVELMENTE e argumenta que, além da imprecisão do laudo, a panela quente foi o “meio” que Nice tinha ao seu alcance, não configurando algo típico de alguém com intenção de matar. “Por que ela não pegou uma faca na cozinha? Foi um ato de desespero. Ela só queria neutralizar a atividade dele. Tem gente que tem 70% do corpo queimado e sobrevive. Ela não planejou nem imaginou que isso [a morte] fosse acontecer. Inclusive, deveria ter respondido por lesão corporal seguida de morte, e não por homicídio.” E conclui pedindo aos jurados que aceitem a tese de legítima defesa e, caso não concordem, que a condenem por lesão corporal ou, em último caso, homicídio privilegiado, praticado sob domínio de violenta emoção. A promotora, por sua vez, segue pedindo a condenação, mas acaba abrandando a acusação para o homicídio privilegiado. O juiz pede que o plenário seja esvaziado para a votação, já que em Magé não há a “sala secreta” comum em tribunais maiores.

Descemos ao pátio. Os filhos de Nice estão ali, sentados à sombra, conversando, mexendo no cabelo, roendo unhas. Tomamos coragem, eu e Leda, e vamos até eles. Contamos que estamos fazendo um trabalho sobre legítima defesa e que, independentemente do resultado, gostaríamos de conversar com a mãe deles. Carla é receptiva e passa o telefone dela, da irmã e da tia. Minutos depois, Nice desce as escadas saltitante, com um sorriso de orelha a orelha. A sessão já havia sido reaberta para a divulgação do veredicto e ninguém nos avisara. Sua família corre para o abraço, e em seguida minha irmã e eu fomos abraçá-la também. Ela retribui como se fôssemos amigas de longa data e faz um convite: “Aparece lá em casa”. Não imaginava quem éramos e muito menos que levaríamos o convite a sério.

• • •

EMÍLIA ficou poucos dias presa na delegacia, em uma cela reservada para menores infratores. Passou a maior parte do tempo ali sozinha, exceto por um dia em que dividiu a cela com muitas meninas capturadas em um assalto a banco. Durante todo o tempo, ela teve a sensação de que nunca fora tão bem tratada, tão respeitada como ser humano e como mulher, tanto pelos presos como pelos policiais. “Eles abriam, me davam água, me davam comida, deixavam eu ir um pouco lá fora, com total respeito, fiquei boba de ver. Meu Deus, eu pensei isso lá dentro, tem gente que fez um monte de coisa errada, que é considerada perigosa, e é tratada como pessoa, como mulher, com dignidade. Coisa que ele tirou tudo de mim. Costumo dizer que ele morreu, mas uma parte de mim também morreu, há muitos anos. E só fui me dar conta disso agora, há pouco tempo.”

Emília logo foi liberada para aguardar a audiência em liberdade e mal conseguiu voltar para casa. Com a ajuda de Marisa, arrumou um outro lugar mais simples para morar e alugou a casa onde tudo aconteceu para poder pagar os honorários da advogada.

No dia da audiência, Emília foi ao fórum acompanhada de Marisa. O filho não quis dar depoimento porque achava que seria uma humilhação muito grande. Se fosse falar, diria o que costuma contar sempre: que aprendeu a voar, a nadar e a correr com o pai dele. Voar porque Eduardo o jogava para tudo quanto é canto. Nadar porque uma vez o jogou em uma poça. E correr

porque era o que fazia o tempo todo, quando o pai ia para cima dele. Aprendeu também a ficar sozinho na rua quando era trancado para fora de casa porque havia dado alguma resposta torta, e a mãe era proibida até de levar comida para ele.

Emília depôs emocionada sobre tudo que sofreu e foi respaldada por Marisa. Diante do testemunho, o Ministério Público abriu mão de fazer qualquer acusação. O juiz decretou a absolvição sumária de Emília e redigiu um texto emocionado, algo inédito nos tantos e tantos processos que consultei.

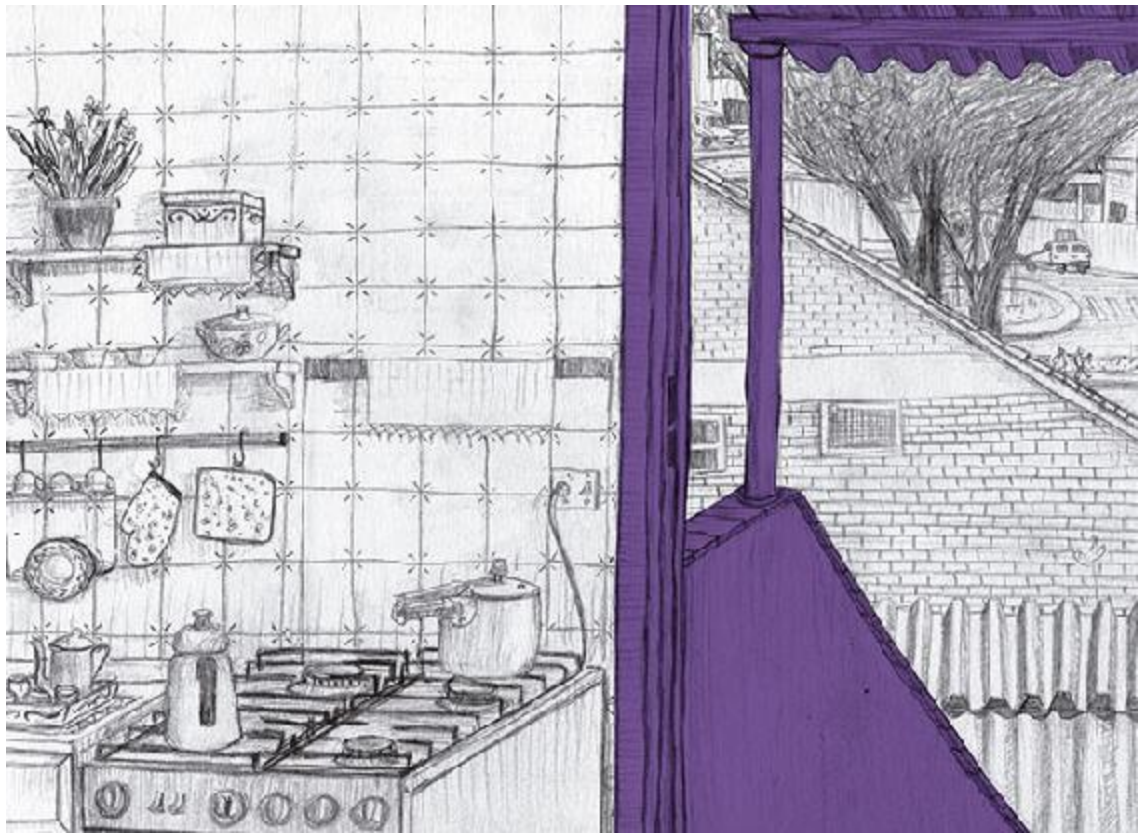
[...] a denúncia que iniciou o presente procedimento está, sem sombra de dúvidas, entre os atos do ofício mais complexos que este jovem Promotor já praticou. Por ocasião da elaboração da denúncia, pelas peças que constavam do IP, já estavam indiciadas as circunstâncias configuradoras do privilégio previsto no § 1º do art. 121 do Código Penal, assim como uma das qualificadoras previstas no § 2º do mesmo diploma. No entanto, após a oitiva de todas as testemunhas e informantes, especialmente a mãe da vítima fatal, constatamos que as provas do processo nos levam não só a figura do privilégio, mas, sim, a figuras que podem refletir duas causas, no mínimo, de excludentes de ilicitude. Com o interrogatório da ré identificamos que a pseudovítima, na verdade tratava-se de um agressor contumaz que tratava a também

pseudoré abaixo de um objeto [sic]. O histórico comprovado de extrema violência por parte de Eduardo contra Emília não podia acarretar em outra coisa senão em uma morte. Aliás, várias testemunhas relataram que quando tiveram ciência do ocorrido, a princípio, tinham a certeza de que Emília teria sido vítima de um assassinato. Ressalte-se que no fatídico dia ela já havia sido violentada e, como ela mesma relatou, estava na iminência de sofrer mais uma injusta agressão. Com todas estas circunstâncias, ao ver do Ministério Público, como já dito, a “acusada” Emília praticou sim uma conduta típica, mas acobertada, por incrível que possa parecer, por, no mínimo, duas excludentes: a legítima defesa, uma vez que estava na iminência de sofrer nova agressão, e, ainda, inexigibilidade de conduta diversa, posto que, conforme demonstrado durante toda a instrução, caso não atuasse praticando a conduta típica, o desfecho daquela relação somente seria diferente em relação aos personagens. Reafirmo que a instrução foi, apesar de muito dura e constrangedora para todos, de suma importância para que pudéssemos, sob o devido processo legal, dar aqui a resposta do Estado a uma

pessoa que respondeu por um processo, mas ao final deste, deve sair absolvida sumariamente. É o que requer o MP. Dada a palavra à Defesa, foi dito que: resta concordar com as razões expostas pelo ilustre membro do parquet, ressaltando o brilhante trabalho e a sensibilidade diante deste caso do Dr. Promotor de Justiça, que dignifica a instituição do Ministério Público, requerendo, também, a absolvição sumária, na forma da lei. Pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte SENTENÇA: Assiste razão às partes. Com efeito, ao final da instrução é possível concluir que Emília não praticou crime. Sua conduta foi típica e para os mais ortodoxos, ilícita, porém, nem mesmo os mais exagerados são capazes de afirmar que sua conduta foi culpável (reprovável). As testemunhas, informantes, dentre elas a própria mãe Eduardo [sic], assim como a narrativa de Emília, demonstram claramente que esta última foi vítima de inúmeros crimes, talvez uma centena deles, praticados reiteradamente por Eduardo, que além de abusar de sua superioridade física para agredi-la e violentá-la, também fazia valer sua condição de policial civil para intimidá-la, fazendo com que essa situação degradante se

perpetuasse por longos anos, talvez até uma década. Não bastasse os crimes praticados por Eduardo, esse também praticou diversos ilícitos civis ao dizer que Emília era “burra”, que não conseguiria concluir seus estudos, além de obrigá-la a assistir cenas gravadas por ele fazendo sexo com outras mulheres. Isso tudo sem falar dos momentos em que Eduardo privou Emília da própria comida que esta fazia em casa pelo simples fato de não aceitar mais ser violentada. Ao saber que Emília tinha procurado o Centro de Proteção à Mulher, Eduardo a ameaçou, fazendo com que esta perdesse a esperança de ter uma vida melhor e atentasse contra a própria vida, tomando diversos remédios. Sua morte foi evitada em razão do pronto e eficaz atendimento médico, porém, certamente correu o risco de que essa concretamente se realizasse. Ora, quem em sã consciência pode entender que um ser humano, sob estas condições subumanas, age de maneira reprovável ao dar um fim a toda essa degradação, atentando contra a vida de seu algoz? Certamente ninguém, repito, ninguém, é capaz de afirmar que Emília agiu de maneira reprovável. Em verdade esta, tardiamente, se

libertou do ciclo interminável de humilhações e sofrimentos pelo qual passou após se unir maritalmente com Eduardo. Este não pagou pelos crimes que cometeu, mas buscou seu próprio fim ao proceder de maneira extremamente violenta, indigna e repugnante com Emília. Por todas estas razões, não há solução mais adequada ao caso que não a absolvição sumária. Isso posto, ABSOLVO SUMARIAMENTE a ré das acusações contidas na denúncia, com fundamento no art. 415, IV do Código de Processo Penal.



• • •

Desnorteada, ÚRSULA trancou o portão de casa após o fato e ficou perambulando com o filho. Foi para a casa de um parente na Cidade de Deus e depois passou na casa do pai, que morava em um sítio perto de Tinguá, bairro de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Estava cansada de tanto andar. Chegando lá, seu pai a abraçou e perguntou se ela queria uma sopa de ervilha. Ela agradeceu e disse que não queria comer. Fez um leite para Ronan, mandou-o para o banho e depois o colocou na cama para que descansasse. No dia seguinte ao fato, disse para um irmão, que tinha uma cópia da chave de sua casa, que iria ligar para a polícia e falar sobre o ocorrido. “Você tem noção do que vai acontecer?”, ele questionou. Úrsula não tinha a menor ideia. Ela ainda não havia saído do choque, nem parado para analisar nada, não tinha noção de que poderia ser presa. Naquele momento, ela só sabia que precisava comunicar um fato, um fato grave, que certamente geraria uma repercussão grande no quartel.

Foi uma mulher que atendeu o telefone. Úrsula se identificou como esposa do sargento Francisco, forneceu o RG dele e disse: “Meu marido está morto no quarto, eu atirei nele”. No que a mulher respondeu: “O que é que a senhora tá falando?”. Surge então a voz de outro policial e Úrsula confirma a informação: “Sou esposa do sargento Francisco, do vigésimo batalhão. E eu atirei no meu marido. Ele tá morto no meu quarto. A chave da minha casa tá com meu irmão, o senhor pode ir lá buscar”.

A rua se encheu de policiais. Todos indignados, querendo linchar a mulher que fez aquilo. Até que um deles, o tenente Brito, desconfiou que a história era outra e falou: “Alguma coisa muito grave aconteceu aqui, mulher nenhuma deixa essa casa grande toda e foge com o filho. Quem tocava piano?”. O irmão de Úrsula, que acompanhava os policiais, respondeu: “Minha irmã e meu sobrinho”.

Dois dias depois, Úrsula voltou para Nova Iguaçu. O irmão já havia arrumado um advogado particular para acompanhá-la até a delegacia. A ficha ainda não tinha caído. Demoraria ainda mais um tempo. Veio um medo de ser presa, principalmente por causa do filho. Úrsula só pensava em Ronan, que ainda não sabia de nada.

Úrsula não foi presa. Era ré primária e contou com o depoimento da vizinha:

Disse que é vizinha de Úrsula, cuja a [sic] casa é geminada com a dela, e não presenciou o crime, mas ouviu muitos choros “abafados” como se lhe cobrissem a boca, e que os espancamentos pareciam ser em um animal, e não em ser humano, pois ele a jogava contra a parede, que apesar de ser de alvenaria, era possível ouvir o barulho, e muitas vezes caíam até cadeiras na residência dela. E que os espancamentos eram extensivos a Ronan, filho do casal. E que muitas vezes aumentou o volume do som para que suas duas filhas não ouvissem, e até trocou de quarto com elas para que não soubessem o que estava ocorrendo, pois no quarto anterior elas ouviriam facilmente. Na terça-feira, ouviu barulhos intensos no momento em que sua vizinha era espancada por seu marido Ronaldo. Todas as vezes que era espancada, era obrigada a ficar sentada ao portão junto a ele e o filho, como uma família unida, para que os vizinhos não desconfiassem do que havia acontecido. Que Úrsula era proibida de conversar com ela; certa feita o filho dela veio a seu encontro comunicar que a mãe estava sendo espancada pelo pai,

como se pedisse ajuda, mas ninguém podia ajudar, pois, além de ele ser Policial Militar, estar sempre armado e surtando de vez em quando, aconselhou o menino a entrar e ficar quieto no quarto. Esclarece que ele não se portava como Policial, e sim como um animal. Que após uma discussão já foi ameaçada por ele: TOMA CUIDADO! QUE VOCÊ PODE IR PARA A CIDADE DE PÉS JUNTOS. Antes do crime, notou que a vizinha estava em desespero como se pedisse ajuda, mas como não seria ajudada, recolheu-se à residência. E que nesse dia, ela apanhou quase o dia todo, cessando os espancamentos por volta das 14 horas, e mais tarde ouviu um estrondo, mas não pode afirmar ter sido disparo de arma de fogo, pois passava um bloco carnavalesco na rua.

Aos poucos, a ficha de Úrsula foi caindo e uma depressão se instalava. Ela não queria saber de remédio, nem de ajuda, nem de igreja: a essa altura, já havia culpado Deus. Passou a beber, beber e beber. Foi morar de aluguel com o filho em uma quitinete atrás do cemitério de Nova Iguaçu. Quando dava cinco horas da tarde, começava a entrar em pânico. Achava que os policiais a estavam perseguindo, que iam bater à porta atrás de Ronan. Às vezes, recebia a visita da irmã e não a deixava ir embora. Precisava estar sempre na companhia de alguém.

Em um ano, Úrsula se mudou de casa sete vezes, com medo de que os PMS a encontrassem e fizessem algo com ela. Até que, um dia, seu irmão a convenceu de ir à igreja. Uma igreja nova. Foi onde o pastor lhe falou:

“Vamos trocar uma sentença, você que tem uma sentença. Troca com Deus, Deus vai te dar uma providência”. Úrsula voltou a frequentar a igreja e encontrou conforto em Deus. Parou de beber e foi perdendo seus medos.

Chegou o momento de Úrsula contar a verdade para Ronan. Ele tinha onze anos de idade. O menino chorou, sofreu e disse: “Mãe, eu tô contigo, você não tinha escolha”. Os dois sofriam juntos, traumatizados pelo passado e com medo do futuro.

Foram nove anos de agonia esperando pela data da audiência que decidiria se Úrsula seria pronunciada, ou seja, se iria a júri popular ou se seria inocentada por legítima defesa. Toda vez que marcavam uma data, ela começava a passar mal. Então vinha a notícia de que a audiência havia sido adiada. Isso aconteceu mais de cinco vezes. “Ficou nessa gastura, nesse tormento. É uma prisão. Porque, na realidade, eu fiquei presa fora. Isso fica na cabeça, a gente não sabe o que vai fazer, eu olhava pro meu filho e começava a chorar.”

A primeira denúncia do Ministério Público, de agosto de 2008, baseada em inquérito policial, dizia assim:

No dia 5 de fevereiro de 2008, por volta das 16:30hs, a DENUNCIADA, de maneira livre e consciente, e imbuída de *animus necanti*, matou a vítima Ronaldo, produzindo-lhe as lesões descritas no auto de exame de corpo de delito, que por sua natureza e sede constituíram a causa eficiente de sua morte.

Consta no presente procedimento que acompanha a presente que a DENUNCIADA, esposa da vítima, desferiu um disparo de arma de fogo contra esta.

O crime foi cometido sem possibilidade de defesa da vítima, eis que, no momento, ela encontrava-se dormindo.

Em razão de ter assim agido, a DENUNCIADA encontra-se incurso nas sanções previstas no preceito secundário do artigo 121, parágrafo 2, inciso IV, do Código Penal. [...]

[...] Espero que o pedido seja julgado procedente, com a consequente pronúncia da acusada.

Úrsula já havia dispensado seu advogado particular e estava sendo assistida pela defensora pública de Nova Iguaçu, dra. Glauce. Quando chegou na audiência, a defensora a chamou em um canto e falou: “Olha só, o juiz quer te ouvir. Ele vai decidir a tua história hoje”. Úrsula então perguntou: “Eu vou ser condenada?”. A dra. Glauce disse que não, mas que o juiz queria ouvi-la. Úrsula, que tinha se mantido calada durante todo o processo, disse: “Vou falar somente a verdade, doutora”.

Foi quando conversou com Ronan sobre o fato com detalhes pela primeira vez. E pediu para o filho também falar somente a verdade, contar tudo que ele lembrava. Era outubro de 2014. Ronan tinha dezesseis anos. O juiz perguntou a ele: “Você sabe quem matou teu pai?”. “Foi minha mãe”, ele respondeu. “Quem te falou que teu pai tava morto?” “Foi minha mãe”, ele respondeu. “E o que é que você acha?” Ronan foi relatando todas as violências que viu sua mãe sofrer e que ele próprio também sofreu. “Meu pai me batia, jogou a cadeira na minha mãe. Pegou um copo e bateu na minha mãe. Eu tenho marca nas minhas costas da agressão do meu pai. O senhor quer que eu tire a blusa pro senhor ver?” O juiz respondeu: “Não, não precisa”.

O Ministério Público desistiu da acusação. Segundo Úrsula, o promotor olhava para ela com cara de pena, ele e todos que ali estavam. Em sua decisão, o promotor afirmou que:

[...] é forçoso reconhecer a excludente de ilicitude, qual seja, a legítima defesa. As testemunhas ouvidas hoje, a Sra. Dessedina, vizinha da acusada, e o Sr. Ronan, seu filho, foram incontestes em afirmar que a mesma era rotineiramente agredida pela vítima. Além disso, a testemunha Ronan disse que no dia dos fatos a acusada estava ferida nos olhos, como se houvesse sido agredida. Por fim, a própria acusada confessou a autoria do crime, mas afirmou que o fez em legítima defesa, após ser agredida, tendo afirmado que, se não agisse de tal forma, “não estaria hoje aqui”.

O juiz absolveu sumariamente Úrsula, que passou enfim a se ver livre de todas as acusações. Parte da sentença diz que:

A tese defensiva de legítima defesa restou suficientemente demonstrada nos autos, senão vejamos. Os depoimentos das testemunhas ouvidas sob o crivo do contraditório encontram-se em perfeita harmonia com o estarrecedor relato da acusada de que ao longo de uma década sofreu todo tipo de maus-tratos e lesões

corporais perpetradas por seu marido, assim como seu filho menor, espancado severamente pelo pai desde os três anos de idade.

O juiz ainda comentou sobre os longos anos em que ela ficara atrelada ao processo, “com essa faca na cabeça”, posicionando-se a favor de que os réus soltos também sejam julgados logo, como acontece — ou deveria acontecer — com os presos.

Úrsula saiu berrando pelo auditório do fórum: “Acabou! Acabou! Acabou!”.

• • •

DEISE não foi no enterro de Fábio porque, segundo ela, “ia ser dois enterros ali”. Mas seu pai compareceu e inclusive pagou todo o funeral. Diante do caixão de Fábio, metade das pessoas afirmou que ele havia procurado aquilo e a outra metade disse que a atitude de Deise não estava certa. Ela tentava não se abalar. Continuou morando na mesma casa e seguindo com a vida do mesmo jeito, indo ao shopping, à escola. Só que a vida não estava mais do mesmo jeito. Havia gente que trocava de calçada para não ter que cruzar com ela. No início, ficou preocupada que os amigos de Fábio fossem fazer alguma coisa, mas logo viu que esse era o menor de seus problemas. Alguns até deram em cima dela. Um disse que queria ajudá-la com sua filha; outro tentou buscá-la na escola, disse queria ficar “de vigia” para ninguém fazer nada com ela. Muitas vezes, Deise voltava para casa caminhando sozinha às dez e meia da noite e não tinha medo. Não que isso fosse sinônimo de ter coragem. Era reflexo da dor que anestesia tudo, até mesmo o instinto de autopreservação que gera o medo.

“Na época eu não tinha amigas pra desabafar. Pra falar a verdade, na minha vida toda eu nunca tive amigas. Eu tinha uma única amiga e fiz a besteira de terminar a amizade por causa dele. Um dia ela viu ele me traindo e me contou. E eu, burra, contei pra ele. Aí ele disse que não queria que eu tivesse mais amizade com ela e eu obedeci.

“No dia do acidente todo mundo esqueceu que tinha que pegar brinquedo pros filhos e foram lá pro meu portão. Acho que saiu até no jornal do bairro.

O policial fechou o portão da minha casa e não deixou ninguém entrar. O povo adora as desgraças dos outros, ficava lá empurrando meu portão. Todo mundo queria saber onde eu estava, teve gente que falou que eu metralhei ele, vê se pode, não sei nem atirar. Outros falaram que peguei uma peixeira porque meu pai é *paraíba*. Tinha um cara no *Zorra Total* [programa de humor da Rede Globo] que ficava toda hora: ‘Olha a faca’. Passava na rua e o pessoal falava isso. Eu quebrava a pessoa no gelo, não falava nada. Melhor do que ficar discutindo. Tinha Orkut na época, nossa senhora, vários comentários. Até hoje em dia, no Facebook, se der mole tem. Não me importo. Tem pessoas que nunca vi na vida que ia lá no meu portão: ‘Deise, me conta, que aconteceu?’. Eu olhava lá e dizia: ‘Vem cá, você é advogada, juiz? Por que precisa saber?’. No que respondiam: ‘Ué, tenho que saber’. Mandava embora. Fui nascida e criada lá, o pessoal sabe que o que aconteceu comigo não era pra ter acontecido. Conhecem meu pai, minha mãe, sabiam como eles tratavam a gente. Ela suava muito pra dar o melhor pra gente. Nunca deixou faltar nada.”

Atualmente, Deise estuda Direito e, como estagiária em um escritório de advocacia, vai muito a fóruns e cartórios da Baixada Fluminense e da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. No trabalho e na faculdade, ninguém sabia de sua história e ela não gostou quando comentei sobre desarquivar o processo dela na Vara da Infância e Juventude de Nova Iguaçu (RJ). Acredito que a resistência à ideia vai além do fato de ter seu passado exposto para os funcionários do local. Desarquivar, por definição, é “retirar de onde estava guardado ou recolhido”. É muito provável que aquela pasta cheia de papéis traria à tona a concretude de um passado, daria corpo à memória já suficientemente dolorida. E a subjetividade dessas mulheres parece resistir a tudo que é concreto, sustenta-se melhor elaborando o que restou marcado no corpo, no consciente e no inconsciente, onde certamente ainda há um espaço reservado para o medo. E uma pasta cheia de papéis relatando o momento mais trágico da sua vida certamente dá medo.

Respeitei a posição de Deise e não insisti no desarquivamento, que só poderia ser feito com a autorização dela. Assim, ela foi a única entrevistada a cujo processo judicial não tive acesso. Para as demais, não precisei fazer esse pedido porque tive em mãos os processos antes de conhecê-las.

Voltando ao dia do fato, Deise ficou com parentes em Niterói e alguns dias depois foi até a delegacia acompanhada de seu pai, onde contou tudo

que aconteceu. Como tinha dezessete anos, seu caso foi parar na Vara de Infância e Juventude. Na audiência ocorrida alguns meses depois, o juiz decretou um ano de liberdade assistida, uma medida socioeducativa a ser cumprida em meio aberto, isto é, sem privação de liberdade.

“Meu deus, não era pra eu passar por isso, não. O que eu fiz da minha vida?”

“Quando eu entrava lá, só tinha menino. Todo mundo perguntava: ‘O que que essa garota fez?’. Os meninos eram perigosos. Às vezes, vinham atrás de mim perguntar: ‘Conta aí, o que tu fez?’. Eu não dizia. Eu estava ali, mas não me sentia um deles, não. O que aconteceu comigo foi fatalidade. A minha criação não foi essa. Eu não aparento. Se eu resolver nunca contar, ninguém vai saber de nada. Sou uma pessoa calma, esforçada, estudiosa. Lá também eu era bem disciplinada. Na hora da psicóloga, da assistente social, eu chegava dez minutos antes. Quando sentava pra almoçar com os menores infratores, eu baixava minha cabeça e pensava: ‘Meu deus, não era pra eu passar por isso, não. O que eu fiz da minha vida?’. Dava minha hora, eu ia embora. Eles ficavam fazendo gritaria, eu tinha medo. Ficavam falando putaria, falando besteira. Não entendi por que me colocaram lá. Eles eram agressivos. Tinha um que queria me conhecer. Aí perguntei o que ele tinha feito, e ele disse que matou a família todinha, porque ele odiava a família dele, de onde tinha vindo, porque eram pobres. Deus me livre.”

No dia 25 de novembro de 2018, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, a Organização das Nações Unidas

(ONU) publicou um relatório afirmando que, diariamente, 137 mulheres foram vítimas de assassinato no ano de 2017, ou seja, seis assassinatos por hora, cometidos pelos seus companheiros, ex-maridos ou familiares, quase sempre homens.

Segundo o relatório, no mundo todo, em países ricos e pobres, em regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, um total de 50 mil mulheres são assassinadas todo ano por companheiros atuais ou ex-companheiros, pais, irmãos, mulheres, irmãs e outros parentes, devido ao seu papel e à sua condição de mulheres.

O documento, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre

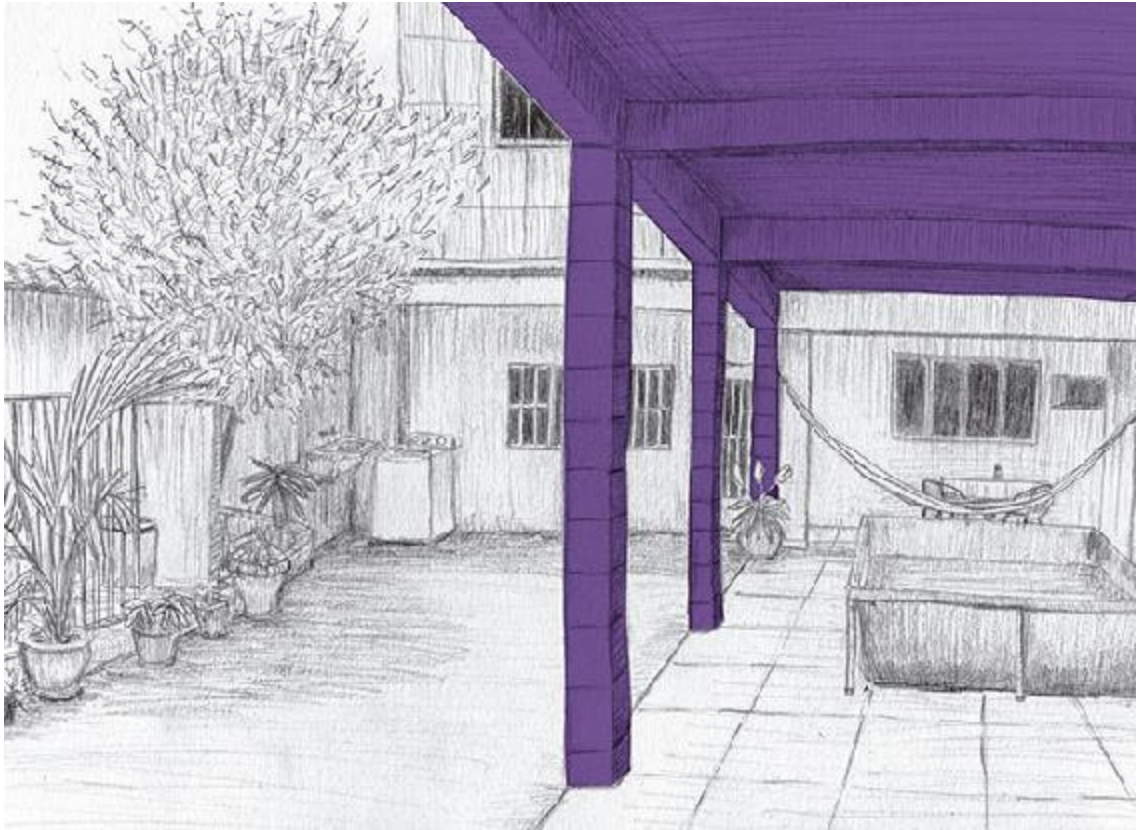
Drogas e Crime (UNODC), indica que 58% de todos os assassinatos de mulheres em 2017 foram cometidos por companheiros ou familiares, o que faz com que o lar seja o “lugar mais perigoso para as mulheres”.

A onu considera que um “aspecto crucial” para enfrentar o problema é envolver os homens na luta contra o feminicídio e “desenvolver normas culturais que se afastem da masculinidade violenta e dos estereótipos de gênero”. Entre outros assuntos, menciona como uma boa política de prevenção a “educação precoce de meninos e meninas, que promova a igualdade de gênero e ajude a quebrar os efeitos negativos dos papéis de gêneros estereotipados”.

RECONSTRUÇÃO

capítulo .05

“Eu dei um tiro nele. E aí acabaram os meus problemas, e os do meu filho também.” “Eu saí do corredor do fórum berrando: ‘Acabou! Acabou! Acabou!’.” Quem ouve essas falas de Úrsula de forma isolada, pode até pensar que tudo que se passara havia ficado para trás e que dali em diante ela seria a mulher que quisesse ser. Mas isso, evidentemente, não é verdade.



Ter se salvado fez dela uma pessoa mais forte e mais livre. Ela sabia disso simplesmente pelo fato de estar viva. Naturalmente, passou a pertencer só a si mesma, e também ao filho e ao neto e a quem ela se permitisse pertencer. E se permitir faz toda a diferença. Só que lidar com a memória não é tão simples, pois ela registra no corpo o que aconteceu e o espanto diante do ocorrido.

O cotidiano, a rotina do que é feito do momento em que se acorda até a hora de dormir, o sono, tudo isso pode ser sistematicamente reconstruído. A gente se acostuma e a vida segue. Mas a carne que Úrsula prepara quase todos os dias no piloto automático com a mesma quantidade de alho e de sal não é a mesma. Tem dias em que ela olha para a carne e só pensa em terminar de cozinhar logo e sentar na mesa com o filho para comer. Tem dias em que ela toca na carne e lembra do ex-marido reclamando de alguma imperfeição, do excesso de sal ou de um copo fora do lugar. Tem dias em que ela amacia a carne e vem uma voz no ouvido dizendo que ela é burra. Durante todos esses anos, a reação aos estímulos da memória se transforma. A carne pode ser feita da mesma maneira, mas o sabor muda à medida que se compreende a própria história. Até chegar ao ponto de transformá-la em duas pessoas. Ou três. A Úrsula antes do dia do fato. A Úrsula depois do dia do fato. E a Úrsula depois da elaboração, no sentido psicanalítico, de compreender aspectos pessoais que estavam dissociados da vida mental, por negação ou repressão. É um processo lento e transformador que leva a questionamentos: por que passei por tudo isso? Por que isso foi acontecer comigo? E somente após alguma compreensão é possível, de fato, caminhar para uma real reconstrução.

Com exceção de Deise, que foi obrigada por lei a frequentar a psicóloga, e de Emília, que faz terapia em grupo, nenhuma das mulheres que entrevistei buscou o caminho da psicanálise ou de outra terapia. No caso de Úrsula, foram os estudos que a ajudaram a chegar perto de uma compreensão. Além de uma grande resiliência, que se instalou com mais força depois que ela passou a se ver como uma sobrevivente.

Para todas essas mulheres, a absolvição na Justiça importa e é uma vitória, mas a absolvição dos filhos, que veio muito antes, foi o maior incentivo para que elas seguissem em frente. Lidar com a culpa e a autocondenação é

a parte mais difícil; é um sofrimento que — todas são unânimes em dizer — vai segui-las até o fim da vida.

Em janeiro de 2017, Úrsula se formou em Serviço Social. Jogou as mãos para cima pedindo aplausos e chorou quando a coordenadora do curso chamou seu nome para receber o diploma. Pegou o microfone e agradeceu: “Só Deus sabe o que passei para poder estar aqui”. Ronan caminhou até ela, entregou-lhe um anel de formatura, deu um abraço na mãe e disse: “O mundo é teu”. Mais aplausos e lágrimas de todos os cantos. Foi um dia de muito orgulho para toda a família de Úrsula. Dos oito filhos de Artexertes, ela fora a primeira a se formar em uma faculdade. Alguns irmãos e cunhadas foram prestigiá-la. O pai, já com mais de oitenta anos, não pôde ir, mas aguardava ansioso para ver as fotos do dia.

Serviço Social foi a terceira faculdade que Úrsula começou e a segunda que terminou. Mesmo com a cabeça ainda atordoada, pouco tempo depois do fato ela foi estudar Estética, e depois fez quatro períodos de Direito. A primeira vez que colocou os pés em uma universidade, Úrsula chorou. Lembrou-se de Ronaldo lhe dizendo que ela era burra, incapaz, um zero à esquerda. Ficou terrivelmente satisfeita de poder provar a si mesma que ele estava errado e gostaria de mostrar a ele que tira nota 10 nas provas e é uma excelente aluna. Úrsula ainda pretende voltar para a faculdade de Direito, que está com a matrícula trancada. Tem vontade de ir para a porta dos presídios femininos e advogar, ajudar as mulheres que não têm condições financeiras e tampouco conhecimento. Como assistente social, já fez estágio em um abrigo que cuida de crianças que sofrem maus-tratos, estupro, violência e abandono. E também atuou em grupos que lidam com violência doméstica, onde aconselha e conta parte da sua história. Evita falar do dia do fato porque não quer incentivar ninguém a matar. Alerta que, quanto antes a mulher detectar o abuso e a violência, menos difícil será sair dessa situação: “Começou com agressão, separa”; “Se não está dando certo, separa”; “Filho não muda ninguém”... Úrsula afirma que, depois de tudo que passou, chegar onde ela chegou é uma superação, e todas as mulheres que passam por problemas semelhantes também podem chegar lá caso se esforcem.

“[No sonho] Ele me pedia
desculpa,
ele vinha chorando, me dava a
mão.”

“Conhecimento faz toda a diferença. Eu acho que meu marido se aproveitava por eu não ter conhecimento e aí me torturava, né? Se eu fosse a pessoa que eu sou hoje, não teria atirado nele. Inclusive, a Corregedoria da Polícia Militar questionou isso com meu irmão. ‘Por que ela não veio aqui? Não deu parte dele aqui?’ Aí meu irmão disse: ‘Legal ela dar queixa dele aqui e ir dormir com ele. E de noite ele mata ela’. Aí o tenente ficou assim sem jeito e falou: ‘É verdade, é verdade’.

“Agora eu faria isso, correria o mesmo risco, mas eu teria mais conhecimento de não ter entrado no desespero que eu entrei. Eu não teria cometido esse ato insano. Eu teria ido pelos meios legais. Claro que eu ia ficar com medo, porque ele era um camarada que falava, fazia. Mas eu pegava meu filho e ganhava o mundo. Ia pra um abrigo desses que o governo oferece, que esconde a mulher mesmo. Jamais tiraria a vida dele. Jamais. Mas eu não queria morrer, nem meu filho tampouco.

“Eu não acredito em reencarnação porque minha religião é o cristianismo, mas eu também não descarto a possibilidade que, se ele tivesse vendo tudo o que aconteceu, viesse me pedir perdão, como ele já veio em um sonho. Ele me pedia desculpa, ele vinha chorando, me dava a mão. Ele falava: ‘Me perdoe por tudo que eu fiz você passar’. No sonho ele falava isso. Eu acredito muito que ele realmente veio.”

Úrsula conta que ficaram sequelas, inclusive que a impedem de se envolver romanticamente. Muito tempo depois do fato ela chegou a namorar um rapaz muito legal que sabia de sua história. Embora ele fosse tranquilo, ela acabou se afastando. Depois se envolveu com um antigo colega da igreja, Ismael, que é seu namorado desde 2015.

“O Ismael é do bem, ele te ajuda, ele acorda três horas da manhã se alguém ligar pra ele pra levar o cachorro passando mal. Ele é uma pessoa calma, tranquila. Ele nunca me condenou, sabe que me defendi. Ele fala: ‘Você não é má. Você jamais vai matar alguém por ruindade’. Preciso estar com gente calma do meu lado. O homem hoje, se levantar a mão pra mim, eu vou me afastar. Eu não posso ver uma mulher sofrendo agressão, que eu fico ruim, começo a passar mal. Na televisão, cena de violência contra a mulher, aquilo começa a me fazer mal. Começo a tremer. Uma vez, eu tava num ponto de ônibus com a minha irmã e o camelô armou um soco pra dar na mulher, uma discussão do nada, a menina tava arrumando as coisas e ele chegou: ‘Quer ver como te dou um soco?’. Antigamente não podia ver um carro da Polícia Militar. Se eu visse um carro, começava a passar mal.

“Eu fiquei uma pessoa agitada. Meu marido me cobrava tudo certinho e eu cobro dos outros também. Eu não tenho paciência pra falar com você três vezes a mesma coisa, é uma coisa só, porque eu vivi vinte anos assim. Às vezes, eu até me policio muito. Eu tava muito pior, era mais rígida, até com meu filho. Hoje já estou mais branda. Então eu não fico enrolando. Eu arrumo função logo pra tudo. Por isso que as pessoas me solicitam muito. Os amigos me chamam pra resolver problemas. Os parentes sempre me pedem ajuda pra qualquer coisa. Realmente eu tô na profissão certa, que é pra ajudar o direito dos outros.

“Aí você encontra umas pessoas que não sabem de nada e dizem: ‘Nossa, matou o marido! Assassina, não sei o que mais’. Ah, vai se lascar! Eu, hein. Passa o que eu passei. Eu nunca me importei com o que os outros falassem. Hoje me importo menos ainda, me importo só com o meu filho e minha família. O que os outros falam não me interessa nem um pouco. Eu sei o que eu passei. E não desejo pra ninguém o que eu passei. Não desejo pra ninguém. Não desejo pra ninguém.”

Em 2017, após as filmagens do documentário, Úrsula voltou para a casa onde viveu a vida toda com Ronaldo. Mudou algumas coisas de lugar e tenta não se abalar com as memórias. Vive com o filho, a nora e o neto, que nasceu no fim de 2015. Está atuando como assistente social na Vara da Família no Fórum de Nova Iguaçu, participa de cinedebates com o documentário *Legítima Defesa*, dá entrevistas e é palestrante em eventos sobre violência doméstica.

Em respeito ao fato de que parte das mulheres com quem conversei oscilam entre o desejo de expor-se ou não publicamente, os nomes da grande maioria dos personagens citados nesta obra foram trocados. Úrsula foi a única que faz questão de ter seu nome verdadeiro publicado. Ela também pretende publicar um livro contando sua história.

• • •

Às nove horas da manhã, DEISE chega no escritório onde trabalha em Nilópolis, na Baixada Fluminense. Mal se senta e já recebe a ordem do dia. Levar o processo tal no fórum tal. Ela devolve a bolsa ao ombro, pega a pilha de documentos e caminha até a estação de trem. Passa o dia entre transportes públicos e cartórios. Volta para o escritório e às seis da tarde pega um ônibus até a faculdade de Direito. Às dez da noite volta para casa, em Belford Roxo, também na Baixada Fluminense. Janta com a filha e descansa para o dia seguinte.

Há três anos essa é a rotina de Deise. Aos fins de semana, ela se divide entre os estudos e passeios com a filha. No fim de 2019, Deise pretende apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a legítima defesa e se formar na faculdade. Depois quer estudar e passar em um concurso para ser defensora pública e poder ajudar mulheres com histórias parecidas com a sua.

Deise tem os olhos mais fortes que já vi. E parece não ter consciência da força gigantesca que possui. Em 2013, seu pai faleceu e ela se viu sozinha no mundo, com vinte e poucos anos e uma filha para criar. Sua mãe havia morrido quatro meses antes do dia do fato, seu único irmão foi morar em Minas Gerais e ela não tem muita proximidade com o restante da família. Ficaram apenas ela e Joana. Se não fosse a filha, Deise garante que estaria estagnada. É do amor de mãe que vem a força para que ela possa correr atrás e querer evoluir.



Deise se preocupa com a filha, com o trauma que deve ter ficado por ter visto o pai caindo. Ela nunca se esquece de que, horas antes do fato, na praça, Joana havia dado um abraço muito forte no pai. Parece que ela estava sentindo, pressentindo algo. Tanto que ouviu o pai dizer: “Que diabo é isso que você tá me abraçando? Você não gosta de mim”.

Joana tem o olhar doce e é um pouco tímida, como a mãe. Ficou de um jeito que ninguém nem pode falar alto perto dela. Se alguém lhe pergunta de que seu pai morreu, ela responde: “Não sei”. Se Deise falar que ela pode contar a verdade, a menina conta. E se alguém fala “Tua mãe é assassina, matou teu pai”, ou qualquer coisa ruim a respeito de Deise, ela defende a mãe com braveza: “A minha mãe simplesmente se defendeu”.

“Do mesmo jeito que aconteceu comigo, poderia acontecer na família de qualquer pessoa.”

“Meu pai nunca me deixou desistir. Ele foi essencial na minha vida, mas às vezes me culpava, dizia: ‘Nossa vida não deu certo por causa de você’. Na escola, quando tinha um trabalho em grupo, ninguém queria fazer comigo. Fazia sozinha, ia lá na frente, apresentava o trabalho e tirava as melhores notas. Sofro muito preconceito até hoje. Tento fingir que nada acontece. Uma vez estava passando na rua e um garoto me chamou de assassina, eu simplesmente fingi que não era comigo. Falei pro meu pai nem pintar o muro porque achei que fossem pichar, mas nunca aconteceu! Pensei que ia sofrer uma represália. Cheguei a pensar em morar em Minas com meu irmão. Passa mil coisas na cabeça.

“Do mesmo jeito que aconteceu comigo, poderia acontecer na família de qualquer pessoa. Teve um amigo do meu pai que me criticou muito e, infelizmente, aconteceu a mesma coisa com a filha dele, só que ela não teve a mesma sorte que eu. O marido dela foi lá, matou ela e os filhos dela tudinho. Deixou só o que era filho do sangue dele, os que eram de outro homem ele matou tudinho, ainda matou ela, muito tiro ele deu nela.

“Falei: ‘Deus, coloque uma pessoa na minha vida que me mereça, se não vou morrer sozinha’. Dito e feito. Fiquei sozinha muito tempo. Eu sofro pela Joana, vejo os colegas dela com a família tudo certinho e tenho medo de nunca conseguir dar isso pra ela. De 2013 a 2015, namorei um garoto legal, mas acabou. Antes teve outro que foi embora. Ele falava alto comigo, já mandava ele falar baixo. A verdade é que eu sou travada em relação a tudo. Fico pensando que vai acontecer de novo a mesma coisa. É o medo de fracassar novamente. Não é fácil viver na sociedade com uma história como a minha. Eu tenho que parar com a minha vida? Não posso seguir com a minha vida?”

Em 2017, Deise conheceu um rapaz e se apaixonou. Está namorando e, desta vez, sem medo de ser feliz.

• • •

Em 2016, no momento de nosso último contato, EMÍLIA seguia trabalhando como merendeira e frequentando o Centro de Referência da Mulher. Foi nesses encontros, onde cada uma senta e compartilha sua história, além de uma programação voltada para a autoestima, que Emília passou a “entender como o jogo é”. Começou a perceber, por exemplo, que quando Eduardo falava mal das amigas dela dizendo “Cuidado, é falsa, é isso, aquilo”, era uma maneira de afastá-la de todo mundo para que ninguém ficasse sabendo o que ele fazia. E uma maneira de isolá-la, deixá-la vulnerável para ele.

Até aquele momento, Emília ainda estava montando as peças do quebra-cabeça, ao mesmo tempo em que se via exposta a todo tipo de julgamento. Não das colegas de terapia, da família e dos amigos, mas de pessoas que viviam no seu bairro, que mal a conheciam.

“De lá pra cá, tudo mudou na minha vida. Vi as pessoas que realmente gostam de mim.”

“Sempre tem aquela meia dúzia do contra. Uma vizinha uma vez me viu sentada na escada fumando e falou: ‘Assassina. Essa praga um dia vai fumar em Bangu’. Adoram atirar uma pedra. Ninguém sabe o que eu passei. É tudo muito complicado. Eu sempre fui muito fechada. Eu sei que as pessoas sempre vão me apontar. Com muita ajuda da Marisa e do Centro de Referência, eu fui levantando. A Marisa foi meu esteio e meu suporte até hoje. Se não fosse ela, não teria saído do buraco. Poderia estar em qualquer lugar solta, mas se ela não tivesse ficado comigo e me estendido a mão de mãe, não sei o que seria de mim. Ela me incentiva a fazer as coisas, a andar na rua de cabeça erguida. Me doía quando eu pegava ela chorando de saudades do filho. Mas ela se mantém forte até hoje.

“Minhas amigas também ficaram do meu lado. Na creche, foi a maior comoção. As meninas sabiam mais ou menos o que eu passava. Foi uma colega de lá que arrumou a advogada, isso foi num domingo. Ela deu o jeito dela. Todo mundo me apoiou, as meninas foram pra porta da delegacia.

“De lá pra cá, tudo mudou na minha vida. Vi as pessoas que realmente gostam de mim. Já pensei em fazer besteira comigo. É uma coisa que eu tenho que me perdoar e não consigo. Eu nunca me imaginei matando uma pessoa, tirando a vida de uma pessoa, nunca. Me sinto muito triste ainda, mas luto, vou lá, trabalho, cuido dos meus filhos, me distraio vendo filme. Espero que meus filhos não tenham revolta de mim. O Pedro em momento algum ficou. Ele disse pra psicóloga uma coisa que me marcou muito: ‘A morte do meu pai não fez a menor diferença na minha vida. Eu não quero mais vir aqui porque não quero mais ficar relembrando o que aconteceu. Eu quero é estudar e fazer esporte’. E deu um basta na psicóloga. Foi muito firme.

“Eu tinha mais vergonha de sair na rua antes do julgamento, não gostava. Tinha medo dos policiais. Tinha verdadeiro horror de ver aquelas sirenes. Hoje em dia, já consigo superar isso, porque nem todos são iguais. Só não consigo fazer academia, voltar a estudar ainda. Tenho uma amiga que me empurra muito pra sair, ela é demais, alto astral. Fui no meu primeiro Carnaval com ela ano passado. Mas não sou muito de noite, prefiro pegar as crianças e sair à tarde. A gente vai pra praça, pro shopping, vai pro pinball. Nunca fui muito de balada. Mesmo porque ele me ameaçava muito. Ele dizia que se um dia me visse na balada, ia me dar muito. Isso nunca saiu da

minha cabeça, tanto o negócio de que se pegasse um homem aqui dentro ele ia botar fogo, quanto esse negócio da balada. E ele não estava brincando.

“Eu queria ter um relacionamento, mas ainda não tô preparada. Cheguei a ficar com um rapaz, só fiquei. Tenho medo de passar por tudo de novo, porque no começo tudo são flores, depois o bicho pega.

“O que eu quero muito é fazer minha faculdade pra provar que eu sou capaz, que eu não sou aquela pessoa burra que ele falava, incapaz de fazer as coisas. Se aparecer alguém legal mais tarde, beleza, mas hoje, pra mim, não tem como. Posso até ficar, dar um beijos, coisa e tal, mas minhas prioridades são meus filhos, minha casa e provar que eu sou capaz de ter um carro, uma faculdade, de melhorar de vida.

“Ele dizia: ‘Você nunca vai conseguir chegar na faculdade, você acha que vai?!’. ‘Você não é capaz de fazer nada sem mim.’ Isso ficou dentro de mim. E já resolvi tanta coisa sem ele! Depois que ele morreu... Eu não gosto de falar que eu matei ele porque pra mim é muito forte, é difícil.”

Segundo o Relatório mundial sobre violência e saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicado em Genebra, Suíça, em 2002, a violência praticada por parceiro íntimo custa milhões de dólares anualmente às economias dos países, considerando os gastos legais, com assistência à saúde,

ausências e perda da produtividade no trabalho.

Conforme estudo do Banco Mundial, em 1997, no Brasil, 1,9% do PIB foi destinado às despesas com saúde decorrentes da violência.

O Relatório mundial sobre violência e saúde aponta ainda que mulheres que sofreram violência durante uma fase da vida (infância ou vida adulta) têm uma saúde piorada, tanto física quanto emocional. Entre os principais agravos e riscos à saúde feminina, destacam-se: depressão, tentativas de suicídio, síndrome de dor crônica, transtornos

psicossomáticos, lesões físicas, transtornos do aparelho digestivo e diversas repercussões na saúde reprodutiva, tais como complicações na gravidez, aborto espontâneo, aborto praticado em condições inseguras, gravidez não desejada, doenças sexualmente transmissíveis e esterilidade.

Além disso, o relatório informa que, em geral, os filhos que presenciam eventos de violência contra mulheres apresentam maiores riscos de sofrer diversos transtornos emocionais e de conduta, tais como ansiedade, depressão,

baixo rendimento escolar,
baixa autoestima,
desobediência, pesadelos,
queixas sobre a saúde física e
maior probabilidade de morte
antes dos cinco anos de idade.

• • •

Depois de ouvir o juiz absolvê-la de todas as acusações, SORAIA deu um longo abraço na mãe, na filha, e não quis nem parar para fazer um lanche em Santa Fé do Sul, de tão ansiosa que estava para comemorar em família. Foi recebida em Paranapuã com festa e lágrimas de alegria de todos os lados, exceto por seu pai, que continuou na dele, sem sequer tocar no assunto.

Soraia havia saído da casa dos pais com catorze anos para se casar e voltou a morar com eles depois que saiu da prisão. Ela tinha 42 anos e seu pai continuou tratando-a da mesma forma que fazia quando ela era adolescente, com horário para sair e para voltar. Ir até a praça, só na companhia do irmão. Se passasse das onze da noite, ele ia buscá-la pessoalmente. Depois de ficar dez meses na cadeia, Soraia chegou ali e se viu em outra prisão.

Ela não aguentou e foi alugar um quarto na casa de Cláudio, um primo de terceiro grau. Convivência vai, convivência vem, um dia ele falou para ela: “Nós vai ficar ficando assim? O que que nós vai ser a partir de hoje?”. No que ela respondeu: “Isso vai depender de você, não é de mim”. E então ele decretou: “A partir de hoje, você é minha esposa”. Isso foi em 2012.

Soraia não tinha queixas de Cláudio. Ao lado dele, tudo era maravilhoso. Eles se levantavam cedo e iam juntos trabalhar na roça, depois chegavam em casa, tomavam banho, ela varria a casa, ele lavava a louça, depois iam fazer juntos o jantar, jantavam, assistiam à televisão e iam se deitar. Sempre, segundo ela, em uma “harmonia gostosa”.

Quando estive com Soraia no dia após o julgamento, em 2014, ela ainda vivia com Cláudio, que já estava muito mal, em estado avançado de câncer na garganta, sem poder trabalhar nem se alimentar de comidas sólidas. Havia retirado o maxilar, falava meio enrolado e sentia muita vergonha de sair de casa. Por conta disso, Soraia levava uma vida bem caseira e passou a frequentar mais a igreja. Cláudio já havia aceitado Jesus, mas ela ainda não. Não estava preparada para ser batizada, descer nas águas, deixar de usar bermuda e parar de fumar.

Quando voltei para conversar com Soraia em 2016, ela já morava com outro parceiro. Cláudio havia falecido. Depois da morte dele, ela ficou deprimida, se afundou na bebida e foi no fundo do poço que conheceu o novo companheiro, que estava em um estado semelhante ao dela. Os dois se deram as mãos e se reergueram. Foram morar juntos e hoje bebem muito de vez em quando.

Outro grande motivo para Soraia sair da depressão foi o nascimento da netinha, filha de Maíra, que conseguiu se separar do namorado que a agredia e se casou com outro, um rapaz bom, segundo elas. Soraia abre um sorriso de satisfação quando conta que a filha conseguiu se livrar do ciclo de violência que atingia sua família.

Soraia continua trabalhando em temporadas na roça e está bem adaptada à nova rotina. Seu corpo vive um dia após o outro, mas nos seus olhos ainda há um espaço lá no fundo ocupado pela dor. Dor pelo que sofreu com Geílson, dor pelo que fez com ele, dor por não estar ao seu lado no momento em que ele morreu, dor por não ter ido no enterro. Da morte em diante, ela só ficou sabendo de ouvido, não tem o desfecho guardado na memória do tato nem dos olhos. E a memória do ouvido parece não ter tanta credibilidade. Soraia fala que tem vontade de visitar o túmulo de Geílson para ter certeza de que ele está morto, mas não foi até hoje com medo de encontrar algum familiar dele por lá.

“Eu ainda não acredito que ele está morto porque não vi.”

“A família dele nunca me procurou. Eles pegaram tudo que era meu, roupa, calçado, documento, tudo que tinha meu na casa eles tocaram fogo. Só levei meu RG. Minha mãe só conseguiu pegar a carteira de trabalho. Queimaram meu aparelho auditivo, porque do lado esquerdo não escuto, só escuto do lado direito. Tinha 24 anos quando caí da laje e estourei o ouvido. Agora tenho que correr atrás. Ele custa 2 mil reais e eu tinha conseguido pelo SUS. Tinha roupa de cama, edredom até dentro do plástico, toalha, calçado, roupas boas. Eles colocaram tudo dentro de um saco e botaram fogo. Aí, aqui minhas cunhadas ajudaram. Depois, trabalhando, fui comprando aos poucos.

“Os irmãos dele não estavam muito preocupados com ele, não. Só estavam preocupados era de tirar as coisas de valor de dentro de casa. Tiraram a televisão, o rádio. Não foi ninguém no julgamento. Eles devem ter pensado que foi até um alívio. Ele tava dando muito trabalho. Uma vez, a gente tava indo de Três Fronteiras pra Santa Fé, ele de carro, não tem essas arvorezinhas? Ele bateu que os cacos de vidro vieram tudo pra cima de mim de tão ruim que ele tava dirigindo. E não aceitava ficar sem o carro dele, sem a moto.

“Eu fiquei um par de tempo sem conseguir dormir. Era só na base do calmante. Eu fechava o olho e via o Geílson me pedir perdão. Eu ia comer, via sangue na minha mão. Hoje em dia eu não posso ver matar um porco, não posso ver matar uma galinha, começo a tremer e já tenho que sentar. Não posso ver sangue na minha frente. Até hoje, se eu fecho o olho, eu vejo o Geílson na minha frente. Eu ainda não acredito que ele está morto porque não vi.

“É coisa que a gente não esquece, que fica pro resto da vida. Quem sou eu? Eu tirei a vida de uma pessoa. Não sou ninguém pra tirar a vida de ninguém. Ficou um trauma muito grande. Se for pra me relacionar hoje com uma pessoa, eu tenho que conhecer muito bem, ver a atitude dele com os familiares, porque se é isso tudo com a gente dentro de casa, com mãe e pai e irmão vai ser a mesma coisa. Tanto que falo pra minha filha e pra quem vier falar: na hora que começar a agressão física tem que denunciar, quanto mais cedo a gente se livrar dessa situação, melhor. Porque se a gente pensar que amanhã vai ser diferente, que ele vai mudar... Não muda. Se no começo a gente der abertura e aceitar agressão, vai ter que aceitar a vida toda.”

• • •

Na hora em que ouviu sua sentença de absolvição, DORALICE sentiu um alívio imenso. Saiu do fórum ainda tonta pela overdose de emoções e respirou o ar da liberdade pela primeira vez depois de um ano e dez meses. Foi buscar seus pertences na Cadeia Pública de General Salgado e voltou de carro com o irmão para a casa de sua mãe, em Pindorama (SP), onde ainda havia um quartinho com cama de solteiro aguardando por ela. Agora era uma mulher livre, tinha o apoio da família, mas dentro de si mesma ainda se sentia presa, sentia um sufoco que explodia em longas crises de choro e em gritos no meio da noite. Às vezes, Zé ainda aparecia para ela e o desespero só piorava. A pele branquinha ficou cheia de marcas de mordida que ela mesma se dava.

“Você precisa ir ver um médico”, sentenciou sua mãe. Doralice foi a um clínico geral, que lhe disse que ela estava com problemas relacionados à esquizofrenia e ao transtorno bipolar e deveria procurar um psiquiatra. Foi à outra médica, que lhe disse a mesma coisa. Quando mostrou as marcas das mordidas, a doutora quis interná-la em um hospital psiquiátrico. Doralice conta que quando ouviu isso ficou mais maluca ainda. “Não tô rasgando nenhuma nota de cem ainda! Eu só tenho medo das coisas, eu vejo aranha, vejo macaco, bicho, mas não tô rasgando nota de cem!”, respondeu para a médica.

Doralice não quis ser internada. Preferiu ir para o baile. E lá encontrou um jovem forte chamado Davi, que a levou para conhecer o sítio onde vivia perto de Catanduva. Chegando lá, Doralice respirou o ar puro, não viu portão, grade, chave em lugar nenhum. Sentiu que ali, sim, poderia ficar bem. Começou a namorar Davi e não foi mais embora. Quando a visitei, em 2014, estava vivendo há sete meses com o parceiro.

“Até hoje eu não me perdoo.
Eu tô doente ainda
porque não me perdoo.”

“O ar aqui é de outro jeito. Não importa que as coisas são simples. Lá na minha mãe eles têm o costume de trancar a porta, tranca o portão, chave, tranca a porta do meio, chave. Eu acordava que nem uma louca querendo abrir as portas e as portas tudo trancada. Eu gritava dentro de casa: ‘Abram a porta! Eu quero sair daqui!’. Até os vizinhos saíam pra fora. Aqui no sítio eu durmo muito bem.

“Eu pensei em arrumar uma pessoa boa. Fui convivendo e olhando o jeito dele. Ele me trata muito bem, é uma pessoa excelente. Desde o primeiro dia eu contei tudo o que aconteceu e ele não ficou com medo de mim nem nada. Até já fui embora duas vezes daqui e larguei dele. Depois, eu mesma pedi pra voltar porque eu gosto dele. A gente nem tinha brigado, não fez nada de errado. É que, às vezes, dá aquele branco assim de repente e dá vontade de largar tudo e ir embora.

“Antes dele, teve um que queria namorar comigo e quando eu falei o que aconteceu ele disse: ‘Então não quero, não. E se a senhora me matar?’. Tinha gente que tinha medo de mim. Agora tô trabalhando aqui na horta. Ele tá fazendo um bico aqui numa usina e quando acabar lá ele vem me ajudar. Ele é doze anos mais novo que eu também. Eu não ligo e a pessoa que quer namorar comigo diz que não se importa de eu ser mais velha. Eu atraio muito pessoa mais nova do que eu. Namorei com um cara até de 27 anos. Ele queria casar comigo. Eu disse que ele tinha a idade do meu filho!

“Agora eu só quero viver feliz com o Davi, ver meus dez netos crescer, voltar a ter o trabalho de antes, de cuidar de idoso, ter uma casa. Só que ainda tem gente que me recrimina. Uma moça queria me contratar, mas soube do que eu fiz e desistiu. Tem uma amiga, mulher de um amigo nosso, que tinha uma granja e a gente ia lá passear, almoçar, era muito amigo da gente, até dei uma máquina de costura pra ela, e quando eu saí da cadeia liguei pra ela e ela disse que não queria ser mais minha amiga. Depois não quis nem atender mais o telefone.

“Eu não queria ter feito o que aconteceu. Eu nunca imaginei. Nunca pensei de matar um mosquito. Matar uma pessoa? Eu não me perdoava. Até hoje eu não me perdoo. Eu tô doente ainda porque não me perdoo. Parece que não foi comigo. Eu começo a lembrar das coisas e penso que não deveria ter feito isso. Às vezes, fico conversando sozinha. Eu não devia ter feito isso, fazer minha família passar por tudo o que passou, isso não é

justo. Eu acho que Deus já me perdoou, a família dele já me perdoou. Mas eu mesma não me perdoei. É duro saber que você matou alguém.”

Em 2016, telefonei para Doralice a fim de marcar uma nova visita, então ela me contou que Davi falecera por problemas de saúde e que ela tinha voltado para a casa de sua mãe em Pindorama. Fui até lá. Doralice me recebe com um sorriso que praticamente não sai do rosto durante toda a visita. Ela ainda não tinha conseguido trabalho e passava os dias em casa, cuidando da mãe doente. As crises de desespero, de vontade de chorar e gritar haviam diminuído drasticamente. Ela estava medicada.

Doralice aderiu ao Facebook e ao WhatsApp, mas seu passatempo favorito ainda eram as cartas escritas à mão para se corresponder com as amigas que fez no presídio. Ela me leva até seu quarto, onde há uma notável imagem da Virgem Maria ao lado da cama de solteiro, e abre uma gaveta do armário. Tira dali três sacolas plásticas cheias de envelopes e espalha tudo pelo chão. Entre as missivas de saudades, ela me mostra um punhado de correspondências que troca com seu atual namorado, um rapaz que está preso e que, até aquele momento, ainda não havia conhecido pessoalmente.

Há ainda outro objeto que ela elegeu para se apegar, uma coruja de pelúcia que repousa em cima da cama. Doralice deixa as cartas de lado, segura a coruja no alto com as duas mãos e simula um voo para a liberdade.

• • •

NICE nunca precisou lidar com represálias por parte da família de Carlos. Ninguém sequer compareceu ao julgamento. Só a mãe dele ficou contra ela, deixou de falar com a ex-nora, mas falecera já fazia alguns anos. Carlinha, a filha mais velha, ficou com a casa onde ocorreu o fato, mora lá com o marido e os três filhos até hoje e é vizinha de alguns parentes dele. Nice sempre visitou a filha tranquilamente, de cabeça erguida. Um primo de Carlos que morava no mesmo terreno chegou a comentar com os filhos dela: “Sei o sofrimento que tua mãe teve, já tive que tirar ela de baixo de porrada. E na hora da ira, do momento, ninguém sabe o que pode ser, né?”.

Quando saiu do Fórum de Magé, Nice tirou um peso das costas. Dali em diante, ela só tinha duas preocupações: arrumar trabalho e ver a família bem. A filha Liane e as duas netas, de três e cinco anos, que moravam no mesmo terreno que ela, eram sua maior preocupação. Nice deixa cair uma

lágrima solitária quando comenta que pode ser que Liane seja mãe solteira porque ficou traumatizada com o que viu dentro de casa. Tento conversar com Liane, mas ela é de poucas palavras. Só diz que a mãe dela fez certo, que homem não sabe como tratar a mulher.

Vou com Nice até a casa de Carlinha, que é mais aberta, extrovertida como a mãe. Ela fala que muita gente de seu convívio a recrimina, não entende como a filha pode gostar da mãe sabendo que ela matou seu pai. Para essa gente, Carlinha só responde: “Vocês não sabem o que ela passou”.

Nice comenta que hoje a casa está bem diferente, que a filha deu o jeitinho dela ali. Ela relembra como os móveis estavam dispostos no dia do fato e a dinâmica dos acontecimentos surgem a rebote. Seus gestos ficam mais enérgicos, e sua voz, mais forte e entrecortada. Isso não aconteceria se eu não estivesse ali, se fosse uma simples visita de rotina para a filha. Com os filhos e netos, ela só pensa no futuro. O passado, ela deixa apenas para si mesma, quando está sozinha e ele invade os pensamentos mesmo contra a sua vontade.

“Eu via esse homem direto.
Estava ali no fogão. Ai, meu
Deus!
Muita assombração.”

“Daqui pra frente eu peço só a Deus. Não sinto saudades do Carlos, não sinto falta. Sinto uma tranquilidade, uma paz. Morei com outro por seis anos e pouco, mas foi querer alterar a voz, já viu. Quem me bater faz uma cova pra se enterrar. Ou então quero ficar sozinha. Ao mesmo tempo que eu penso que quero ter um homem, depois eu penso: ‘Eu? Passar tudo de novo?’. No começo eles vêm igual uma flor. Tudo é muito bom. Não, não tô precisando. Não tenho filho pequeno, pra eu comer eu faço, sei trabalhar, não sou aleijada, vou arrumar complicação? Meu nervo já se acabou, já ficou estressado mesmo, já tem aquela sombra toda vida na minha visão. É

um passado que você nunca esquece. Hoje eu só namoro, tô feliz, vou onde eu quero, faço aquilo que eu quero, não tem perturbação. Meus filhos estão bem.

“Já fui evangélica, ia na igreja. Tenho muita fé com Deus, me apego, peço muito a ele. Oro muito. Eu via esse homem direto. Estava ali no fogão. Ai, meu Deus! Muita assombração. Agora não. Eu pedi oração. Fiz muita oração na minha casa, vou na igreja de vez em quando. Não sou aquela fanática porque gosto de andar à vontade, de beber minhas cervejas. Antigamente eu nem bebia. Não bebia, não. Quando ele tava vivo, eu não podia conversar com ninguém. Não podia ir em lugar nenhum. Só trabalhar que eu podia. Agora eu bebo mesmo minha cerveja. Bebo, saio, bagunço. Tenho muitas amizades. Sou povão. Me sinto mais livre.

“O dia que aconteceu tudo aquilo, esse dia é um dia que eu queria apagar, mas é um passado que eu nunca vou esquecer. Nossa! Tem hora que eu quero dormir e não dá. É muita luta. Hoje eu vejo as netas... Falo pra elas terem muito cuidado, falo pro meu genro: não judia da minha filha, não, trata ela bem. Se não der certo, separa, conversa. Não procura achar momento pior, não, fazer besteira, que eu fiz besteira, mas não passo isso pra ninguém. Evita o ponto, não deu certo, separa, sofre um pouco. Porque quando a gente gosta, né?, sofre também. Mas não procura fazer besteira, não.”

Em 2014, gravamos algumas cenas com Nice para um teaser que foi dirigido por Susanna Lira, uma parceira maravilhosa deste projeto, que trouxe contribuições importantes também como diretora do documentário *Legítima Defesa*. Fizemos imagens de Nice em um bar em Duque de Caxias, onde ela gostava de ir para tomar cerveja e escolher música no jukebox. Naquele dia ela escolheu “A Loba”, composição de Juninho Peralva e Paulinho Rezende, e interpretada por Alcione.

Sou de me entregar
De corpo e alma na paixão
Mas não tente nunca
Enganar meu coração

Amor pra mim Só vale assim Sem precisar pedir perdão

Nice canta com a alma. E quando silencia, busca o infinito com os olhos de jabuticaba congelados. Susanna então pergunta se ela ainda acredita no amor. “Claro. Eu sonho envelhecer com um homem bom, balançando na rede, os dois velhinhos. Quem não quer ser feliz?”, responde ela com o sorriso que se espalha pelo rosto.

Dois anos depois, quando telefonamos para marcar as filmagens oficiais do documentário, sua filha tristemente nos comunicou que ela havia falecido meses antes, vítima de pneumonia. As cenas com Nice acabaram não entrando no filme.

• • •

Em 9 de março de 2015, entrou em vigor a Lei n. 13.104/2015, que alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940) com o objetivo de prever como circunstância qualificadora do crime de homicídio o FEMINICÍDIO, ou seja, o assassinato de uma mulher cometido por razões ligadas à condição do gênero feminino, isto é, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência Contra a Mulher (CPMI-VCM):

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual

associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

Hoje, quando um caso de assassinato de mulher chega até a imprensa e aos programas vespertinos na TV, não é mais tratado como o homicídio passional de outrora. A palavra “feminicídio”, mesmo não agradando a todos, aparece quase sempre. Porém, apesar dos avanços, as mulheres vítimas de feminicídio muitas vezes seguem sendo julgadas como merecedoras da violência sofrida. “O que ela não deve ter feito pra ele?!” e “Por que não saiu do relacionamento aos primeiros sinais de agressão?” ainda são os comentários mais comuns emitidos por grande parte da população diante de feminicídios como o da advogada paranaense Tatiane Spitzner, que, em julho de 2018, foi jogada pelo marido do quarto andar do prédio onde vivia, em Guarapuava, na região central do Paraná.

Na condição de mulher branca privilegiada, oriunda da classe média e criada em um lar sem violência, eu posso dizer que hoje, depois de realizar a pesquisa para o documentário *Legítima Defesa*, entendo que os agressores não são apenas os homens bêbados e machistas, e que os homicidas de mulheres nem sempre sofrem algum tipo de psicopatia. Aliás, quase nunca. Lindemberg, o ex-namorado de Eloá, provavelmente não sofria de nada além do machismo naturalizado que objetifica as mulheres e dá permissão aos homens para agir de acordo com seus desejos, doa a quem doer. Os outros milhares de feminicidas, tampouco. São homens comuns, que estão nas academias, nas obras, em cargos públicos, nos táxis e Ubers, estão em todo e qualquer lugar respirando a masculinidade tóxica que lhes foi imposta culturalmente.

No momento em que finalizo esta obra, em novembro de 2018, não tenho como negar a importância da Lei Maria da Penha e da lei do feminicídio, mas acredito que elas não são suficientes para promover a igualdade de gênero e o fim da violência doméstica. É fundamental que políticas públicas

alarguem seu foco para além do punitivismo e pensem também na prevenção, abraçando ações pedagógicas — previstas inclusive na Lei Maria da Penha, mas raramente executadas — e debates sobre gênero nas famílias, nas escolas e nas igrejas, como um possível caminho para quebrar os efeitos negativos dos papéis de gênero estereotipados. Sem uma transformação social e cultural profunda, será muito difícil alterar essa infeliz e trágica realidade.

ANEXOS

1. legislação
2. Atendimento
3. Desafios para os direitos da mulher
4. Diante da dor das outras
5. Legítima defesa

1. Legislação

Em 27 de novembro de 1995, o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. A Convenção, que tem força de lei interna, declara que a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades.

Em um longo texto, a convenção define os direitos protegidos e os deveres dos Estados. Entre os desafios, o mais utópico me parece o Artigo 8º, b:

Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, incluindo a construção de programas de educação formais e não-formais apropriados a todo nível do processo educativo, para contrabalançar preconceitos e costumes e todo outro tipo de práticas que se baseiam na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher que legitimam ou exacerbam a violência contra a mulher.

Em 7 de agosto de 2006, e baseado nos termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, o presidente Lula decreta e sanciona a Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha).

No Capítulo II do Título II, o artigo 7º descreve quais são as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II. a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição de autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III. a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua

sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV. a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

No Título III da lei, que trata da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, o Capítulo I fala das “medidas integradas de prevenção”, das quais destaco a importância dos parágrafos VII: “a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e raça ou etnia”; e o IX: “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”.

O Capítulo II discorre a respeito “da assistência à Mulher em situação de violência doméstica e familiar”; e o Capítulo III, “do atendimento pela autoridade policial”, ressaltando sempre a questão humanitária, acolhedora e bem informada no atendimento.

No Título IV da lei há um capítulo dedicado às medidas protetivas de urgência, especificando o que toca ao agressor e também à ofendida. Outro capítulo fala da atuação do Ministério Público e da assistência judiciária. No artigo 28, consta que: “é garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado”.

O Título V se dedica à “Equipe de atendimento multidisciplinar”. O Título VI fala de disposições transitórias, enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher com competência criminal e civil. Por fim, o título VII apresenta as disposições finais.

O artigo 35 coloca que:

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

- I. Centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II. Casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III. Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no

atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV. Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V. Centros de educação e reabilitação para os agressores.

2. atendimento

Mais de dez anos após a assinatura da lei, a maioria das cidades brasileiras ainda não conta com esses serviços especializados de atendimento à mulher e não há um mapeamento disponível para consulta pública sobre o que há disponível em cada município do país. Menos de 5% das cidades brasileiras possuem uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (Deam). Essas delegacias são todas coordenadas pelas Polícias Cíveis dos estados brasileiros, subordinadas às secretarias de segurança pública estaduais. Isso significa que cada estado coordena com autonomia a criação e condução das delegacias, sem que haja um controle centralizado a nível federal. Em muitos casos, há estados que afirmam ter uma Deam quando, na verdade, o atendimento à mulher é feito em um departamento dentro de uma delegacia comum, sem o acolhimento recomendado pela lei.

Também é baixa a proporção de cidades que possuem um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, com atendimento integral e multidisciplinar — atendimento psicológico e social, além de orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência. Outros espaços recomendados por lei são ainda mais raros: os abrigos exclusivos para mulheres e os centros de reabilitação de agressores. É possível contar nos dedos as comarcas brasileiras que possuem projetos nesse sentido.

Segundo Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada em 2013 “com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, presidida pela deputada federal Jô Moraes (PCdoB/MG) e de relatoria da senadora Ana Rita (PT/ES), os números encontrados no país em serviços especializados para mulheres em 2012 eram: 415 Delegacias da Mulher; 103 núcleos especializados em delegacias comuns; 192 Centros de Referência e Atendimento à Mulher; 71 casas-abrigo; 61 juizados especializados em violência doméstica; 27 varas adaptadas; 64 Promotorias Especializadas da Mulher; 36 Defensorias

Especializadas ou Núcleos da Mulher. Considerando que o Brasil possui 5.570 municípios, os serviços atuais corresponderiam a apenas 1,72% desse montante e se concentram majoritariamente nas capitais e regiões metropolitanas.

Teoricamente, uma lista com endereços e dados para contato de serviços jurídicos especializados no atendimento a mulheres em situação de violência — que inclui Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar, Promotorias Especializadas, Núcleos de Gênero do Ministério Público e núcleos ou defensorias especializados de atendimento à mulher, além de Delegacias da Mulher, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Centros de Referência da Assistência Social, casas-abrigo e outros serviços — pode ser acessada por meio do Atlas de Acesso à Justiça (www.acessoajustica.gov.br), ferramenta do Ministério da Justiça que possui um acesso complicado e com poucos dados disponíveis [No momento da conclusão deste livro, em fevereiro de 2020, o site encontrava-se fora do ar].

Caso seja vítima de violência, o melhor que uma mulher pode fazer é telefonar para a Central de Atendimento à Mulher (180), serviço gratuito que atende ligações de todo o Brasil e de vários países da Europa. As atendentes do Ligue 180 são treinadas para dar informações, receber denúncias e encaminhar para os serviços da rede de atendimento, informando onde há uma Delegacia da Mulher ou um Centro de Referência mais próximo.

No ano de 2017, o Ligue 180 recebeu mais de 117,2 mil ligações. Somente entre janeiro e julho de 2017, a Central de Atendimento à Mulher registrou catorze feminicídios, dezessete homicídios, 3.018 tentativas de feminicídios e 43 tentativas de homicídios no Brasil. Ainda de acordo com os dados, mais de 16 mil mulheres sofreram violência física, mais de 12 mil foram vítimas de violência psicológica e 2,4 mil mulheres enfrentaram casos de violência sexual. Entre outras manifestações, 1,3 mil relataram cárcere privado. Pouco antes do ano de 2018 acabar, a central telefônica já contava com 5 mil denúncias de tentativa de feminicídio.

Outra iniciativa importante é o Mete a Colher (meteacolher.org), uma startup que utiliza da tecnologia como aliada no combate à violência contra as mulheres. Nascido em 2016 com a missão de desmistificar o ditado “em

briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, empreendedoras do Recife (PE) decidiram criar uma rede de apoio que ajuda mulheres a sair de relacionamentos abusivos através da sororidade. O aplicativo Mete a Colher conecta mulheres que precisam de ajuda, com outras mulheres que desejam ajudar de forma voluntária, além de fornecer apoio emocional, orientações jurídicas e suporte para encontrar uma vaga no mercado de trabalho.

Com o impeachment da presidenta Dilma, o ministério responsável pelas políticas públicas voltadas para as mulheres passou a ser uma pasta dentro do Ministério de Direitos Humanos, sob o comando do ministro Gustavo Rocha. O novo presidente eleito, Jair Bolsonaro — em cujo programa de governo não havia qualquer menção sobre políticas públicas destinadas às mulheres —, adaptou-o para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando da controversa ministra Damare Alves. Em um ano em frente à pasta, a ministra investiu mais em declarações polêmicas do que em políticas públicas para as mulheres.

Central de Atendimento à Mulher: 180

3. Desafios para os direitos da mulher

**entrevista com Cláudia Luna,
advogada da Rede Feminista de Juristas**

Quais foram as mudanças relacionadas às políticas para mulheres desde o surgimento da Lei Maria da Penha, em 2006, até hoje? E como isso se reflete na sociedade brasileira de maneira geral?

Podemos dizer que inúmeras mudanças relacionadas a políticas para as mulheres após o advento da Lei Maria da Penha têm ocorrido. No entanto, a visibilidade e o reconhecimento da violência doméstica enquanto problemática que afeta as mulheres no privado e impacta no público, e a toda a sociedade, tornando-a uma Política de Estado, assumida pelo poder público, sem sombra de dúvida pode ser considerada a maior dentre todas as mudanças.

Quais são os maiores desafios que a Lei Maria da Penha apresenta?

Os principais desafios apresentados pela Lei Maria da Penha dizem respeito à sua implementação. E ainda, somado a esse fato, um cenário de retrocessos onde a ausência de total priorização das chamadas políticas e direitos sociais por certo repercutirá desfavoravelmente na destinação de verbas orçamentárias designadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso, podemos citar o desmonte dos equipamentos sociais que atendem mulheres em situação de violência doméstica; a precarização dos serviços e políticas públicas voltadas às mulheres em situação de violência doméstica e suas famílias; o novo contexto de intervenção das religiões no Estado, afetando sobremaneira o respeito aos direitos humanos das mulheres vítimas de violência; decisões equivocadas no cenário governamental que facilitam o acesso à posse de armas de fogo, colocam as vítimas em situação de maior vulnerabilidade e podem potencializar novos crimes de feminicídio e consequente aumento das estatísticas de violência.

Nesse contexto, a citação de Simone de Beauvoir é perfeitamente oportuna: “Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Quais são os crimes mais subnotificados e por quê?

Os crimes que envolvem violência sexual, pelo temor de exposição e julgamento das vítimas, e, ainda, o feminicídio, pela resistência dos operadores da Justiça criminal em desconsiderar os aspectos e o significado culturais nesse tipo de crime. As mulheres são mortas por serem mulheres ou por se acharem nessa condição, caso das travestis e mulheres transexuais.

Qual a importância da lei do feminicídio?

O reconhecimento de que há na sociedade elementos estruturais e estruturantes das desigualdades sociais, históricas e culturais entre mulheres e homens que permeiam todos os sistemas, econômico, jurídico etc., e que essencialmente as afeta. A lei traz, por sua própria existência, a necessidade de se reconhecer o feminicídio, para além de um delito, como uma das ferramentas do sistema que reproduz opressões e machismo estrutural em todas as suas esferas.

Quais os desafios do campo jurídico para a aplicação da lei do feminicídio?

A percepção de que o sistema de Justiça e de garantia de direitos ainda é o principal violador dos direitos das mulheres, reproduzindo a sistemática violência institucional! Além disso, compreender que os conflitos decorrentes da violência doméstica e intrafamiliar são unos, e que merecem ser abordados e compreendidos dessa forma, e não como compartimentos estanques de diferentes áreas da Justiça, como a Justiça criminal e a Justiça da família.

A tese de crime passional ou de “legítima defesa da honra” ainda é recorrente na defesa de homicidas de mulheres?

Poderíamos dizer que hoje a sua variante foi substituída pelo argumento perverso de desqualificar e desacreditar a honra da vítima, causando um novo feminicídio, dessa vez o de sua memória. E o mais grave: essa nova tese defensiva ultrapassa os limites dos tribunais e os desafios da lei do feminicídio.

Por que, apesar da existência dessas leis, as estatísticas de crimes de violência contra a mulher não apontam para uma melhora?

Porque se faz necessária uma contínua e eficaz estratégia preventiva dessa violência, cujo caminho passa obrigatoriamente pela via da educação, que contemple a igualdade de gênero, a rediscussão das masculinidades e a desconstrução dos estereótipos e dos papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres.

4. Diante da dor das outras:

notas sobre atendimentos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar em delegacias especializadas [\[1\]](#)

Beatriz Accioly Lins

Por cerca de dois anos, frequentei quase diariamente os expedientes policiais de duas Delegacias de Defesa da Mulher (comumente chamadas de DDMS) na cidade de São Paulo. A atividade etnográfica — conceito que utilizamos na área da antropologia para descrever um método de pesquisa que envolve, de maneira geral, um longo, intenso e imersivo processo de convivência com o grupo que nos propomos a estudar — tinha como objetivo refletir sobre as práticas policiais e os significados da Lei n. 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, na prática desses espaços. [\[2\]](#)

No dia a dia, as delegacias especializadas têm diferenças conforme suas regiões, atribuições e profissionais, mas se assemelham, ao menos no trabalho policial, em um cotidiano burocrático e repetitivo, de preenchimento de boletins de ocorrência, montagem de inquéritos policiais, recebimento de exames de corpo de delito, além de um corriqueiro entra e sai de mulheres (“vítimas”, no linguajar policial) que buscam tais locais com demandas de violência que podem ou não ser traduzidas na linguagem jurídica (tornando-se crimes) e que, a partir de cada tipificação, tomam diferentes caminhos institucionais.

Grosso modo, em delegacias dessa natureza (salvo os casos que envolvem somente violência sexual), a maior parte das denúncias diz respeito a agressões físicas, ameaças e ofensas em relações familiares e amorosas. Filhas, irmãs, companheiras, namoradas, esposas que expressam em um linguajar informal situações pelas quais passaram e buscam, muitas vezes

sem saber exatamente as consequências jurídicas, orientações e soluções para seus sofrimentos e dilemas.

As denúncias (ou queixas) costumam ser tipificadas, segundo o entendimento policial, em: “lesão corporal” (art. 129 do Código Penal), quando se trata de violência física; “ameaça” (art. 153), quando são proferidas intenções de dano físico à vítima; [\[3\]](#) e “injúria” (art. 140), quando se trata de ofensas e xingamentos. Embora pareça uma mera distinção formal, na prática, cada tipo penal leva a tratamentos jurídico-policiais distintos. Desde 2012, a “lesão corporal” é uma ação pública incondicionada, isto é, uma vez registrada a ocorrência, ela se torna imediatamente uma denúncia em que a vítima é representada pelo Ministério Público. Não é mais possível, como se dizia, “retirar a queixa”. Já a “ameaça” é uma ação pública condicionada, significando que, mediante vontade da vítima — expressa por um documento chamado “representação” —, o Ministério Público pode processar o acusado. Há um prazo de seis meses para a tomada da decisão de representar ou não. As “injúrias”, por sua vez, são ações privadas, necessitando que a vítima ou reclamante contrate os serviços de advogados e inicie uma queixa-crime nos fóruns.

Tornadas Inquéritos Policiais, as denúncias passarão por duas etapas de averiguação: uma nas delegacias, feita pela polícia, e outra feita em fóruns, envolvendo o Ministério Público, advogados de defesa ou Defensoria Pública, e juízes e juízas. Esses procedimentos são longos e emocionalmente custosos, sendo apelidados por profissionais do direito de “ônus do processo”, o que leva muitas pessoas a desistirem, desanimarem e abandonarem as soluções jurídicas pelo caminho.

Essa hierarquia entre os tipos penais é definida pelos códigos jurídicos brasileiros. No entanto, muito da sensação de mal atendimento e desinformação que acompanha as mulheres nas idas às delegacias é fruto de uma não correspondência entre as soluções possíveis dadas pelas leis e a sensação de justiça e reparação que elas buscam. A violência psicológica, uma reclamação constante dessas mulheres, muitas vezes não encontra encaminhamento nessas tipificações, ou fica relegada à “injúria”, em que são necessários esforços financeiros e emocionais ainda maiores para seguir com o processo.

Não nego que existem problemas estruturais e no treinamento dos funcionários no que tange as delegacias, especializadas ou não, no tratamento da violência doméstica. Há falta de estrutura, descaso e mau uso da função policial; entretanto, há também uma incompatibilidade entre o que o Direito Penal pode fazer (punir, como ele mesmo diz)^[4] e o que mais se busca nesses casos: o fim da violência.

Sem dúvidas, é desejável que o poder público brasileiro e de cada estado — uma vez que as delegacias são parte das Polícias Cíveis estaduais — direcione mais recursos financeiros para essas delegacias, ampliando seu lastro por mais estados, municípios e regiões. Igualmente importante é o treinamento e a formação de profissionais da polícia de quaisquer delegacias no atendimento a esse tipo específico de violência: aquele que envolve vínculos afetivos fortes entre as partes, a presença de filhos e diversos complicadores gerados pela intimidade (dependência financeira e emocional, por exemplo).

Como pesquisadora que se pensava preparada para entrar em campo, me muni de bibliografias, discussões e alguns conhecimentos jurídicos para adentrar a realidade dessas e desses profissionais. Nada poderia ter me preparado intelectual e emocionalmente, contudo, para ouvir, sentir e compartilhar de relatos de dor, medo, sofrimento, angústia e dúvida das mulheres que buscam os serviços policiais e me deparar com um aparente paradoxo para quem não vive cotidianamente situações de violência em contextos de afeto e intimidade ou trabalha e atende diretamente essas pessoas: a coexistência de intensos sentimentos de amor e a realidade doída da violência.

“Quem ama não mata” foi um importante clamor de militantes pelos direitos das mulheres no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. A intenção de enfatizar o caráter criminoso e inaceitável de agressões — e por vezes assassinatos — de mulheres por seus companheiros foi indispensável para os processos jurídicos, políticos e burocráticos criados no país na direção de prevenir, punir e conscientizar a população. A Lei Maria da Penha e as delegacias especializadas no atendimento a mulheres em situação de violência são resultado dessa incansável luta. Hoje, violência doméstica e familiar contra mulheres é crime grave, mesmo que alguns ainda insistam em narrativas de “crimes passionais”, afastando agressores e assassinos do

estigma do “criminoso”, criando subterfúgios e justificativas para atos indefensáveis.

Um dos principais aprendizados que tive diante da dor dessas mulheres foi o de me despir de prejulgamentos, avaliações morais e protoverdades pessoais que eu carregava sobre viver relações violentas. Para mim (inicialmente) e para muitas policiais, a saída era óbvia: o rompimento da relação. *Como gostar de alguém que te viola?*, eu pensava, perdendo de vista a empatia, simplificando as ambivalências das emoções humanas e idealizando a própria ideia de amor, cristalizada em uma imagem fictícia que não comportaria conflitos, dúvidas e dor.

Ao nos colocarmos diante da dor e da demanda alheia, um dos maiores desafios é legitimar aquilo que os outros e as outras afirmam sentir. Nos relatos de mulheres em situação de violência íntima, pode haver afetos dos mais variados matizes por aqueles que efetuam as violências. Nosso lugar, como aqueles engajados em propiciar uma realidade mais justa para nossos concidadãos em uma sociedade democrática, não é o de julgar e imaginar que, se fôssemos nós nessa situação, faríamos tudo diferente. Perguntas como “Por que ela deixou chegar a esse ponto?”, “Por que ela não o denunciou?”, “Por que ela tem medo de que ele seja preso?” e “Por que ela não rompe definitivamente qualquer contato?” são presunçosas e pouco úteis.

O amor — assim como a normativa da lei — pode ser uma projeção idealista que, uma vez experimentada em complexas realidades, se mostra cheio de diferenças, de nuances e de distintos significados. O amor, em si, não é algo positivo e inexoravelmente desejável, mas coexiste, mais frequentemente do que imaginamos, com violências que podem ou não ser consideradas crimes. Ouvir empaticamente, sem julgar, duvidar ou menosprezar a dor e o amor dos outros — e nesse caso, mais especificamente, das outras — é condição indispensável para pensarmos em melhora o atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência, em saídas mais eficazes e acalentadoras para as vítimas e na diminuição dos índices alarmantes e desumanos de violência doméstica e feminicídio no Brasil.

Beatriz Accioly Lins é doutoranda em antropologia social na Universidade de São Paulo, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores

Sociais da Diferença (Numas/USP) e conselheira do Instituto Patrícia Galvão.

5. Legítima defesa:

da realidade ao documentário

Leda Stopazzoli

Matar alguém sempre me pareceu um ato inaceitável e incompreensível. Porém, estudando Direito Penal, me deparei com o instituto da legítima defesa e percebi que há situações em que esse ato não é reprovável, mas necessário.

Como mulher atenta às lutas pelos nossos direitos, imaginei uma hipótese de injusta agressão que levaria à legítima defesa: a violência contra a mulher e a tentativa de feminicídio. Como a sociedade e os tribunais lidariam com esses casos? Será que eles existiam? Compartilhei meus pensamentos com a Sara, minha irmã e jornalista, que, assim como eu, se angustia com as injustiças relacionadas ao gênero. Ela se mobilizou pelo tema e logo começou a pesquisar processos judiciais. Para nossa surpresa, não havia um ou dois, mas inúmeros casos em que mulheres respondiam por crimes de homicídios contra seus companheiros — e todas alegavam terem agido em legítima defesa.

Queríamos conhecer essas mulheres, tentar entender suas histórias, compreender como uma relação amorosa pode acabar em morte. O primeiro júri popular a que assistimos foi o de Nice. Mulher negra, pobre, mãe de quatro filhos, que viveu um relacionamento de dezoito anos marcado por agressões constantes, as quais chegaram ao ponto de quatro facadas cujas cicatrizes ela mostra aos jurados. Uma noite, após sofrer a rotineira violência, Nice jogou uma panela de óleo quente no seu companheiro, que veio a falecer. Ver aquela mulher no banco dos réus, após uma vida inteira de sofrimento, correndo o risco de ser condenada a passar anos presa, foi muito inquietante. Felizmente, Nice foi absolvida. Sentimento de alívio, de justiça. Após o júri, trocamos contatos com a família e algum tempo depois conversamos e filmamos na companhia de Nice, ouvimos suas histórias, sua dor.

Estávamos em 2013. Pouco se falava em feminicídio, e os casos de mulheres que haviam matado seus companheiros eram reportados pela mídia como crimes passionais, movidos por ciúmes. O tratamento inicial desses casos pelo Estado não é diferente: a Polícia Civil e o Ministério Público consideram, na maioria das vezes, homicídio qualificado, por motivo torpe, e pode demorar anos, com a mulher presa preventivamente, até que sejam investigados, revelados e aceitos o histórico de violência doméstica e a legítima defesa, que muitas vezes leva à absolvição pelo júri popular.

Ao longo da produção do documentário *Legítima Defesa*, me deparei com uma realidade muito violenta para a mulher brasileira, cotidianamente agredida no trabalho, nas relações amorosas, na família. São histórias que escancaram a violência do patriarcado, o machismo que mata. Na maioria dos casos, quem morre é a mulher, pois o homem a trata como um objeto que pode ser eliminado por sua própria força quando não lhe é mais satisfatório ou o está contrariando. Mas, às vezes — e muito poucas, proporcionalmente —, mesmo em desvantagem quanto à força física, a “injunta agressão” é repelida, geralmente com o que estiver à mão no momento em que essa força de autopreservação vem à tona, seja com uma panela de óleo quente, com a arma do agressor ou um cordão do uniforme de capoeira da vítima.

E depois de anos de violência sofrida, de direitos violados, essas mulheres ainda são levadas ao banco dos réus e, por vezes, condenadas. Mesmo as que são absolvidas não seguem a vida impunemente: a culpa é companheira, e o preconceito da sociedade não as deixa esquecer que cometeram um ato reprovável desde os escritos bíblicos. Conhecer essas mulheres me trouxe uma outra dimensão do problema da desigualdade de gênero a que estamos submetidas, que chega ao limite da vida e da morte. É como diz Úrsula, protagonista do documentário: “Eu não queria fazer o que fiz, mas foi necessário. Ali, era eu ou ele”. Nessa hora não se pensa no quinto mandamento ou no Código Penal, há apenas o desejo de (sobre)viver.

Espero que as histórias de Nice, Úrsula e de tantas mulheres que viveram essa dor nos faça refletir sobre aquilo que não queremos como sociedade e pelo que precisamos lutar: pela igualdade de gênero, para que as mulheres possam viver com dignidade, com oportunidades e sem opressão.

Leda Stopazzolli possui formação em Direito e é produtora do documentário Legítima Defesa.

Posfácio

Quatro mil novecentos e trinta e seis mulheres foram mortas em 2017 no Brasil, o maior número registrado desde 2007.

A informação é do Atlas da Violência publicado em 2019.[\[5\]](#) Segundo a pesquisa, que analisou dados sobre a violência no Brasil durante a década 2007-2017, foram cerca de treze assassinatos de mulheres por dia em 2017. Houve um crescimento expressivo de 30,7% no número de assassinato de mulheres no país na última década, assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior.

Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%.

De todas as mulheres assassinadas no país em 2017, 66% são negras.

O crescimento mais acentuado nos últimos dez anos tem sido na taxa de homicídios dentro das residências, com o uso da arma de fogo, com aumento de 29,8%.

O texto publicado no próprio Atlas afirma que “causa preocupação a flexibilização em curso da posse e [do] porte de armas de fogo no Brasil. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar.

Considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência”.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, [\[6\]](#) os feminicídios correspondem a 29,6% dos homicídios dolosos de mulheres em 2018. Foram 1.151 casos em 2017 e 1.206 em 2018, um crescimento de 4% nos números absolutos. Além disso, 88,8% das vítimas foram assassinadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros, e 65,6% aconteceram na residência, o que remete novamente ao contexto de violência doméstica.

Outra pesquisa, “Raio X do Feminicídio”, [\[7\]](#) coordenada pela promotora Valéria Scarance do Ministério Público de São Paulo, que analisou denúncias oferecidas pelo MP-SP de mortes violentas de mulheres no Estado de São Paulo, informa que apenas 4% das vítimas tinham registrado um boletim de ocorrência contra o agressor e 3% tinham medida protetiva. Em outras palavras, a grande maioria das mulheres vítimas de violência letal por razões de gênero ainda não acessa os órgãos de segurança pública. Este dado corresponde à minha experiência em campo e demonstra que não é a Justiça que não está concedendo a medida protetiva ou punindo os agressores. Há uma barreira anterior a isso: o silêncio das vítimas. As razões para esse silenciamento, segundo o que pude observar, passam pela opressão, medo, baixa autoestima, dependência afetiva e romantização da família tradicional. Identificar e atuar na prevenção das questões que impedem a mulher de falar, de buscar ajuda, de romper com o ciclo da violência, deveria ser encarada como a principal estratégia na prevenção da morte de mulheres.

Transformar essa realidade exige mudanças culturais corajosas. E como fazê-las se vivemos tempos em que só a menção da palavra “gênero” é praticamente um pecado, um disparate, uma injúria?

No dia 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, a ministra Damares Alves, da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mostrou-se preocupada com os graves índices de violência contra a mulher e apontou o discurso da equidade de gêneros como o responsável pela violência, afirmando que se o menino considera a menina como igual, logo pode bater

nela também, pois ela aguentaria. Para mudar o quadro, a ministra afirmou que é preciso ensinar os meninos, já na escola, a dar flores e a abrir a porta do carro para as mulheres.

Ao contrário do que pensa a ministra, a luta pela equidade não é a causa, e sim um possível caminho para a solução do problema. Enquanto houver uma hierarquia que dá “direito” aos homens de controlar e punir as mulheres, a violência de gênero seguirá existindo no Brasil. Como sempre existiu, desde a invasão portuguesa, dentro e fora da corte. A diferença é que agora nós discutimos abertamente sobre o tema. O homicídio passional hoje chama-se feminicídio. E, inclusive, é bem provável que muitos desses assassinos tenham sido educados para dar flores e abrir a porta do carro para as mulheres. Ouviram também que a mulher é um ser especial, contanto que os obedeça e não os faça se sentir menos especiais.

Já no dia 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, Damares optou pelo silêncio durante a coletiva de imprensa no Palácio do Planalto e saiu do evento sem responder às perguntas dos jornalistas. Mais tarde, justificou a atitude como uma “performance” cujo objetivo era mostrar como o silêncio da mulher incomoda. O que repercutiu, no entanto, foi o incômodo diante do silêncio de uma ministra que, teoricamente, representaria a voz das mulheres silenciadas.

Em janeiro de 2019, em entrevista à jornalista Rachel Sheherazade, do programa SBT Mulher, [\[8\]](#) Damares acertou ao defender o tratamento contra o alcoolismo e os “grupos reflexivos” para agressores promovidos pelo Tribunal de Justiça. Conheci e filmei um grupo desses para o curta-metragem *Escola de Homens*, [\[9\]](#) e constatei que o cunho pedagógico da proposta (para homens denunciados por agressão leve) não elimina o machismo, mas faz com que os homens reflitam sobre questões de gênero (!) e relacionamentos afetivos. Muitos deles sequer tinham ideia do porquê de estarem ali, já que não viam gravidade na agressão verbal, ameaças e injúria. Na Vara da Violência Doméstica de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde filmamos o documentário, a reincidência após a formação dos grupos reflexivos caiu de 60% para 6%.

A maior dificuldade, no entanto, será levar a cabo qualquer que seja a proposta de política pública voltada para o direito das mulheres. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, [\[10\]](#) entre 2015 e 2019, o orçamento da

Secretaria da Mulher foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. No mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil.

O momento exige de nós, enquanto indivíduos e sociedade, atenção redobrada para a desconstrução do machismo, e consciência de que não será reforçando os estereótipos que vamos mudar essas estatísticas. Educação e informação são caminhos inquestionáveis para se chegar à equidade de gênero.

Sara Stopazzolli
Fevereiro de 2020

VISÍVEL E INVISÍVEL A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL – 2ª EDIÇÃO

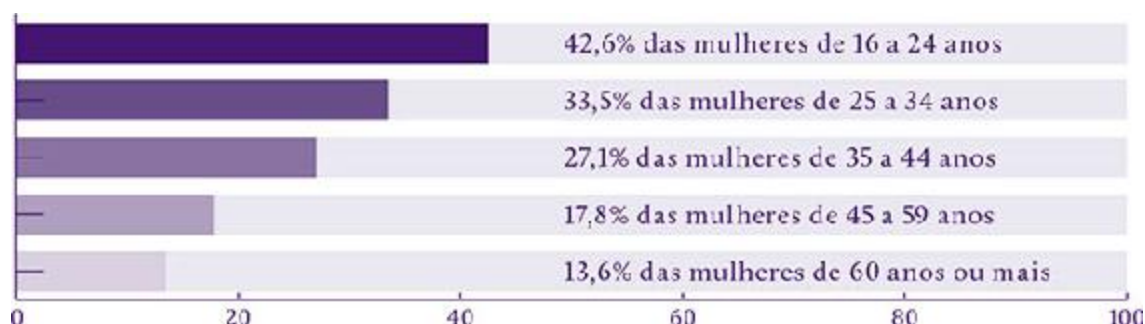
No fim de fevereiro de 2019, uma pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a vitimização de mulheres no Brasil mostra que as estatísticas apresentadas ao longo desta obra seguem bem próximas ao que foi apurado em 2018. Segundo a pesquisa, realizada em parceria com o Datafolha, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2018, ou seja, 4,7 milhões. Os gráficos a seguir resumem a tragédia que muitas mulheres brasileiras enfrentam diariamente.

27,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais (16 milhões de mulheres) sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses.

21,8%	9,0%	8,9%	3,9%	3,6%
(12,5 milhões)	(4,7 milhões)	(4,6 milhões)	(1,7 milhão)	(1,6 milhão)
foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento	sofreram empurrão, chute ou batida 536 a cada hora	foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais 9 por minuto	foram ameaçadas com faca ou arma de fogo	sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento 3 por minuto

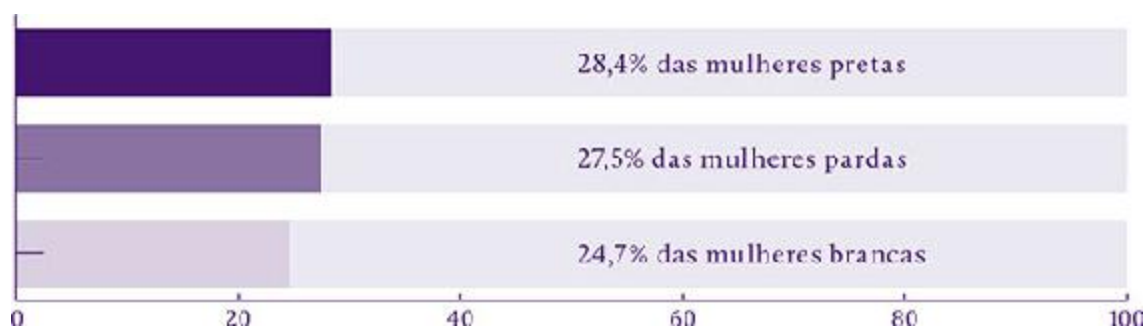
01. Mulheres jovens relatam maiores níveis de vitimização

Das mulheres que afirmam ter sofrido violência nos últimos 12 meses:



02. Vitimização também é maior entre as mulheres negras (pretas e pardas)

Das mulheres que afirmam ter sofrido violência nos últimos 12 meses:

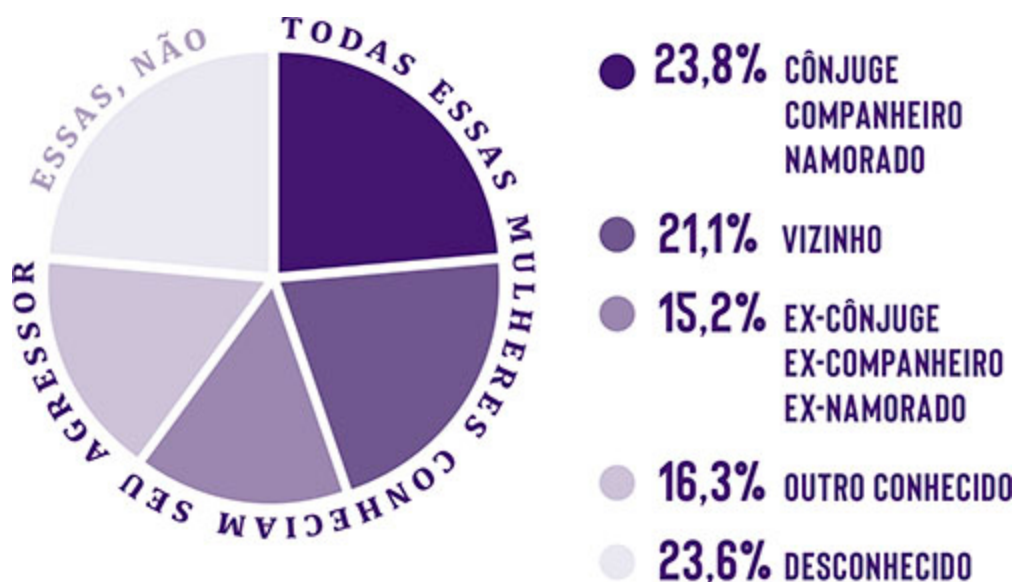


A maioria das mulheres afirmou ter sofrido violência por parte de um conhecido.

03. Vitimização: relação com o agressor

76,4% das mulheres que sofreram violência afirmam que o agressor era alguém conhecido.

Isso representa um crescimento de 25% em relação a 2016, quando 61,2% das mulheres afirmaram conhecer o agressor.



A pesquisa também buscou compreender a percepção da população sobre a violência contra a mulher.

04. Percepção da população

- 59% da população afirma ter visto uma mulher sendo agredida fisicamente ou verbalmente no último ano, redução de 10% em relação a 2016.
- 43% dos brasileiros viram homens abordando mulheres na rua de forma desrespeitosa, passando cantadas e dizendo ofensas.
- 37% viram homens humilhando, xingando ou ameaçando namoradas ou ex-namoradas, mulheres ou ex-mulheres, companheiras ou ex-companheiras.
- 28% viram mulheres que residem na sua vizinhança sendo agredidas por maridos, companheiros, namorados ou ex-maridos, ex-companheiros, ex-namorados.
- 20% viram meninas, moças ou mulheres adultas que residem na sua vizinhança sendo agredidas por parentes como pai, padastro, irmão, tio, cunhado, avô etc.

***Este livro é dedicado à memória de Nice
e de todas as mulheres que, ao contrário dela,
morreram nas mãos de seus agressores.***

LEGÍTIMA DEFESA

Ano de Lançamento 2017

Duração 1h18min

Classificação Etária 14 anos

Argumento LEDA Stopazzolli, Sara
Stopazzolli

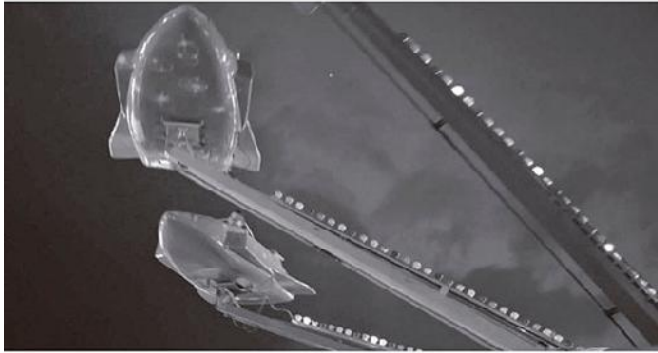
Pesquisa Sara Stopazzolli

Direção de fotografia Igor Cabral, Janice D'avila

Edição Célia Freitas, EDT.

Direção Susanna Lira

























AGRADECIMENTOS

A autora agradece a Hugo Stopazzolli Filho, Leda Stopazzolli, Camila Klink, Agda Iracema Lima Gomes, Geílson Simões, Luciana Caruso, Gerusa Polotto, Gustavo Polotto, dra. Glauce Passos Maues, dr. Gilberto Antônio Luiz, dr. Rogerio Ricardo da Cunha, dr. Marcelo Barucke, dra. Cláudia Luna, Bia Acciolly Lins, Cléber Weissheimer, Madeleine Deschamps, Rita Piffer, Dadá Coelho e Susanna Lira.

SARA STOPAZZOLLI é jornalista, pesquisadora e roteirista. Trabalhou por mais de dez anos como repórter, colaborando com inúmeras publicações (*Trip*, *TPM*, *piauí*, *Serafina*, *Revista do Globo*) com foco em perfis e reportagens de comportamento. Criou a produtora Mera Semelhança em 2013, onde tem desenvolvido projetos audiovisuais. O documentário ***Legítima Defesa*** (2017) é o primeiro filme em que assina a pesquisa e o roteiro. Dirigiu e roteirizou o curta-metragem *Escola de Homens* (disponível no MOV UOL), que explora o ponto de vista de homens que frequentam um grupo reflexivo para autores de violência contra a mulher.

JULIANA RUSSO mistura seu trabalho pessoal com ilustrações para revistas, jornais e livros. Integrou o Cidades para Pessoas, que investiga soluções para deixar as cidades mais humanas. É membro do Urban Sketchers, que reúne desenhistas de cidades pelo mundo. Publicou em 2015 seu primeiro livro autoral, *São Paulo Infinita*. Em 2017, participou da residência artística para desenhistas na Casa do Sol, para a criação da revista/livro *Baiacu* (Todavia), editada por Laerte e Angeli. Participou de exposições e salões de arte como 15º Salão da Bahia e uma individual na Galeria Epicentro Cultural, em São Paulo.

CRÂNIO — a nova linha editorial de não ficção da DarkSide® Books — estimula o leitor a entender e questionar o mundo que estamos construindo. Após desenterrar clássicos inesquecíveis e revelar novos fenômenos da literatura dark, a 1ª editora brasileira inteiramente dedicada ao terror e à fantasia amplia seus horizontes. O objetivo é trilhar novos caminhos, mostrando que ciência, inovação, história e filosofia podem ser tão surpreendentes quanto a mais criativa obra de ficção.

Aqui tudo é real. E ainda assim, fantástico e muitas vezes assustador. Assuntos delicados e surpreendentes são tratados com o respeito que merecem, com uma linguagem que aproxima o leitor. Devorar um título da série CRÂNIO é aceitar um convite à reflexão do agora.

O compromisso da linha editorial CRÂNIO é publicar material minuciosamente selecionado. Livros assinados por especialistas, acadêmicos e pensadores em diversas áreas, dispostos a dividir experiências e pontos de vista transformadores que nos ajudem a entender melhor esse estranho e admirável mundo novo.



Copyright © Sara Stopazzolli, 2020
Ilustrações © Juliana Russo, 2020

Diretor Editorial
Christiano Menezes
Diretor Comercial
Chico de Assis
Gerente Comercial
Giselle Leitão
Gerente de Marketing Digital
Mike Ribera
Editores
Bruno Dorigatti
Lielson Zeni
Marcia Heloisa
Raquel Moritz
Editora Assistente
Nilsen Silva
Capa e Direção de Arte
Retina78
Designers Assistentes
Aline Martins/Sem Serifa
Flavia Castro
Finalização
Sandro Tagliamento
Revisão
Cecília Floresta
Retina Conteúdo
Produção de ebook
[S2 Books](#)

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à
DarkSide® Entretenimento LTDA.

Rua Alcântara Machado 36, sala 601, Centro
20081-010 – Rio de Janeiro – RJ — Brasil

www.darksidebooks.com



[1] O título faz referência e homenagem ao célebre ensaio da escritora, crítica de arte e ativista norte-americana Susan Sontag (1933-2004) intitulado “Regarding the pain of others”, traduzido para o português como “Diante da dor dos outros”, e publicado originalmente em 2003.

[2] O resultado desse trabalho, realizado para obtenção de título de mestrado em Antropologia Social na Universidade de São Paulo e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp), foi publicado pela Editora Unifesp em 2004 com o título: *A Lei nas Entrelinhas: a Lei Maria da Penha e o Trabalho Policial*.

[3] Portanto, há aqui uma distinção entre o que comumente chamamos de “ameaça”, que seriam diferentes tipos de chantagens, e a ameaça como tipificação penal. Essa diferença causa um considerável mal-estar nas mulheres que desejam registrar situações que consideram ameaças, mas que não são juridicamente entendidas como tal pelos profissionais das delegacias.

[4] Por isso, é muito importante, também, que o aspecto preventivo e de rede multidisciplinar da Lei Maria da Penha também receba recursos e empenho, como a criação de casas-abrigo, centros de atendimento de referência, articulação com hospitais e IMLS, entre outros.

[5] Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784>. Acesso em 7 fev. 2020.

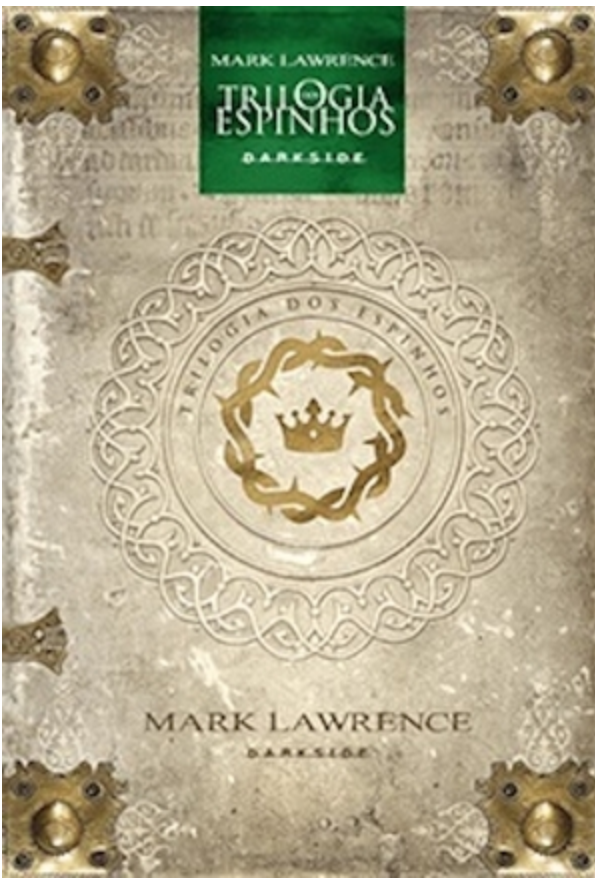
[6] Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, baseada em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em 7 fev. 2020.

[7] Levantamento realizado pelo Ministério Público de São Paulo, a partir de denúncias oferecidas entre março de 2016 e março de 2017. Disponível em: <<http://sobef.com.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-RAIOX-do-FEMINICIDIO-pdf.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2020.

[8] Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=493895434662813>>. Acesso em 7 fev. 2020.

[9] Disponível na plataforma MOV UOL.

[10] “Governo zera repasses a programa de combate a violência contra a mulher.” Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-zera-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher,70003184035>>. Acesso em 7 fev. 2020.



Trilogia dos Espinhos — Dark Age Edition

Lawrence, Mark

9788594541383

928 páginas

[Compre agora e leia](#)

A saga completa em uma edição de colecionador

Ele estava preso nos espinhos venenosos. Tinha a reputação de ser violento e imprevisível. Era preciso muita coragem para lançar um livro desses. E foi assim que a DarkSide® Books apostou no escuro e lançou sua primeira fantasia dark: *Prince of Thorns*, livro de estreia da aclamada Trilogia dos Espinhos, de Mark Lawrence. Um sucesso que surpreendeu muita gente, e que se repetiria com os outros livros da série, *King of Thorns* e *Emperor of Thorns*.

Agora, a saga completa está reunida em **TRILOGIA DOS ESPINHOS - OMNIBUS**. Os três romances saem em um único volume em capa dura, capaz de resistir a um apocalipse nuclear. São quase mil páginas cobertas de sangue nessa edição de luxo que mais parece um autêntico grimório da Idade das Trevas.

TRILOGIA DOS ESPINHOS - OMNIBUS é uma das muitas surpresas que a DarkSide® Books reservou para 2017, quando completa 5 anos. Uma homenagem aos leitores que estiveram esse tempo todo ao nosso lado, e foram os primeiros a descobrir o talento de autores inéditos por aqui, como Mark Lawrence, Peter V. Brett (Ciclo das Trevas) e Mary E. Pearson (Crônicas de Amor e Ódio).

A Trilogia narra as batalhas por vingança e poder de Jorg Ancrath. Cruel demais para ser chamado de herói, Jorg entra facilmente na lista dos grandes canalhas que aprendemos a amar na literatura fantástica, como Alex DeLarge (Laranja Mecânica) ou Tyrion Lannister (Game of Thrones).

Perfeito para quem já é íntimo de Jorg Ancrath, essa é a chance de ler tudo de uma vez só. Do jovem príncipe ao poderoso imperador. E para aqueles que

ainda não conheciam a saga, a **TRILOGIA DOS ESPINHOS - OMNIBUS** é uma ótima porta de entrada para o universo em plena expansão de Mark Lawrence. A Guerra da Rainha Vermelha, sua segunda série, que se situa no mesmo universo da primeira, também teve sua continuação lançada em 2017.

[Compre agora e leia](#)

O ROMANCE QUE ORIGINOU O CLÁSSICO DE **HITCHCOCK**

PSICÓSE

ROBERT BLOCH

DARKSIDE

Psicose

Bloch, Robert

9788566636574

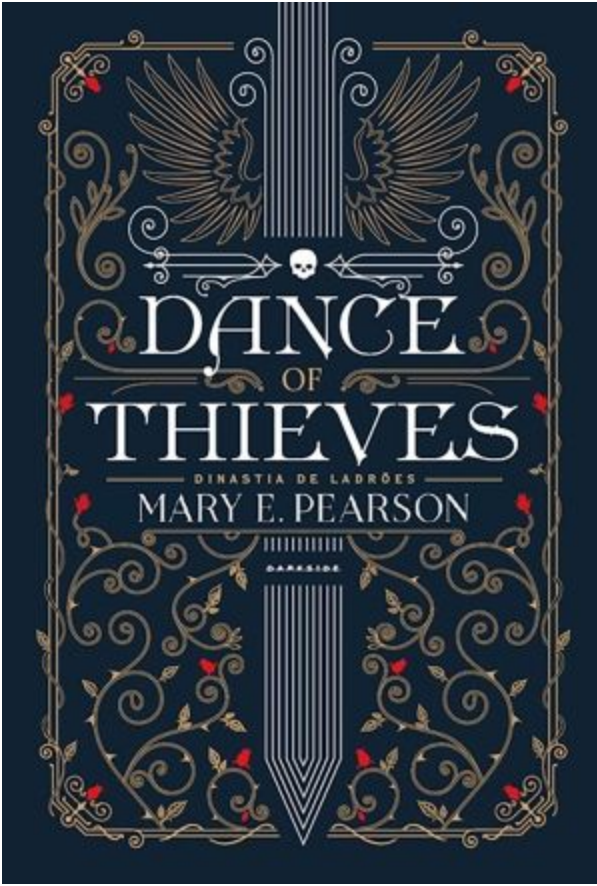
256 páginas

[Compre agora e leia](#)

Psicose, o clássico de Robert Bloch, foi publicado originalmente em 1959, livremente inspirado no caso do assassino de Wisconsin, Ed Gein. O protagonista Norman Bates, assim como Gein, era um assassino solitário que vivia em uma localidade rural isolada, teve uma mãe dominadora, construiu um santuário para ela em um quarto e se vestia com roupas femininas. O livro teve dois lançamentos no Brasil, em 1959 e 1964. São, portanto, quase 50 anos sem uma edição no país, sem que a maioria das novas gerações pudesse ler a obra original que Hitchcock adaptou para o cinema em 1960. Uma história

curiosa envolvendo o livro é que Alfred Hitchcock adquiriu anonimamente os direitos de Psycho e depois comprou todas as cópias do livro disponíveis no mercado para que ninguém o lesse e, conseqüentemente, ele conseguisse manter a surpresa do final da obra. Em Psicose, Bloch antecipou e prenunciou a explosão do fenômeno serial killer do final dos anos 1980 e começo dos 1990. O livro, junto com o filme de Hitchcock, tornou-se um ícone do horror, inspirando um número sem fim de imitações inferiores, assim como a criação de Bloch, o esquizofrênico violento e travestido Bates, tornou-se um arquétipo do horror incorporado a cultura pop.

[Compre agora e leia](#)



Dance of Thieves

Pearson, Mary E.

9788594541468

512 páginas

[Compre agora e leia](#)

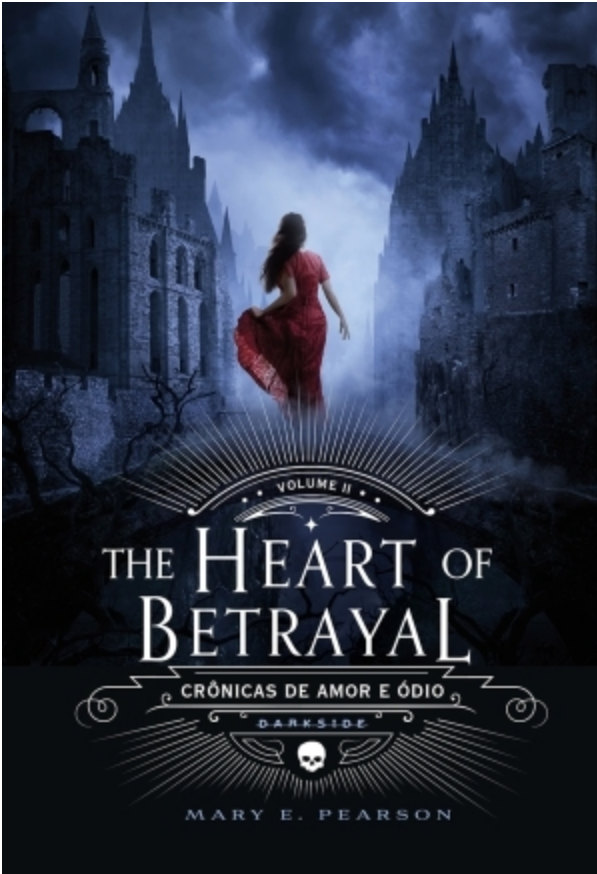
A trilogia Crônicas de Amor & Ódio, iniciada com The Kiss of Deception, caiu nas graças dos leitores mais apaixonados. O universo criado pela premiada escritora Mary E. Pearson encantou os brasileiros com suas disputas políticas e românticas, e as reviravoltas vividas por seus personagens tiraram o fôlego de muita gente. Os milhões de leitores pelo mundo que se sentiram órfãos ao fecharem as páginas do último livro da trilogia agora têm um motivo para comemorar: Mary E. Pearson está de volta, pronta para roubar o coração dos leitores com Dance of Thieves, o primeiro volume de Dinastia de Ladrões, a

nova série ambientada no mesmo universo das Crônicas, alguns anos depois de seu desfecho. Quando o patriarca do império Ballenger morre, seu filho, Jase, torna-se seu novo líder. Até mesmo os reinos mais próximos se curvam à força dessa família fora da lei, que sempre governou por suas próprias regras. Mas uma nova era surge no horizonte, movimentada por uma jovem rainha, que logo se torna alvo de ressentimentos e ira da dinastia. Kazi, uma ladra reformada que cresceu nas ruas de Venda e sobreviveu por sua inteligência e agilidade, agora faz parte dos Rahtans, a guarda da rainha, e é enviada por ela para investigar transgressões e violações de tratados vigentes junto a Synové e Wren, outras duas soldadas da guarda real. Quando chega à terra proibida dos Ballenger, um incidente a deixa acorrentada a Jase, trazendo empecilhos ao seu trabalho. A competição de sagacidade com o jovem líder faz com que eventos inesperados saiam de controle, e o laço entre ambos se estreita conforme eles utilizam falsos argumentos para cumprir suas

próprias missões e promessas. A batalha de poder entre Kazi e Jase pode lhes custar a vida — e seus corações. Os leitores das Crônicas de Amor & Ódio vão reconhecer alguns nomes e acontecimentos neste primeiro volume da Dinastia de Ladrões, ao mesmo tempo em que se conectam aos sentimentos e decisões dos novos personagens. Em *Dance of Thieves*, Mary E. Pearson mostra, mais uma vez, todo o poder de sua força narrativa ao nos presentear com uma história encantadora que arranca suspiros de deslumbre e tensão na mesma medida, e uma dupla inesquecível que desenvolve seu elo proibido de uma forma divertida e afiada ao longo das páginas. Neste livro, somos todos testemunhas de um dos maiores talentos de nossa rainha: dar vida a protagonistas empoderadas. Kazi é uma guerreira imbatível e determinada que marca presença por onde passa, seguindo os passos de Lia, a heroína das Crônicas de Amor & Ódio, ao inspirar mulheres a serem donas de seu próprio destino. A voz de Mary E. Pearson já ecoou no coração de milhares de

brasileiros e ela fez sua casa na linha DarkLove, a linha editorial da DarkSide Books que revela novos talentos femininos da literatura. Chegou a hora de revisitar o nosso amado reino.

[Compre agora e leia](#)



The Heart of Betrayal

Pearson, Mary E.

9788594540560

400 páginas

[Compre agora e leia](#)

A série Crônicas de Amor e Ódio, iniciada com THE KISS OF DECEPTION, virou a queridinha dos leitores mais apaixonados. Encantou os fãs de fantasia do mundo todo - e pegou os brasileiros pelo coração. A história de Lia inspirou muitos leitores a embarcarem em uma jornada extraordinária repleta de ação, romance, mistério e rivalidade, pintados em um universo deslumbrante criado pela premiada escritora Mary E. Pearson, que consegue - como poucos - erguer um mundo poderoso e repleto de personagens cativantes. Em The Heart of Betrayal, Lia e Rafe estão presos no reino bárbaro de Venda e

têm poucas chances de escapar. Desesperado para salvar a vida da princesa, Kaden revelou ao Vendan Komizar que Lia tem um dom poderoso, fazendo crescer o interesse do Komizar por ela. Enquanto isso, as linhas de amor e ódio vão se definindo. Todos mentiram. Rafe, Kaden e Lia esconderam segredos, mas a bondade ainda habita o coração até dos personagens mais sombrios. E os Vendans, que Lia sempre pensou serem selvagens, desconstroem os preconceitos da princesa, que agora cria uma aliança inesperada com eles. Lutando com sua alta educação, seu dom e sua percepção sobre si mesma, Lia precisa fazer escolhas poderosas que vão afetar profundamente sua família... e seu próprio destino. Não faltam reviravoltas nessa incrível fantasia que integra a linha Darklove - Mary E. Pearson vai deixar os leitores sem fôlego nesse segundo ato de uma trilogia que ainda promete arrebatá-los o coração de muitos. Empolgada com a receptividade calorosa dos brasileiros, Mary está se sentindo em casa com toda a repercussão de sua trilogia por aqui: "Nunca imaginei

ter tantos fãs no Brasil! Espero visitar vocês em breve".

[Compre agora e leia](#)

ARQUIVOS SOBRENATURAIS



GERALD BRITTLE

**ED &
LORRAINE
WARREN**

DEMONOLOGISTAS

DARKSIDE



Ed & Lorraine Warren: Demonologistas

Brittle, Gerald

9788594540645

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Eles enfrentaram os mistérios mais sinistros dos últimos sessenta anos, sempre em busca da verdade. Agora é a sua vez de entrar em contato com o sobrenatural. Você tem coragem? Então leia Ed & Lorraine Warren: Demonologistas, a biografia definitiva dos mais famosos investigadores paranormais do nosso plano astral. Não é de hoje que os fãs do terror conhecem Ed Warren e sua esposa, Lorraine. O casal foi retratado em filmes de grande sucesso, como Invocação do Mal, Annabelle e Horror em Amityville. Mas basta folhear as páginas de Ed &

Lorraine Warren: Demonologistas para constatar que, muitas vezes, a vida pode ser bem mais assustadora que o cinema. No livro, Gerald Brittle desvenda alguns dos principais casos reais vividos pelos Warren. Ed e Lorraine permitiram ao autor acesso exclusivo aos seus arquivos sobrenaturais, que incluem relatos extraordinários de poltergeists, casas mal-assombradas e possessões demoníacas. O resultado é um livro rico em detalhes como nenhum outro.

[Compre agora e leia](#)